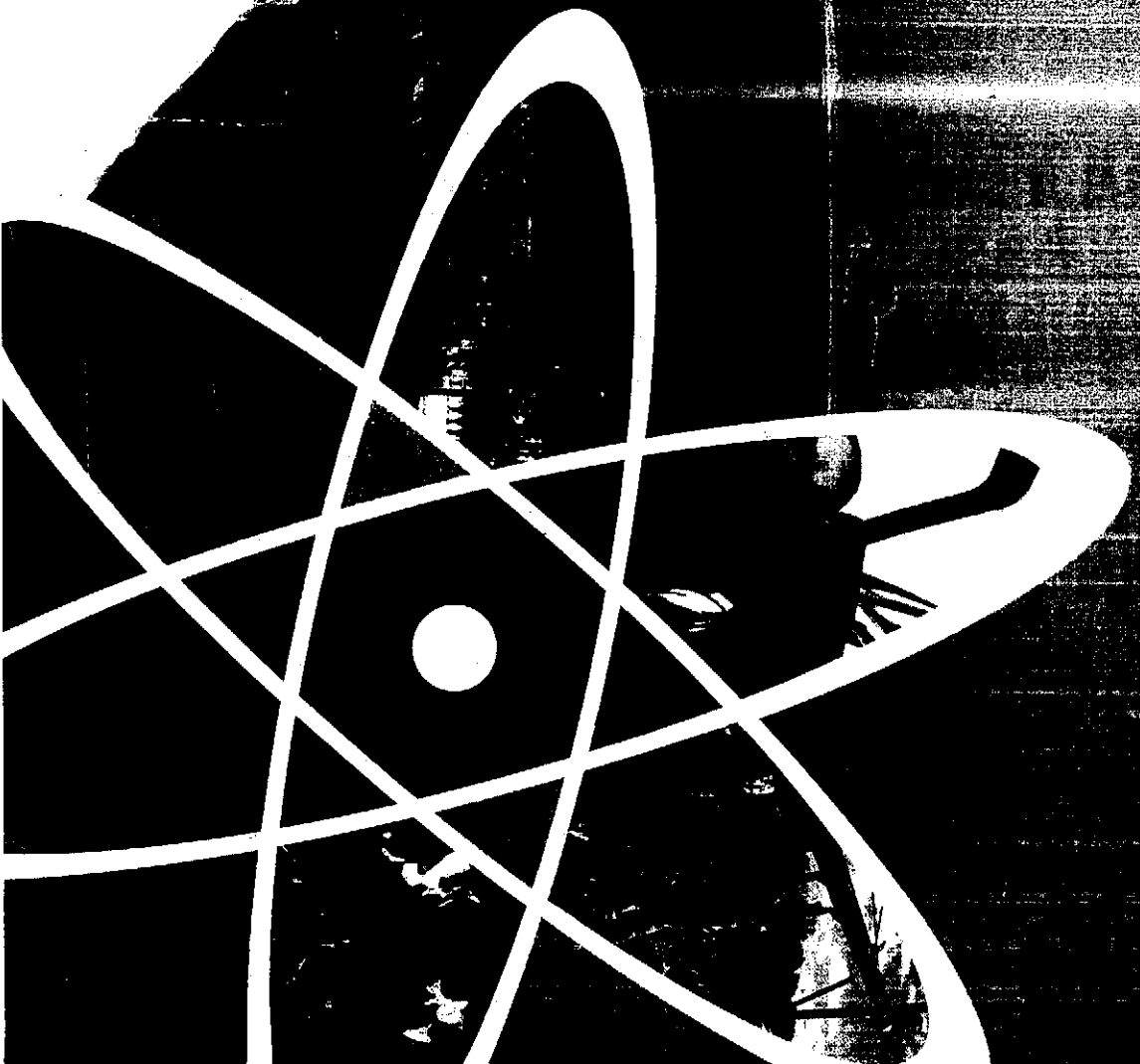
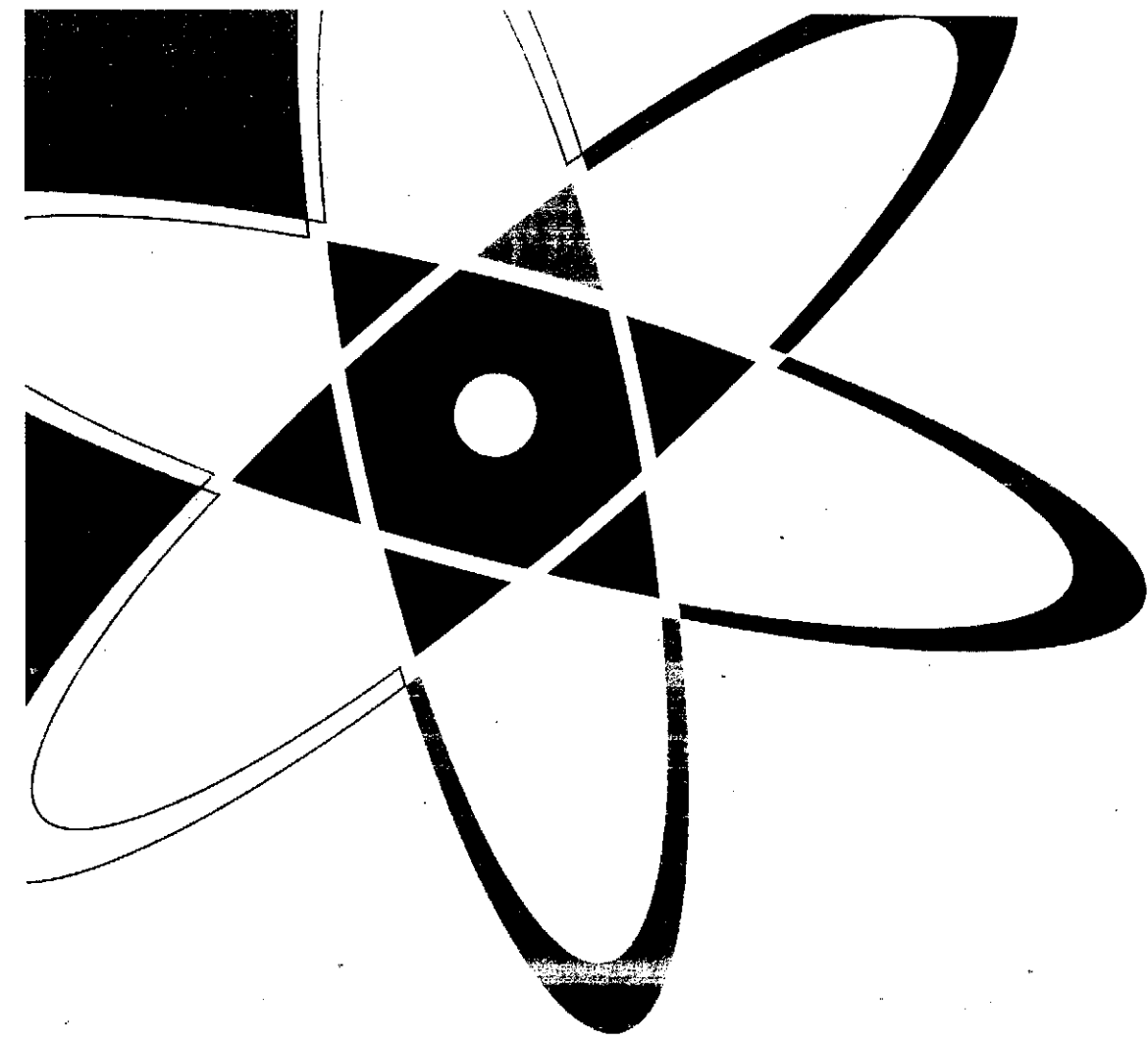




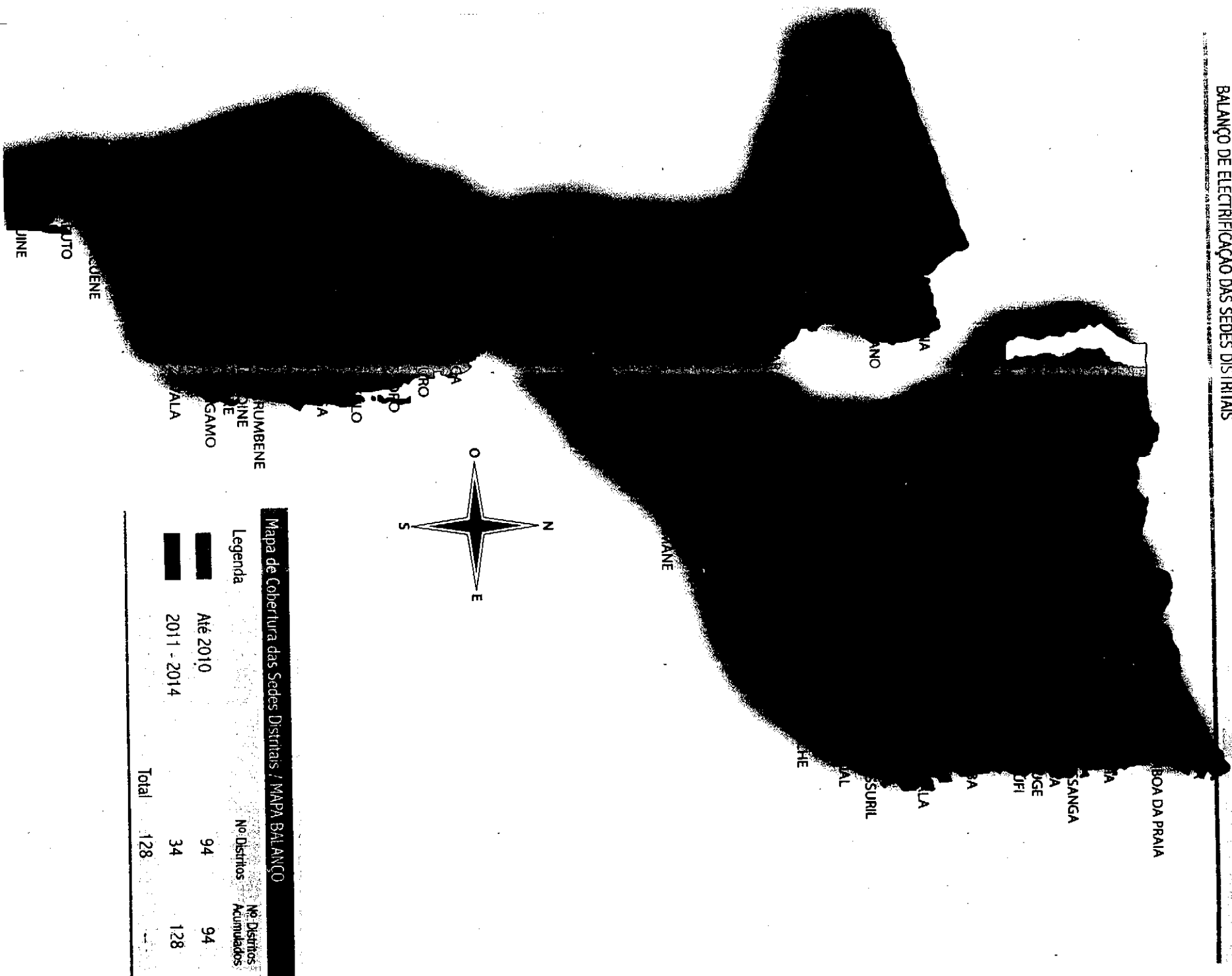
REPUBLIK INDONESIA
KEMENTERIAN PENDIDIKAN DAN KEBUDAYAAN

REKAMAN 50 QUINQUENNAL DO
**SECRETOR DE
EVALUACAO DE
2005-2009**







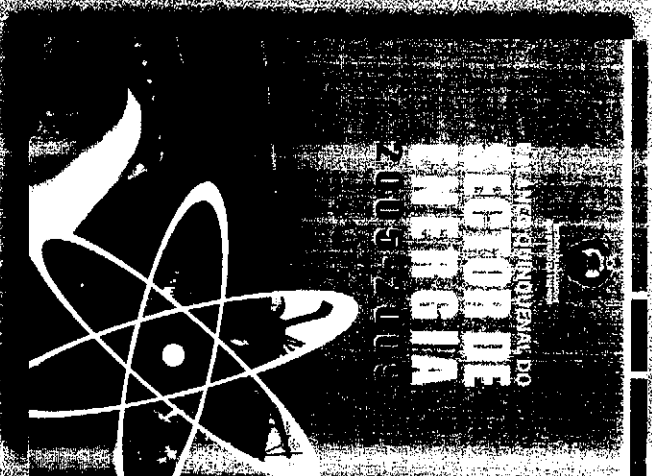
BALANÇO DE ELECTRIFICAÇÃO DAS SEDES DISTRIAIS



Mapa de Cobertura das Sedes Distritais / MAPA BALANÇO

Legenda		No. Distritos	No. Distritos Acumulados
	Até 2010	94	94
	2011 - 2014	34	128
Total		128	128

FICHA TÉCNICA



Belo Horizonte, 2005-2009

Direção
Nazário Magalhães
Diretor de Editoração e Produção

Complacência e Redação - Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Antônio Carlos

Departamento de Engenharia e Tecnologia

31270-901 Belo Horizonte

Equipe de Apoio

Heitor de Aguiar

Renata de Aguiar

Adriana de Aguiar

Luciana de Aguiar

Carla de Aguiar

Luciana de Aguiar

Pró-Reitoria

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte

31270-901

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Belo Horizonte

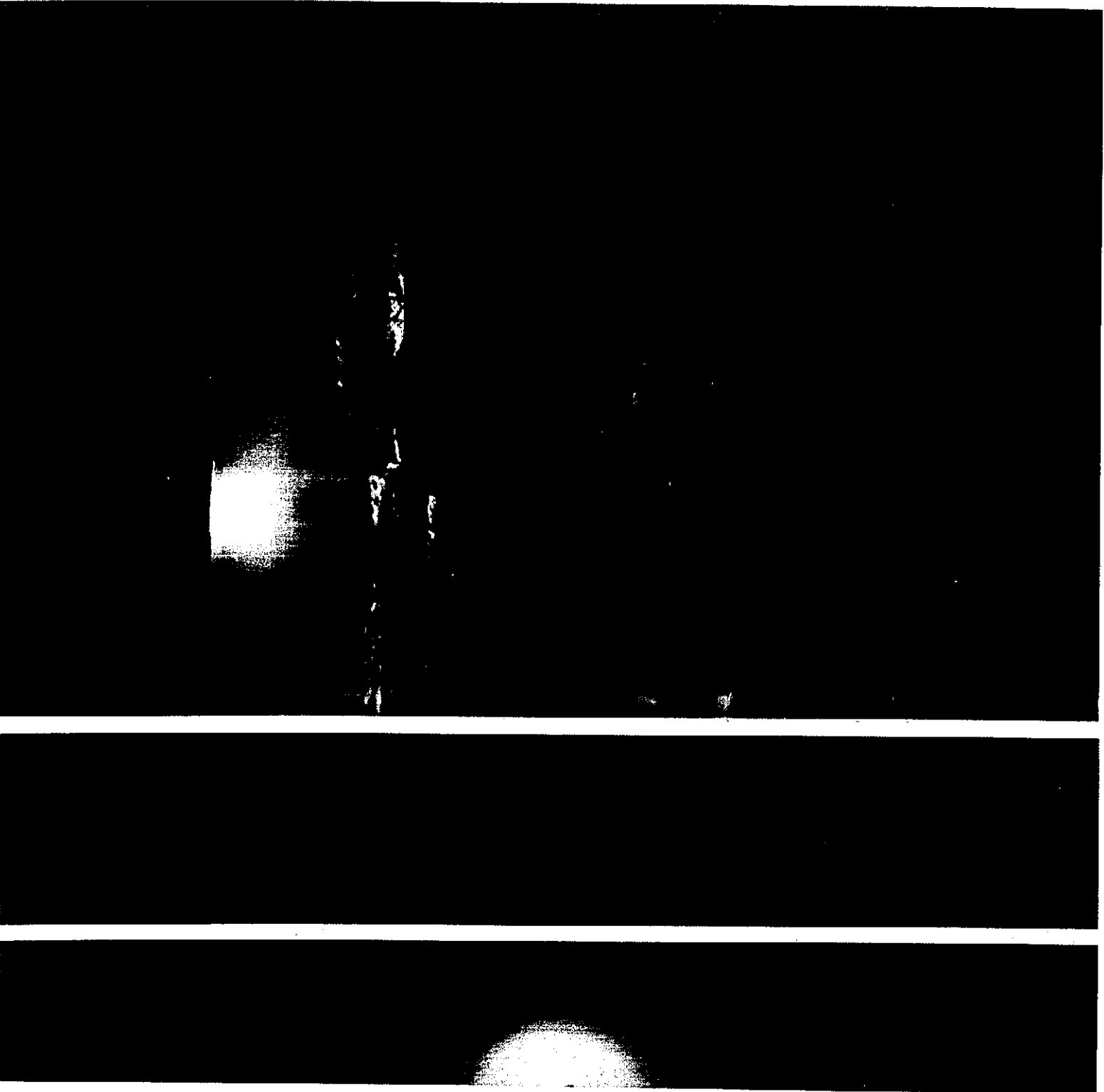
31270-901

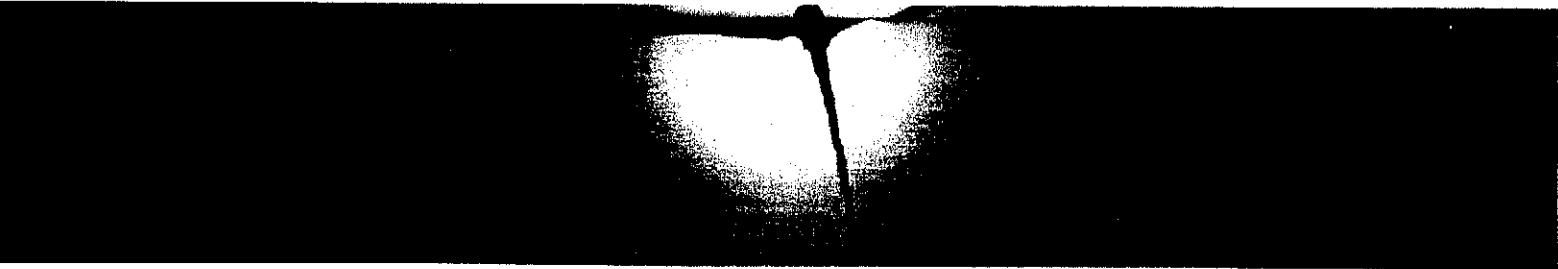
www.ufmg.br

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1.	
PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE NOVAS CENTRAIS TERMOELÉCTRICAS E HIDROELÉCTRICAS	11
REFORÇAR A REDE NACIONAL DE TRANSPORTE DE ENERGIA ELÉCTRICA ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE NOVAS LINHAS	13
PROSEGUIR COM OS PROJECTOS DE INTERLIGAÇÃO REGIONAL	15
PROSEGUIR COM EXTENSÃO DO PROGRAMA DE ELECTRIFICAÇÃO RURAL	16
ASSEGUARAR A LIGAÇÃO DE 80% DOS NOVOS CONSUMIDORES DOMÉSTICOS	16
PROSEGUIR COM O PROCESSO DE REABILITAÇÃO E REFORÇO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO E ELECTRIFICAÇÃO DE CASAS	23
2.	
DESENVOLVER ACCÕES CONJUNTES À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA COM BASE NO APROVEITAMENTO DO CARVAO DE ALFAMA, BIOGÁS, BAGAÇO E ENERGIA HIDRÍLICA	27
ALARGAR O ACESSO À ENERGIA ELÉCTRICA À PARTE DAS POPULAÇÕES COM RECURSO A ENERGIAS RENOVÁVEIS	28
PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS ENERGÉTICOS ATRAVÉS DA DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ENERGIA, COM VISTA À PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS DE BIOMASSA INCENTIVANDO O RECURSO ÀS FONTES DE ENERGIA AMBIENTALMENTE BENEFÍCAS	29
3.	
PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS	33
PROSEGUIR COM ESFORÇOS COM VISTA À PROMOVER A EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS	34
4.	
ENERGIA ELÉCTRICA	39
ENERGIAS NOVAS E RENOVÁVEIS	44
COMBUSTÍVEIS	46
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	48

SUMÁRIO EXECUTIVO





Ao longo do Quinquénio 2005-2009, o Sector de Energia teve um desempenho positivo no cumprimento das metas definidas no Programa do Governo, que compreendeu a promoção dos projectos de geração de energia eléctrica, expansão da Rede Eléctrica Nacional (REN) e extensão do Programa de Electrificação Rural, priorizando a ligação de mais Distritos e consumidores à rede nacional de energia eléctrica, promoção de energias novas e renováveis (solar, eólica, hídrica, incluindo a biomassa), promoção de construção de infra-estruturas de transporte e armazenamento de produtos petrolíferos e promoção da expansão da rede de distribuição de combustíveis líquidos à zonas mais desfavorecidas.

Importa destacar a conclusão com sucesso do processo de reversão e transferência do controlo sobre a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) para o Estado Moçambicano, cuja efectivação teve lugar a 27 de Novembro de 2007, incluindo a mobilização do financiamento da operação em regime de *Project Finance*, sem recurso a garantias do Estado, constituiu uma realização do sector com uma elevada dimensão histórica. Destaca-se ainda o recorde do nível de produção de energia eléctrica alcançado pela HCB em cerca de 1 6 500 000 MWh em 31 de Dezembro de 2009.

Registou-se crescente interesse de investidores privados nacionais e estrangeiros, em participar no desenvolvimento de infra-estruturas energéticas em Moçambique. É fundamental salientar que decorreram acções e com progressos assinaláveis visando a implementação dos Projectos de Geração de Energia Eléctrica, com destaque para os Projectos das Centrais Termoeléctricas e Hidroeléctricas de Moatize (600MW-Fase I), Mphanda Nkuwa (600MW-Fase I), Alto Malema (50MW), Lúrio (120MW), Massingir (27MW), e reabilitação das Centrais Hidroeléctricas de Mavuzi (52MW) e Chicamba (38MW).

Estes projectos, deverão assegurar o aumento da disponibilidade de energia eléctrica para a satisfação das necessidades nacionais e permitir a exportação para o mercado regional, com impacto na balança de pagamentos.

Associado aos projectos de geração, estão em curso acções visando a construção de uma Linha de Transporte Tele-Maputo (Espinha Dorsal), que permitirá a viabilização dos mesmos ao assegurar o escoamento da energia produzida no Vale do Zambeze para os centros de consumo a nível nacional e da região.

No contexto do reforço da expansão da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT), foram concluídas as linhas Nampula-Pemba (110KV), Cuamba-Lichinga (110KV), Lichinga-Metangula (33KV), Pemba-Montepuez-Ancuabe (33KV), Alto-Molócué-Ulapé (110KV) e Ulapé-Gilé (33KV).



No âmbito do Programa de Electrificação Rural foram ligados à REN 89 Sedes Distritais, tendo permitido um aumento substancial do número de novos consumidores de energia eléctrica previsto no Programa Quinquenal do Governo 2005 - 2009 de 80.000 novos consumidores para mais de 460.000 novos consumidores domésticos em todo País.

Foram electrificadas através de Sistemas Solares Fotovoltáicos cerca de 78 Postos Administrativos e Localidades, compreendendo cerca de 450 escolas e centros de saúde, tendo beneficiado cerca de 1.500.000 pessoas. De igual modo, foram electrificadas através de mini-hídricas 2 Localidades, tendo beneficiado cerca de 1.050 pessoas.

De referir que no âmbito da diversificação da matriz energética através de energias renováveis, foi instalada uma turbina eólica de 300 kW na Praia da Rocha em Inhamitane, representando uma contribuição na provisão de energia para as necessidades locais, estando ligadas ao sistema 46 residências.

No contexto da conservação, preservação e uso sustentável dos recursos da biomassa, foram desenvolvidas acções de mitigação através de introdução de técnicas e tecnologias melhoradas de produção e uso de combustíveis lenhosos, tendo sido produzidos e instalados cerca de 15.300 fogões fixos e portáteis para residências, lares escolares, cozinhas hospitalares, quartéis e prisões.

No domínio dos Combustíveis, esforços significativos foram desenvolvidos, tendo em vista assegurar a disponibilidade permanente dos produtos petrolíferos em todo o País, a despeito do difícil ambiente caracterizado pela instabilidade dos preços no mercado internacional.

O Sector registou elevados volumes de investimento realizados em infra-estruturas de armazenagem e de transporte de produtos petrolíferos, com destaque para as instalações de armazenagem de combustíveis na Cidade da Beira com a capacidade de 95.000m³, permitindo a maximização da utilização do oleoduto de Moçambique-Zimbábue.

No âmbito do Programa da Expansão da Rede de Distribuição e Comercialização de Combustíveis foram construídos 53 novos Postos de Abastecimento ao longo do País, sendo de referir que 2 destes são para abastecimento de viaturas movidas à gás natural comprimido nas Cidades da Matola e Maputo.

Igualmente foram construídos 9 Postos de Abastecimentos em Zonas Rurais ao abrigo da Estratégia adoptada pelo Governo, plasmada no Decreto nº 63/2006, de 26 de Dezembro, que aprova a aplicação do incentivo geográfico.

Com vista a implementar medidas de redução do impacto negativo dos combustíveis fósseis, foi levado a cabo com sucesso, o processo de introdução à escala nacional em 2006, da gasolina sem chumbo em substituição da gasolina com chumbo.

Relativamente ao uso do gás natural, 24 unidades industriais localizadas nos Municípios da Matola e Maputo, incluindo a MOZAL, passaram a beneficiar-se deste recurso no âmbito da concessão de distribuição atribuída a Matola Gás Company, bem como a cozinha comunitária construída no Município da Matola.

Iniciou-se a implementação do programa de utilização do gás natural comprimido em viaturas, com o projecto piloto lançado em 2004, tendo registado até ao momento cerca de 90 viaturas convertidas e em circulação.

No contexto do Quadro Legal foram aprovados durante o Quinquénio, vários instrumentos permitindo a Orientação, Planificação e Operacionalização do Sector, dentre os quais de destacam a Resolução nr. 10/2009, de 10 de Março que aprova a Estratégia de Energia e o Plano Estratégico do Sector de Energia para o período 2009-2013, a Resolução 22/09, de 21 de Maio que aprova a Política e Estratégia dos Biocombustíveis e a Resolução 62/09, de 14 de Outubro que aprova a Política de Desenvolvimento de Energias Novas e Renováveis.

Na componente de desenvolvimento e capacitação institucional, decorrem acções que visam a melhoria

do desempenho institucional com particular destaque para a Operacionalização do Conselho Nacional de Electricidade (CNELEC), tendo as actividades desta fase baseado no Plano de Operacionalização para o período 2006-2010.

É de referir que, o Sector realizou outras actividades não escritas no PQG 2005 - 2009 com destaque para:

- (i) Promoção dos projectos de geração de energia eléctrica, nomeadamente, Projectos das Centrais Hidroeléctrica de Cahora Bassa Norte (1245MW), Termoeléctricas a Carvão de Benga (500MW-Fase I) e a Gás Natural de Moamba (750 MW);
- (ii) Expansão da RNT, nomeadamente, conclusão das Linhas Namputa-Nacala (110 kV) e Chimuarua-Marronheu (110kV), e conclusão da Subestação de Metoro a 110/33kV.

Vale notar que, ao longo do Quinquénio 2005-2009, o Sector de Energia enfrentou desafios que de alguma forma contribuíram para o atraso da realização de algumas actividades, havendo deste modo necessidade de merecerem o devido acompanhamento nos próximos cinco anos de governação, com destaque para:

- (i) Projectos de Geração Mphanda Nkuwa, Moatize e Moamba, e Reabilitação das Centrais Hidroeléctricas de Mavuzi e Chicamba;
- (ii) Linha de Transporte Tete-Maputo e Projecto de Interligação Moçambique-Malawi;
- (iii) A consolidação do Quadro Legal com vista a implementação da Política e Estratégia de Biocombustíveis e da Política de Desenvolvimento de Energias Novas e Renováveis;
- (iv) A concretização da implantação da Fábrica de Painéis Solares Fotovoltáicos;
- (v) A prossecução da implementação do Incentivo Geográfico;
- (vi) Reabilitação de Tanques de Armazenagem de Combustíveis em Maputo, Beira e Nacala, bem como de GPL em Maputo.

ENERGIA ELÉCTRICA



1.1.PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE NOVAS CENTRAIS TERMOELECTRICAS E HIDROELECTRICAS EM MOATIZE, MPHANDA NKUWA, ALTO MALEMA, LURIO E MASSINGIR E REABILITAÇÃO DAS CENTRAIS HIDROELECTRICAS DE MAMUZI E GILICAVIBA

1.1.1. CENTRAL HIDROELECTRICA DE MPHANDA NKUWA

Localizado a cerca de 60 Kms a jusante da Barragem de Cahora Bassa, e a 70 Kms da cidade de Tete, o Projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa prevê uma capacidade instalada de 2400 MW, dos quais 1500 MW correspondem à primeira fase cujos trabalhos estão em curso, com destaque para:

- (i) Avaliação definitiva do impacto social e ambiental;
- (ii) Negociação dos contratos de compra de energia com os potenciais consumidores.

Neste âmbito, foram realizadas as seguintes acções:

- Constituição da Sociedade Hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa (SHMNK);
- Licenciamento do Projecto a nível da Província de Tete;
- Submissão ao Ministério da Energia da proposta para negociação do Contrato de Concessão;
- Estão em curso discussões entre a SHMNK e a potenciais consumidores (como a Eskom) para acordar os termos de venda de energia, discussões com a SPM sobre o pacote de benefícios fiscais;
- Estão em curso a mobilização de financiamento, com o potencial financiador e a elaboração do desenho de engenharia do projecto;
- Decorre a actualização do Estudo do Impacto Ambiental para efeitos de obtenção da Licença Ambiental e do processo de selecção do consultor para realização do Estudo de Geologia e Hidrologia, visando a análise de viabilidade técnica do processo de desenvolvimento da central.

A conclusão destas acções permitirá à SHMNK alcançar o fecho financeiro do projecto em 2011 e consequentemente o início das obras de construção da barragem, cuja duração estima-se em cinco anos.



1.1.2. CENTRAL TERMOELÉCTRICA A CARVÃO DE MOATIZE

O Projecto prevê uma capacidade instalada de 2.400MW, dos quais 600MW correspondem a primeira fase. A Vale, empresa brasileira concessionária da mina de carvão de Moatize, é o principal investidor do projecto da Central Termoelétrica de Moatize, tendo já concluído e apresentado ao Governo o respectivo estudo de viabilidade em cumprimento dos compromissos assumidos com o GOM nos termos do Acordo de Princípios.

Actualmente decorre o processo de procurement para fornecimento e construção da central, cuja conclusão e entrada em funcionamento da 1ª fase, está prevista para 2013.

1.1.3. CENTRAL HIDROELÉCTRICA DO LÚRIO

Com um potencial hidroeléctrico de 120MW de capacidade, este projecto terá uma contribuição importante não só no aumento da disponibilidade de energia, como também na melhoria da estabilidade, fiabilidade e segurança de fornecimento de energia à região Centro-Norte, bem como impulsionar a materialização do Projecto de Interligação com a Tanzânia.

Neste âmbito, foi concluído o estudo de viabilidade, cuja análise mostra que os custos do projecto correspondem a um preço de KWh menos competitivo. Por conseguinte, está em curso a selecção de um investidor estratégico que, em parceria com a EDM deverá levar a cabo um estudo de optimização dos custos do investimento.

1.1.4. REABILITAÇÃO DAS CENTRAIS HIDROELÉCTRICAS DE MAVÚZI E CHICAMBA

Este projecto visa a modernização das duas Centrais Hidroeléctricas, permitindo a reposição da capacidade inicial instalada de 52 MW (Mavúzi) e 38.4 MW (Chicamba), como também o aumento da capacidade de geração em 8 MW, passando as duas centrais a produzir o total equivalente a 99 MW. A modernização das centrais irá contribuir para a melhoria da estabilidade, fiabilidade e segurança de fornecimento de energia à região Centro. Para o efeito, foi já assegurado o financiamento para a implementação do projecto.

1.1.5. CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE MASSINGIR

É um projecto que oferece a possibilidade de aproveitamento hidroeléctrico para geração de 27.5 MW e está associado às infraestruturas da actual Barragem de Irrigação de Massingir.

O desenvolvimento do projecto, está a cargo de um Consórcio do qual faz parte a ARA Sul, estando neste momento a levar a cabo acções relativas à sua implementação, com destaque para negociação em curso do contrato de compra e venda de energia com a EDM, o que conduzirá ao fecho financeiro. O início das obras da central está condicionado a conclusão das obras de reabilitação das componentes danificadas em resultado do acidente ocorrido em Maio de 2008.

1.1.6. CENTRAL HIDROELÉCTRICA DO ALTO MALEMA

No âmbito da promoção do projecto, foram levadas a cabo diversas acções que resultaram na identificação de um potencial investidor, a quem foi atribuída a devida autorização para realizar Estudos de Viabilidade e do Impacto Social e Ambiental, visando a implementação do projecto cuja capacidade é estimada em 50 MW.

1.2. REFORÇAR A REDE NACIONAL DE TRANSPORTE DE ENERGIA ELECTRICA ATRAVES DA CONSTRUÇÃO DE NOVAS LINHAS.

De 2005-2009, foram construídas linhas de transporte e distribuição de energia e diversas infra-estruturas associadas, com destaque para as seguintes:

1.2.1. CONCLUSÃO DA LINHA DE 110 KV DE NAMPULA A PEMBA

Foram concluídos 377 Kms da linha de transporte de alta tensão a: 110 KV, interligando Nampula-Pemba, incluindo a construção da subestação de 110 KV/ 33 KV em Pemba, ainda foram concluídos 101 Kms de linha de média tensão e 13 Kms de baixa tensão.

1.2.2. CONCLUSÃO DA LINHA DE 110 KV DE QUAMBA A LICHINGA

Foram concluídos 337 Kms de linha de alta tensão a 110 KV de Gurue-Quamba-Lichinga, 275 Kms de baixa tensão e 68 kms de média tensão, passando a beneficiar de energia eléctrica da Rede Nacional de Transporte às Cidades de Lichinga e Quamba.

1.2.3. CONCLUSÃO DA LINHA DE 33 KV DE LICHINGA A METANGULA

Foram concluídos 15 Kms de linha de média tensão de 33 KV de Lichinga a Metangula. Esta linha foi redimensionada após a conclusão do estudo tendo concluído que com 33 KV poder-se-ia atingir o mesmo objectivo tendo em conta os níveis de carga esperados nos próximos anos.

1.2.4. CONCLUSÃO DA LINHA DE 110 KV DE PEMBA-MONTEPUEZ-ANCUABE

Foram concluídos 250 Kms de linha de média tensão de 33 KV de Pemba-Montepuez-Ancuabe, incluindo a subestação de Metoro de 110 KV/33KV. Esta linha foi redimensionada após a conclusão do estudo tendo

concluído que com 33 KV poder-se-ia atingir o mesmo objectivo tendo em conta os níveis de carga esperados nos próximos anos.

1.2.5. CONCLUSÃO DA LINHA DE 110 KV DE ALTO MOLOCUE A GILÉ

Foram concluídos 72 Kms em alta tensão, 137 Kms de média tensão, 6 Kms de baixa tensão e concluídas a construção da Subestação de Ulapé e da estação de compensação de Alto Molocué.

1.2.6. CONSTRUÇÃO DA LINHA DE 110 KV DE MANHIÇA-MACIA

Este projecto não se realizou por falta de financiamento, estando em curso acções visando a sua materialização.

1.2.7. CONSTRUÇÃO DA LINHA DE 220 KV DE CHIBATA A DONDO

Encontra-se em fase de selecção do empreiteiro para o início das obras da linha de transporte à 220 KV interligando a Subestação de Chibata e Dondo, extensão da Subestação de 220/110 KV de Chibata. O atraso que se verifica deveu-se às dificuldades de cumprimento das regras de procurement impostas pelo financiador.

1.2.8. CONSTRUÇÃO DE 400 KV DE SONGO A NACALA

O projecto não foi executado como previsto tendo sido reavaliado, chegando a conclusão que seria racional interligar Songo a Nacala por via do desenvolvimento da interligação Moçambique-Malawi. Esta iniciativa implica grande cooperação com o Malawi.

Dentro deste contexto, decorrem acções para a realização do estudo de viabilidade tendo em vista a opção duma extensão de Pombeya (Malawi) a Nacala (Moçambique), no âmbito do Projecto de Interligação Moçambique-Malawi, tendo para o efeito sido seleccionado o consultor.

1.2.9. CONSTRUÇÃO DA LINHA DE 400 KV DE SONGO A MAPUTO

ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÓMICA E AMBIENTAL PARA A CONSTRUÇÃO DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ALTA TENSÃO EM ZAMBEZE, ZÂMBIA, ZÂMBIA (ZSP) E ZÂMBIA (ZOS) SAZ

Este projecto consiste na construção de uma linha de alta tensão, com uma extensão de cerca de 1.500 km, no quadro do desenvolvimento dos projectos de geração de energia eléctrica localizados no Vale do Zambeze, de forma a assegurar a evacuação de energia para os diferentes centros de consumo.

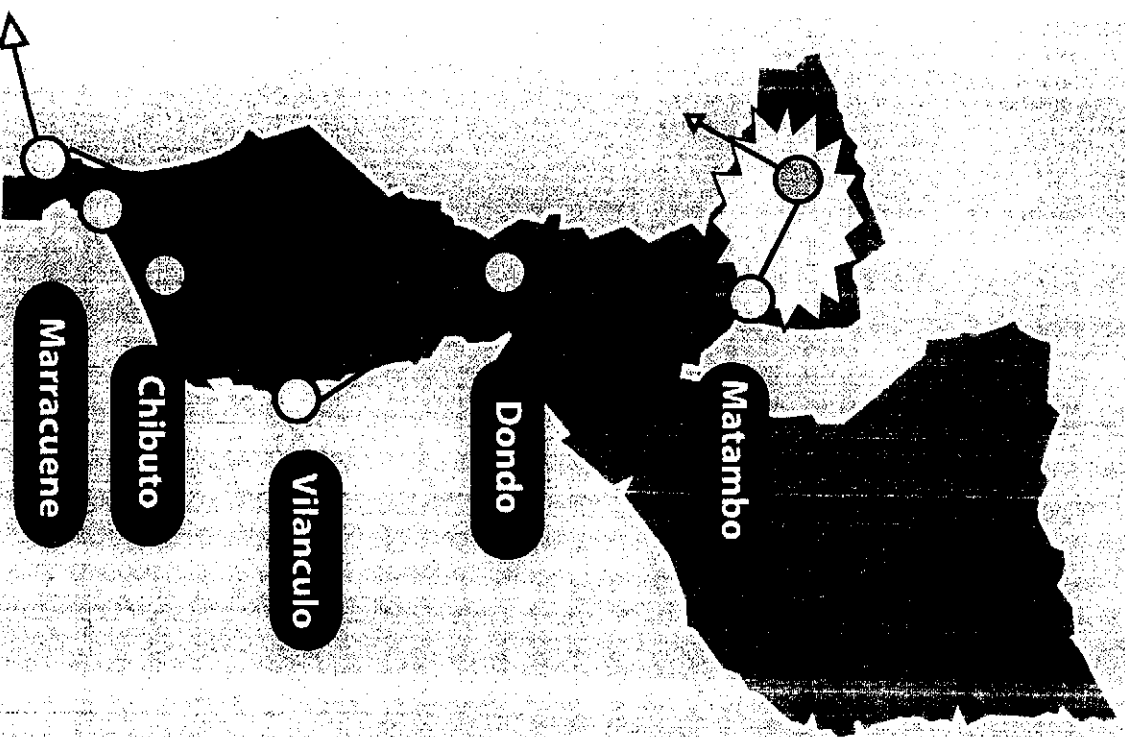
Para a sua implementação, está previsto o estabelecimento duma parceria do tipo público-privada, na qual a EDM participa como accionista maioritário. Neste contexto:

• Foi realizado o estudo da opção técnica de menor custo, o qual levou em consideração a minimização dos custos de investimento da linha, o encurtamento do período de construção e o carácter da implementação dos projectos de geração de energia eléctrica.

Esta opção contempla 2 fases, sendo que a primeira a construção de uma linha de corrente alternada (HVAC) a 400 kV e uma linha HVDC a 800 kV. A Fase II compreende uma Linha de 800 kV em corrente contínua (HVDC) de Tete a Maputo e as respectivas subestações de conversão e reconversão em Tete e em Maputo, sendo a capacidade de transporte de 2900 MW.

No âmbito da sua implementação, está sendo levado a cabo e com o financiamento do Banco Mundial e do Reino da Noruega um conjunto de acções com destaque para as seguintes:

- Estabelecimento da sociedade comercial responsável pelo desenvolvimento do projecto;
- Implementação e exploração do projecto;
- Desenvolvimento do estudo técnico e económico de viabilidade da opção do menor custo;
- Estudo completo de Avaliação do Impacto Social e Ambiental.



Projeto da linha de transporte de alta tensão Tete - Maputo

1.3. PROSSEGUIR COM OS PROJECTOS DE INTERLIGAÇÃO REGIONAL, VOMFADAMENTE MOÇAMBIQUE-MALAWI, MOÇAMBIQUE-ZIMBABWE (CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA LINHA), E MOÇAMBIQUE-TANZANIA

1.3.1. PROJECTO DA LINHA DE INTERLIGAÇÃO MOÇAMBIQUE-MALAWI

Relativamente ao Projecto de Interligação Moçambique-Malawi, foram levadas a cabo as seguintes acções:

- Conclusão do acordo de financiamento entre o Governo de Moçambique e o Banco Mundial para a construção da linha no troço compreendido entre a subestação de Matambo e a fronteira com o Malawi, bem como para o estudo de viabilidade da linha Pombeya (Malawi) – Nacala, tendo em vista o aumento da disponibilidade de energia para a região norte e melhorar a fiabilidade de fornecimento. O arranque das obras está dependente da conclusão do acordo de financiamento entre o Governo do Malawi e o Banco Mundial;

- No entanto, foi seleccionado o consultor para o estudo de viabilidade da linha Pombeya (Malawi) e Nacala (Moçambique) como extensão da linha Moçambique-Malawi.

Beneficiários do Projecto:

A materialização do Projecto da linha Pombeya Nacala, irá igualmente permitir a extensão da linha para Nacala, reforçando o sistema da rede de energia da Região Norte para satisfazer a demanda crescente.

O projecto vai contribuir igualmente no alargamento do mercado para a venda de energia produzida no Vale do Zambeze, onde se localiza um elevado potencial de geração, com impacto no aumento das receitas para o País e contribuirá ainda para melhorar significativamente a fiabilidade e segurança de fornecimento de energia eléctrica aos diversos locais em território nacional, que actualmente recebem

energia através da rede eléctrica do Malawi, como são os casos de Milange (virá do Gurrué), na Província da Zambézia, Mandimba (virá de Cuamba), na Província do Niassa, Ulóngué (e brevemente o Posto Administrativo de Dómué), no Distrito da Angónia, vila fronteiriça de Bribiri (e brevemente N'tengo Wa Mbalame e Tsangano-Sede), no Distrito de Tsangano, Província de Tete.

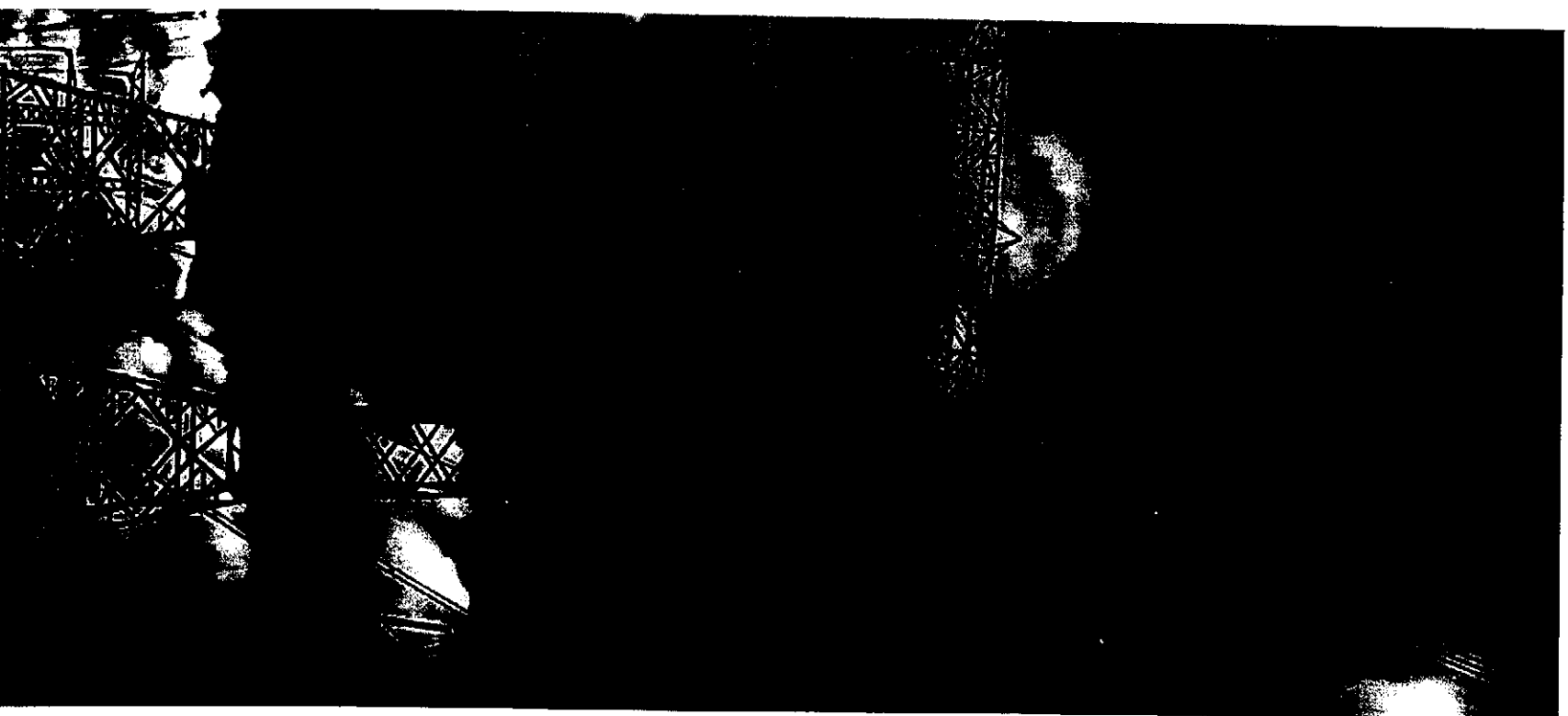
1.3.2. PROJECTO DE INTERLIGAÇÃO DA LINHA DE MOÇAMBIQUE-ZIMBABWE (CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA LINHA)

Este Projecto não foi materializado devido a crise económica no Zimbabwe, o que fez com que o mesmo passasse a não ser viável. Contudo, serão enviados esforços para a retomada das negociações com vista a implementação do mesmo no próximo Quinquénio, dependendo da melhoria da situação política do Zimbabwe.

A materialização deste projecto irá reforçar a linha de transporte já existente (Songo-Bindura), permitindo deste modo, uma melhor fiabilidade no escoamento da energia para ambos países.

1.3.3. PROJECTO DE INTERLIGAÇÃO DA LINHA MOÇAMBIQUE-TANZANIA

Foram efectuados vários encontros com a TANESCO (Empresa Pública de electricidade da Tanzania) com vista a materialização deste Projecto. Do lado Tanzaniano foi efectuado o estudo de viabilidade pela Artumas Group Incorporated (AGI) que indicou a construção de 120 km de linha a 110 kV de Mtwara (Tanzania) à Mocimboa da Praia (Moçambique) e construção duma Subestação de 110/132 kV em Mtwara. Do lado Moçambicano foram concluídos os Termos de Referências para contratação de Consultores para a realização do estudo detalhado da interligação, estando em curso acções de mobilização de financiamento para implementação do Projecto.



O projecto vai permitir a interligação do sistema eléctrico entre os dois países, contribuindo deste modo, para o aumento das receitas em divisas, assim como contribuir na melhoria da qualidade e fiabilidade do fornecimento de energia eléctrica na Região Norte do País.

1.4. CONSTRUÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE DESPACHO PARA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS

Foi concluída a construção do Centro Nacional de Despacho e iniciada a ligação das RTU's, "Remote Terminal Unit" (Unidade Remota de Telecontrolo e Subestações), localizada na Província de Maputo, para uma gestão mais eficiente da energia, incluindo a redução do tempo de re-ligação, em caso de cortes por avaria.

1.5. PROSSEGUIR COM A EXTENSÃO DO PROGRAMA DE ELECTRIFICAÇÃO RURAL, PRIORIZANDO A LIGAÇÃO DE MAIS DISTRITOS À REDE ELÉCTRICA NACIONAL.

Estão em curso as obras de electrificação de mais 4 Distritos¹, cuja conclusão está prevista para final de 2009, o que nos levará a um total de 40 Sedes Distritais ligadas durante o presente Quinquénio e um total geral acumulado de 89 Sedes Distritais ligadas (ver anexo 1. Mapa do Balaço das Sedes Distritais) nos últimos 5 anos, nomeadamente:

Niassa (3):

Lago, Lichinga e Cuamba, elevando o total para 4 dos seus 15 Distritos;

Cabo Delgado (5):

Pemba-Metuge, Mecúfi, Montepuez, Chiure e Ancuabe dos seus 16 Distritos;

Nampula (4):

Murrupula, Moma, Muecate e Namapa, elevando o total para 14 dos seus 18 Distritos;

1 - Mecanizas, Metarica, Maua, Marupa.

Zambézia (11):
Namacurra, Inhassunge, Maganja da Costa, Pebane e Gilé, elevando o total para 14 dos seus 16 Distritos;

Tele (8):
Changara, Chitua, Tsangano, Mágoè, Chitunde, Marávia, Macanga e Zumbo, cobrindo a totalidade dos seus 12 Distritos;

Manica (1):
Guro, elevando o total para 6 dos seus 9 Distritos;

Sofala (7):
Gorongosa, Caia, Marromeu, Cheringoma, Chemba, Chibabava e Machanga, elevando o total para 10 dos seus 12 Distritos;

Inharrubane (2):
Morrumbene e Massinga, elevando o total para 9 dos seus 12 Distritos;

Gaza (2):
Massingir e Mabalane, elevando o total para 8, dos seus 11 Distritos.

As 89 Sedes Distritais electrificadas através da energia eléctrica da REN até à presente data são ilustradas nos mapas que se seguem, por Província, incluem²:

Niassa (4):
(2004) -Mandimba; (2005-2009) -Lago, Lichinga e Cuamba;

Cabo Delgado (5):
(2005-2009) -Pemba-Metuge, Mecifi, Montepuez, Chiure e Ancuabe;

Nampula (14):
(até 2004) - Angoche, Malema, Meconta, Memba, Mogovolas, Mossuril, Monapo, Nampula-Rapale, Nacala-a-Velha e Ribáuè; e (2005-2008) - Moma, Murrupula, Muecate e Namapa (Distrito de Erati);

Zambézia (14):
(até 2004) - Nicoadala, Mopeia, Morrumbala, Mocuba, Milange, Ile, Namarroi, Alto Molócué e Gurúè; e (2005-2008) - Namacurra, Inhassunge, Maganja da Costa, Pebane e Gilé;

Tele (12):
(até 2004) - Cahora Bassa, Angónia, Moatize e Mutarara; (2005-2009) - Changara, Mágoè, Tsangano, Chitua, Marávia, Chitunde, Macanga e Zumbo;

Manica (6):
(até 2004) -Mossurize, Sussundenga, Gondola, Manica e Bárúè;
(2005-2008) -Guro;

Sofala (10):
(até 2004) - Búzi, Dondo e Nhamatanda;
(2005-2009) - Gorongosa, Cheringoma, Marromeu, Caia, Chemba, Chibabava e Machanga;

Inharrubane (9):
(até 2004) - Jangamo, Homoine, Inharrime, Zavala, Inhassoro, Govuro e Vilankulo;
(2005-2008) - Morrumbene e Massinga;

Gaza (8):
(até 2004) - Bilene, Xaia-Xai, Mandlakazi, Chókwè, Chibuto e Gujá;
(2005-2009) - Massingir e Mabalane;

Maputo (P) (7):
Todas as Sedes Distritais estão ligadas à RNT:
(até 2004) - Matutine, Namaacha, Boane, Moamba, Marracuene, Manhiça e Magude.

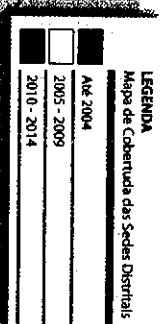
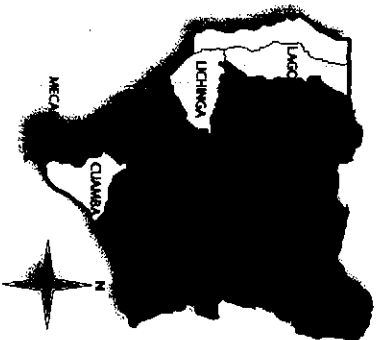
Os diversos Postos Administrativos (PA's), Localidades, Povoações, Aldeias, Bairros, projectos económicos e sociais situados ao longo do trajecto das linhas de média tensão que interligam as Sedes Distritais vão beneficiando também da energia da Rede Eléctrica Nacional, em todas as Províncias.

2- Para efeitos desta avaliação estão excluídas as seguintes cidades e vilas do País: Pemba, Nacala-Porto, Nampula, Ilha de Moçambique, Quelimane, Tété, Quimico, Beira, Maxixe, Inharrane e Matola.

1.5.1. BALANÇO DETALHADO DA ELECTRIFICAÇÃO POR PROVÍNCIA

À excepção da Província de Maputo em que todas as Sedes Distritais se encontram ligadas à Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica, a seguir se apresenta de forma detalhada, o balanço da electrificação e perspectivas para os próximos 5 (cinco) anos, por província:

PROVÍNCIA DE MIASMA



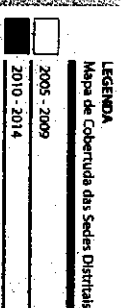
- Foram electrificadas as Sedes Distritais de Lagoa, Lichinga e Cuamba;

- Estão em curso as obras de electrificação das Sedes Distritais de Metarica, Mauá, Marrupa, Mecanheas e Sangai;

- Foram electrificados os P.A.s e Localidades de Lunho (Cuamba) e Manhiamba (Lagoa).

A Província de Miasma conta com cerca de 16.660 novos consumidores ligados à REN no período de 2005-2009, a destacar a reabilitação da Subestação Principal e a extensão da rede de média e baixa tensão na Cidade de Cuamba e arredores, melhorando desta forma a qualidade de energia fornecida e beneficiando cerca de 2.100 novos consumidores, além dos já existentes.

PROVÍNCIA DE CABO DELGADO



- Foram electrificadas as Sedes Distritais de Pemba, Metife, Mecim, Montepuez, Chuire e Anclabe;

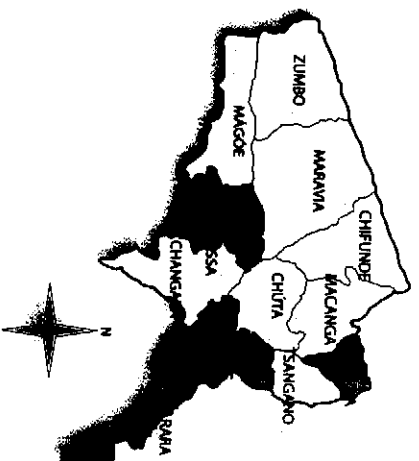
- Foram electrificados os P.A.s e Localidades de Murebue (Mecim), Meforo, Amambua, Napue e Namanhumbire (Montepuez);

A Província de Cabo Delgado conta com cerca de 17.910 novos consumidores ligados à REN, sendo de destacar:

A electrificação das Sedes Distritais de Pemba com 390 novos consumidores ligados à REN, sendo 2 Escolas do grupo de escolas de ensino básico, incluindo o edifício de administração da cidade de Pemba;

A electrificação das Localidades de Murebue e Meforo em Manhiça com 2.000 novos consumidores ligados à REN;

PROVÍNCIA DE TETE



LEGENDA
Mapa de Cobertura das Sedes Distritais

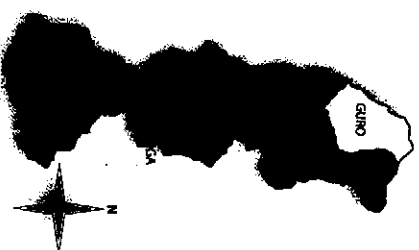
■	Até 2004
■	2005 - 2009

Formas destacadas as Sedes Distritais de Drangala, Magoé, Tsangano, Chitua, Maravia, Chirundu, Macanga e Zumbo;

Formas electrificadas: os Pais e localidades de Massana e Mazoe (Changara) e Mucumbura (Magoé).

De 2005-2009, a Província de Tete conta com cerca de 2.500 consumidores ligados à rede, com destaque para a electrificação da Vila de Changara tendo beneficiado cerca de 455 consumidores, 192 consumidores na Vila de Mazoe e 117 clientes na Vila de Massana.

PROVÍNCIA DE MANICA



LEGENDA
Mapa de Cobertura das Sedes Distritais

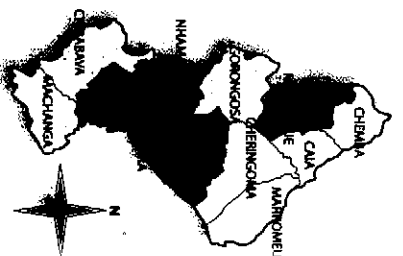
■	Até 2004
■	2005 - 2009
■	2010 - 2014

Formas electrificadas: Vila de Gumbo;

Formas com consumidores por não serem beneficiadas por rede de distribuição eléctrica (Gumbo).

Formas quintessenciadas: Vila de Gumbo, com cerca de 2.000 consumidores, beneficiando cerca de 1.000 consumidores, sendo cerca de 500 beneficiados em Vila de Gumbo.

PROVINCIA DE SOPALA



LEGENDA

Mapa de Cobertura das Sedes Distritais

■	Até 2004
□	2005 - 2009
□	2010 - 2014

• Foram electrificadas as Sedes Distritais de Caia, Cheringoma, Gorongosa, Marroneu, Chema, Chibava e Machanga;

• Foram electrificados os P.A.s e localidades de Sena (Caia), Inhaminga (Cheringoma) e Muxungue (Chibava);

A Província de Sofala conta com cerca de 39.030 consumidores ligados a (REN) no período de 2005-2009, a destacar:

A conclusão da electrificação das Sedes Distritais de Caia e Marroneu, Localidade de Gualaquara em Buzi e Vila Sede de Inhaminga em Cheringoma, tendo permitido a ligação de cerca de 520 novos consumidores através da Subestação de Chinulara – Caia – Murraça – Inhaminga, cerca de 355 consumidores através da linha Gualaquara/Vila de Buzi/Fabrica de Buzi/Nova Sofala 200 no- vos consumidores em Marroneu e foi alimentada a Fabrica de açúcar – “Companhia de Sena”

PROVINCIA DE INHAMBANE



LEGENDA

Mapa de Cobertura das Sedes Distritais

■	Até 2004
□	2005 - 2009
□	2010 - 2014

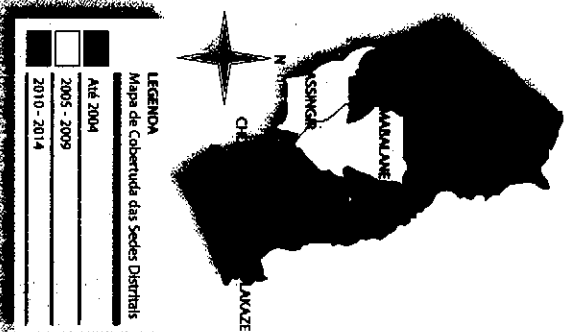
• Foram electrificadas as Sedes Distritais Morumbane e Massanga;

• Foram electrificadas as P.A.s e localidades de Guitima, Morumbane, Matos de Macequena, Cheringoma, Muxungue, Chibava e Chibava;

A Província de Inhambane conta com cerca de 39.030 consumidores ligados a (REN) no período de 2005-2009, a destacar:

A conclusão da electrificação das Sedes Distritais de Morumbane e Massanga, tendo permitido a ligação de cerca de 520 novos consumidores através da Subestação de Chinulara – Caia – Murraça – Inhaminga, cerca de 355 consumidores através da linha Gualaquara/Vila de Buzi/Fabrica de Buzi/Nova Sofala 200 no- vos consumidores em Marroneu e foi alimentada a Fabrica de açúcar – “Companhia de Sena”

PROVÍNCIA DE GAZA

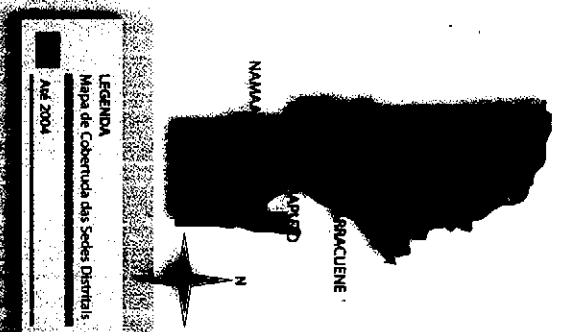


• Foram electrificadas as Sedes Distritais de Massingir e Mabalane;

• Foram electrificados os P.A.s e localidades de Massingir, Chimondzo e Ineala (Mada), Mazarretane, Dijofo, Machinhe, Banga, Zola, Mahanguene, Macarlane, Xenbene, Adela, 25 de Setembro, e Adela Machine (Ghokwe), Chidengue, Maturaká e Kozas de Inwadjahane, Koolola, Enzala, Mabinhe, Latanzelas (Manjacaze) e Chicumbane e Barras 2 e 3 da Adela Julius Nyere, Matarine (Xai-Xai).

• A Província de Gaza conta com cerca de 38.440 novos consumidores ligados à REN no período de 2005-2009.

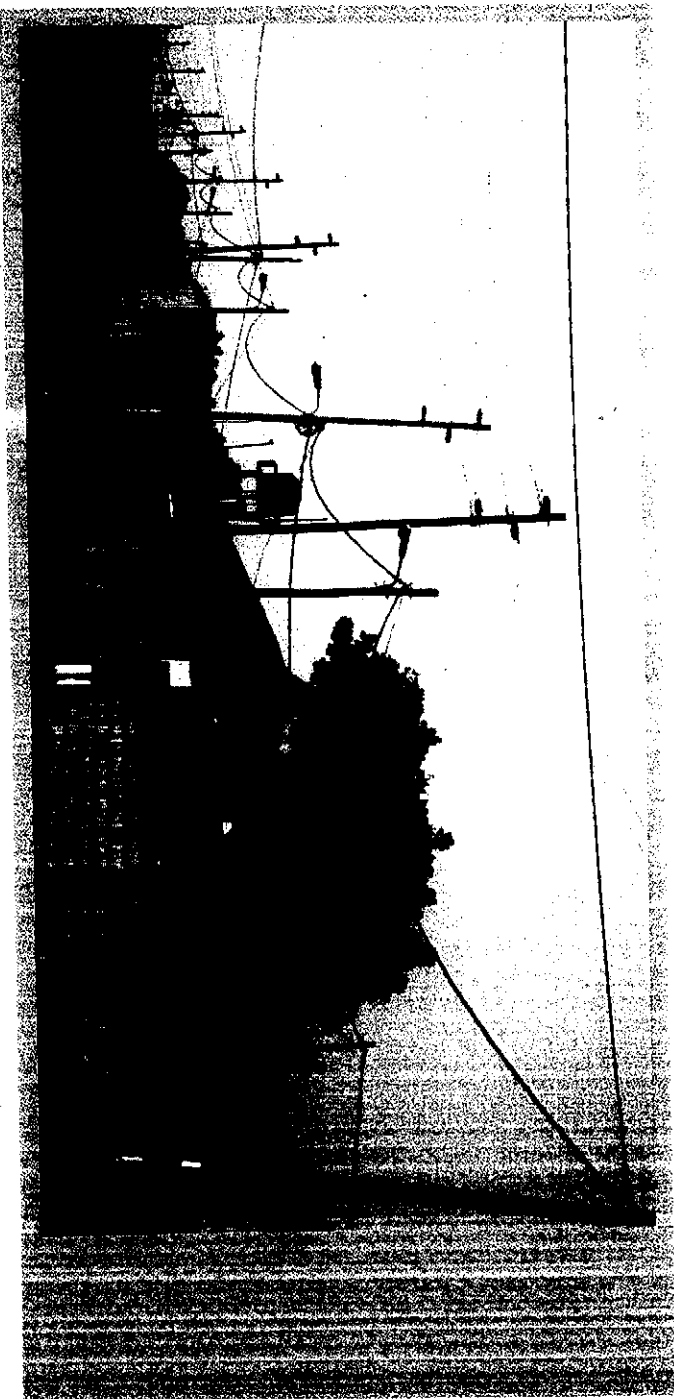
PROVÍNCIA DE MAPUTO



• Até 2004, todas as Sedes Distritais de Maputo estão electrificadas, com excepção das localidades MANAIA, MAMBIA, MATEVALVA, MEBE e MEBEIA.

• Foram electrificadas as localidades de Mambia, MATEVALVA, MEBE e MEBEIA.

• No presente momento, a Província de Maputo conta com 22.342 novos consumidores ligados à REN no período de 2005-2009.



1.6. ASSEGURAR A LIGAÇÃO DE 80 MIL NOVOS CONSUMIDORES DOMÉSTICOS

O número de novos consumidores de energia eléctrica de melhor qualidade aumentou, tendo sido ligados no período em referência mais de 460.000 novos consumidores domésticos em todo o País, dos quais cerca de 70 000 em 2005, tendo subido para cerca de 85 000 novas ligações em 2006, cerca de 95 000 novas ligações em 2007, cerca de 100 000 novas ligações em 2008 e mais de 120.000 novas ligações em 2009, correspondendo a 5 vezes mais do que os 80 000 novos consumidores previstos no Programa Quinquenal do Governo.

Pelo número de novos consumidores domésticos ligados neste espaço de 5 (cinco) anos significa que mais de 2.051.236 moçambicanos no País (cerca de 4.4 pessoas por agregado familiar) não tinham acesso à energia no final de 2005, hoje têm e a taxa global de acesso à energia no País já supera os 14,5%, contra os cerca de 7% há 4 anos atrás.

São mais de 2.900.000 moçambicanos com acesso à energia eléctrica.

1.7. PROSSEGUIR COM O PROCESSO DE REABILITAÇÃO E REFORÇO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO E ELECTRIFICAÇÃO DE CASAS, MELHORANDO O RÍTMO DA EXPANSÃO, ASSIM COMO A QUALIDADE DO FORNECIMENTO, COM PRIORIDADE PARA ÁREAS URBANAS E PERI-URBANAS.

No âmbito da reabilitação e reforço da rede de distribuição e electrificação de casas, foram realizados projectos que abaixo se destacam:

Niassa

- Reabilitação da subestação principal e ampliação da rede de média e baixa tensão passando a beneficiar 2.100 novos consumidores de energia de melhor qualidade na cidade de Cuamba e arredores.

Moçambique

- Conclusão dos trabalhos de construção civil no parque e sala de comando e decorrem trabalhos de instalação de equipamentos electromecânicos na subestação de Metoro;

- Conclusão de 37 Kms de rede de média tensão para a electrificação dos diversos Bairros da Cidade de Pemba e expansão de 3 km de rede para electrificação do Bairro Alto-Gingone e 20 Kms de rede de média tensão para electrificação do Muxara, na Cidade de Pemba, beneficiando 14.235 consumidores.

Nampula

- Reabilitação e ampliação da rede eléctrica de baixa tensão em, Lalaua, Larde, Nacala Porto e Ilha de Moçambique, beneficiando mais de 42.000 novos consumidores;

- Instalação de 900 contadores do sistema Pré-pagos (CREDELEC) no Distrito da Ilha de Moçambique, dos 2.600 alocados, depois de uma abrangência de cerca de 60% de contadores montados nas Cidades de Nampula e Nacala.

Zambézia

- Reforço do fornecimento de eléctrica à Cidade de Quelimane e construção de uma mini-subestação junto a Central Eléctrica de Quelimane;

- Electrificação dos bairros Santana (Município de Quelimane), Mucejo novo e Magodone (Nicoadala), Malinguine (Namacurra);

- Reabilitação de 6 kms de rede de 11 kV em Quelimane, nos Bairros Sangariveira, Coalane II, Catequistado e Chuabo Dembe, de 17 Kms de rede de BT em Quelimane, nos Bairros Kansa (3 Kms), Santana (2,5 Kms) e Torrone Velho (3,5 Kms), Vila Pita (1,5 Kms), Sagar (4,5 Kms) e Chirangano (2 Kms);

- Montagem de 135 novos pontos de iluminação pública nos Bairros Kansa, Torrone Velho, Chirangano, Saguari, Piloto e Aeroporto e montagem da rede de iluminação pública com 16 pontos de luz de 250W cada, no Campo do Benfica de Quelimane, no âmbito do Festival de Jogos Desportivos Escolares;

- Conclusão das baixadas aos consumidores anteriormente identificados nas Localidades de Ratata, Magija e Impaca – Distrito de Pebane e da linha de 33 kV (Maganja da Costa-Pebane) numa extensão de 144 Kms e linha Maganja da Costa-Nante numa extensão de 28 Kms.

Manica

- Conclusão das obras de reabilitação e ampliação da Subestação de Catandira para alimentar Guro-sede, Localidades de Cruzamento de Macossa, Inhazónia, Nhassacara e Nhampassa em Bárue;

- Ligações ao projecto de irrigação de 24 farmas no Distrito de Bárue;

- Construção de um ramal de 6 kms para alimentar a vila de Rotanda, no Distrito de Sussundenga a partir do Zimbabwe; e um ramal em Média Tensão e rede de Baixa Tensão para electrificação da aldeia de Muzongo no Distrito de Manica.

Sofala

- Reabilitação e ampliação das redes de baixa tensão da Cidade da Beira e arredores e expansão de mais 20 Kms de baixa tensão que asseguraram a ligação de 20.000 consumidores.

Inhambane

- Expansão de cerca de 10 Kms de rede de baixa tensão na Cidade de Inhambane.

(3/2/2009)

- Comissionamento da Central back up de Xai-Xai, constituída por quatro grupos geradores a diesel com capacidade de 0.945 kW cada. A operacionalização da Central de back up de Xai-Xai veio assegurar a continuidade do serviço de fornecimento de energia eléctrica à Cidade de Xai-Xai em casos de emergências/interrupção do sistema transporte sul que no momento é garantido por uma rede radial (uma única fonte de alimentação) a partir da Subestação do Inhulene, em Maputo;

- Electrificação dos Bairros 2 e 3 da Aldeia Julius Nyerere e Bairro Macamwire, em Xai-Xai;

- Expansão de 2 Kms de rede de BT no Bairro 6 em Fidel Castro, rede de Média e Baixa Tensão no Bairro 2, rede de BT no Bairro 1 da Vila da Macia, da rede distribuição de energia na Localidade de Chicalacuava e da rede de BT no Bairro 1 da Cidade de Chóckwé.

Província de Maputo

- Expansão das redes de distribuição de energia para as Localidades de Motaze e Catuane;

- Instalação de 6000 baixadas nos Bairros da Cidade da Matola e Boane (Tsalala, Machava, Bunhica 1 e 2, Machava-Baião, São-Dâmaso, Ndlavela, Khongolote, Tchumene 2, Campoane, Belo Horizonte, Mahelane, Massaca e Boane Sede);

- Construção de novas Subestações e postos de transformação em Matola Gare 66/33KV, 30 MVA, instalação de 2x66/33KV, 30 MVA (Subestação da Machava) e de novos equipamentos para melhorar a qualidade de energia na Matola e Matola Gare, com vista a redução de cortes e oscilação de energia beneficiando 30.000 consumidores de energia de melhor qualidade;

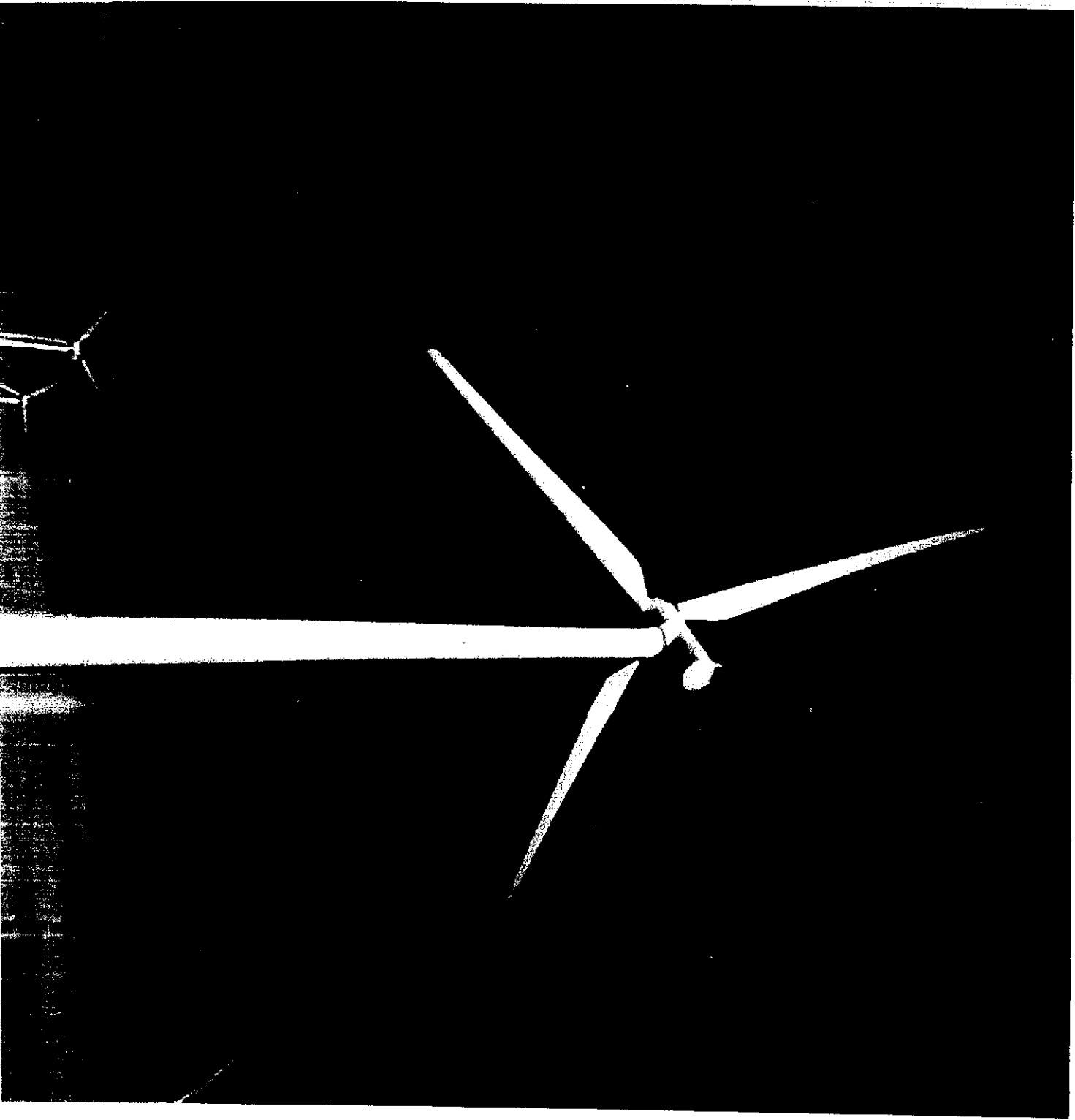
- Montagem dos postos de transformação e extensão das redes de baixa e média tensão para electrificação das zonas agro-pecuárias nos Distritos da Moamba, Boane e Matutuíne incluindo o Posto Administrativo de Sabié.

Maputo Cidade

- Construção de novas subestações e postos de transformação e instalação de novos equipamentos para melhorar a qualidade de energia em Lauiane, Mahotas, Bairro Triunfo;

- Reabilitação das redes eléctricas de todos os bairros da Cidade de Maputo e foram extendidas as redes de distribuição de energia para a electrificação dos bairros CMC/Grande Maputo, Gwava, Zimpeto Q1, George Dimitrov (Engraxador e Z. Springer), Malhazine, Inhagóia, Bagamoyo, Ferroviário Estação, Forças Populares, Chamanculo, Costa do Sol, Hulene, Mavalane Faixa 1, 25 de Junho, Minkadjuine, Nsalene, Pescadores e Polana-Caniço.

ENERGIAS NOVAS E RENOVÁVEIS



2. DESENVOLVER ACCÇÕES CONDUCENTES À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJECTOS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA COM BASE NO APROVEITAMENTO DO CARVÃO DE QUEIIMA, BIOGÁS, BAGAÇO E ENERGIA HÍDRICA COM VISTA À SATISFAZER A PROCURA A MÉDIO E LONGO PRAZO.

2.1.1. MINI HÍDRICAS

Nesta actividade específica são diversas iniciativas privadas que estão sendo implementadas com boas perspectivas de beneficiar as comunidades, como são os casos de:

Projeto de Manica

- Construção da Barragem Hidroeléctrica de Honde, inaugurada por S. Excia. o Presidente da República, para a produção de energia eléctrica com uma capacidade de 80 kW, no Distrito de Bárúè, suficiente para abastecer energia eléctrica a mais de 300 famílias naquela localidade, para além do desenvolvimento de pequenos negócios, com impacto positivo no combate à pobreza.
- Construção de 4 micro-hídricas na localidade de Chua, Posto Administrativo de Machipanda, provincia de Manica com uma capacidade acumulada de 60 kW, podendo abastecer energia eléctrica a 150 famílias.
- Em curso acções com vista a implementação das micro e mini-hídricas de Nihazónia no Distrito do Bárúè, Rotanda e Sembezeia no Distrito de Sussundenga,

Projeto de Tete

- Reconstrução da Mini-hídrica de Máué em Ulôngue, com grande contribuição na estabilização do abastecimento de energia à Angónia e Tsangano e em Chidzolomondo que recebem do Malawi e enfrentam corte constantes de energia em períodos de ponta.

2.1.2. BIOGÁS

Ainda no âmbito da promoção do uso de energias alternativas, foi montado um biodigestor em casa de uma família cuja sua selecção foi baseada na disponibilidade de matéria-prima, como o caso de excrementos do gado bovino e água devido a proximidade do rio. O primeiro biodigestor já está a produzir biogás que está sendo canalizado para um fogão doméstico para efeitos de testagem instalado em Magude.

2.1.3. CARVÃO DE QUEIIMA

No âmbito do projecto de produção e utilização de briquetes foi importada e instalada na Universidade Eduardo Mondlane uma briquetadeira, com a capacidade para a produção de briquetes de serradura como fonte alternativa ao combustível lenhoso na cidade de Maputo.

2.2. ALARGAR O ACESSO À ENERGIA POR PARTE DAS POPULAÇÕES, EM PARTICULAR DAS ÁREAS RURAIS, COM RECURSO A ENERGIAS RENOVÁVEIS, NOMEADAMENTE, A SOLAR E A EÓLICA.

2.2.1. SISTEMAS FOTOVOLTAÍCOS

O Governo considera o desenvolvimento de energias novas e renováveis como uma das prioridades no conjunto dos esforços visando proporcionar a um número significativo de moçambicanos o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida, principalmente em zonas rurais.

Neste âmbito, o sector tem estado a incrementar acções nas diferentes Províncias, com vista a implementação dos Projectos de Electrificação, como é o caso da conclusão do Projecto de Electrificação de 150 Escolas e 150 Centros de Saúde rurais, com a coordenação de esforços com os Ministérios de Educação e Cultura e da Saúde, numa parceria frutuosa com o Ministério da Energia, bem como a conclusão da electrificação de 61 vilas e povoações nas províncias de Inhambane, Nampula, Cabo Delgado e Niassa.

São no total 1.241.643 moçambicanos que passaram a beneficiar da energia eléctrica gerada por painéis solares instalados neste Quinquénio, através da electrificação dos locais que abaixo se seguem, destacando:

Niassa

- Posto Administrativo de Matchedje no Distrito de Sanga;
- 15 Centros de Saúde rurais e 15 escolas rurais (EPC de Mauá, EPC de Nipepe, EPC Acordos de Lusaka, EPC de Muembe, EP2 de Macaloge, EPC de Massangulo, EPC 16 de Junho e CS II de Muana-munepa, CS III de Meluluca, CS de Mbandeze, PS de Meponda, PS de Chala, CS II de Malanga, CS de Luambala, CS de Mississe, PS de Meluluca, CS de Marrupa Sede, CS III de Nungu, CS de Maua, CS III

de Muapula, PS de M'Sawize, CS II de Mavago, PS de Chiuta, CS de Mecanheias, CS II de Mecula, CS II de Lugenda, CS II de Metarica, CS III de Namicum-de, PS de Chuanjota, PS de Chiconono, CS II de Massangulo, CS III de Chissimbir, CS III de Cheia-Cheia, CS de Nipepe Sede e CS II de Macaloge).

Cabo Delgado

- Posto Administrativo de Mirate, no Distrito de Montepuez, bem como a instalação dum sistema de bombeamento de água na sede de Mirate, abrangendo 22.503 pessoas;

• Escolas rurais, (EP2 de Ocuá, EPC de Ibo, EPC de Macomia, EPC III Congresso, EPC de Mueda, EPC de Namuno, ES de Metuge, e EPC de Nangade).

Nampula

- 50 Escolas e 50 Centros de Saúde- 50 escolas rurais nos Distritos de Angoche, Nacarôa, Malema, Meconta, Mecuburi, Momba, Mongicual, Mogovolas, Moma, Monapo, Mossuril, Mucate, Murrupula, Nacala Velha, Nampula, Ribáuê, Lalaua, Erati e Ilha de Moçambique; e 50 centros de saúde rurais nos Distritos de Angoche, Erati, Lalaua, Malema, Meconha, Meconta, Mecuburi, Momba, Mongicual, Mogovolas, Moma, Monapo, Mossuril, Mucate, Murrupula, Nacala-Velha, Ribauê, Nacarôa e Nampula-Sede.

Zambézia

- 50 Escolas e 50 Centros de Saúde- 50 escolas rurais nos Distritos de Alto Molôcuê, Chinde, Gilé, Gurué, Ile, Morrumbala, Maganja da Costa, Inhassunge, Lugela, Namarroí, Mopeia, Pebane e Milange; e 50 centros de saúde rurais nos Distritos de Alto Molôcuê, Chinde, Gilé, Gurué, Maganja da Costa, Ile, Inhassunge, Lugela, Morrumbala, Milange, Mocuba, Nkoadala, Namacurra, Namarroí, Pebane e DSC Quelimane;

- 10 Postos Administrativos e Vilas, nomeadamente: Chalaua, Iolufi, Aube, Ilha de Catamoio, Nilhessie, Imala, Sava-sava, Lunga, Muiti e Milhana.

Safana

- Hospital Rural de Muxúngue no Distrito de Chibabava;
- Localidade de Guara-Guara, no Distrito do Búzi, beneficiando cerca de 4.000 pessoas.

Manica

- Postos Administrativos de Mavonde e Mungari e Centro de Saúde de Mudezuagara no Distrito de Gondola.

Teete

- Postos Administrativos de Malowera, Vila Muatadzi e Muze.

Inhambane

- 9 Localidades com base em painéis solares em Belane, Mavanza e Morrure (Vilankulo), Nhacherque (Massinga), Sitita (Morrumbene), Tome, e Mavurne (Funhalouro) e Massalane e Djodjo (Panda). Tendo beneficiado cerca 25.800 pessoas e 1 centro de saúde e uma escola. Cada local tem um sistema de bombeamento de água.

- Fornecimento e instalação de um sistema de bombeamento de água com base em painéis solares na Comunidade de Berhe -- Fase I, tendo beneficiado 350 pessoas e na Comunidade de Chitondo, Distrito de Zavala – tendo beneficiado 500 pessoas.

Caixa

- Fornecimento e instalação de painéis solares para a electrificação de algumas infraestruturas na Aldeia de Nwadjahane, Distrito de Mandlakaze, nomeadamente, residências, Administração do Distrito e uma escola, beneficiando 662 pessoas.

Maputo

- Localidades de Tinonganine e Diabula no Distrito de Matutuíne, incluindo sistemas de abastecimento de água abrangendo 1.600 pessoas.

2.2.2. SISTEMAS EÓLICOS

No contexto de promoção de energias limpas, está em curso a medição do potencial eólico no País, tendo sido efectuado na Ponta de Ouro, Distrito de Matutuíne, na Província de Maputo e no Toifinho, Município de Inhambane, na Província do mesmo nome, prevendo-se para breve a expansão da medição a outros locais com vista a assegurar o mapeamento do potencial nacional, neste âmbito foram realizadas acções seguintes:

- Instalação da primeira turbina eólica na Ponta da Rocha, (Inhambane), com capacidade de 100kW que está ligada a RNT através de uma linha de transmissão de 33kV de 7 kms de extensão e irá beneficiar cerca de 5.400 consumidores.

- Conclusão do estudo, cujo resultado preliminar indica um potencial para instalação de um parque eólico de 100MW no distrito de Matutuíne (Província de Maputo) e Toifinho (Inhambane).

2.3. PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS ENERGÉTICOS, ATRAVÉS DA DIVERSIFICAÇÃO DAS FONTES DE ENERGIA, COM VISTA À PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS DE BIOMASSA INCENTIVANDO O RECURSO ÀS FONTES DE ENERGIA AMBIENTALMENTE BENÉFICAS.

2.3.1. PROGRAMA DE PRODUÇÃO DE FOGÕES E FORNOS MELHORADOS

O Programa de Produção de Fogões e Fornos Melhorados foi disseminado para todas as Províncias do País, tendo sido criada a capacidade local para implementação destas actividades, a destacar a formação de 276 carvoeiros a nível do País.

Assim foram actividades realizadas as seguintes por província:



Provincia do Namusa

- Montagem de 10 fogões em 10 instituições das quais duas instituições beneficiaram-se de fogões e as restantes beneficiaram-se de fogões duplos, nomeadamente 1 fogão simples no Hospital Provincial, 1 fogão triplo de Cadeia Civil, 1 fogão simples no Lar do Centro de Formação de Utuculo, 1 fogão no Lar Feminino Josina Machel, 1 fogão duplo no Centro infantil Dom Luis Gonzaga e 1 fogão duplo no Lar de Estudantes da Escola Básica Agrária.

Provincia da Zambezia

- Produção de 350 peças cerâmicas e tijolos para montagem de fogões, e montados 4 fogões em 4 orfanatos, tendo beneficiado o Lar 25 de Setembro, IMAP, Lar dos Continuadores Cuilane, Lar 1º de Julho Coalane, Lar 17 de Setembro, Cadeia Feminina de Sangariveira e Cadeia 5ª Girassol Centro.

Provincia de Tete

- Produção de 350 peças cerâmicas e tijolos para montagem de fogões fixos, montados 11 fogões em 10 instituições sendo 7 Fogões fixo duplos, e 4 fogões de 4 bocas e montagem de fogões fixos em 7 famílias, tendo sido beneficiados de 1 fogão duplo por cada, no Hospital de Moatize, no Instituto Médio de Geologias e Minas de Moatize, Cadeia Distrital de Moatize, Orfanato São José e Centro de Apoio a Velhice, Quartel de Marinha de Guerra e Hotel Kaswende e 2 fogões por cada no Hospital Provincial de Tete e Cadeia Provincial de Tete.

Provincia de Sofala

- Os Distritos de Dondo e Nhamatanda, na Provincia de Sofala foram os locais pilotos na introdução do Projecto de uso de fornos melhorados para produção de carvão vegetal. Nesta fase, foram formados 30 carvoeiros no Distrito de Mucumbezi e 46 no Distrito de Savane, na Provincia de Sofala, tendo sido produzidos 31 fornos melhorados;



Instituto de Formação de Professores de Inhambina, Centro Internato de Dondo, Instituto de Ciências de Saúde da Beira, Administração Militar e Unidade de Comandos;

- Construção de 159 fornos melhorados e formação de 160 carvoeiros nas Sedes Distritais de Nhamatanda-Mocimbezi, Dondo-sede e Dondo-Savane.

Provincia de Inhambane

- Produção de cerca de 800 peças cerâmicas para montagem de fogões fixos, beneficiadas 5 famílias com fogões fixos domésticos; tendo sido beneficiados- fogões duplo por cada no Hospital Rural de Chicucque, Lar de Chambone, Lar Emilia Dausse, Centro de Professores Emilia Dausse de Chicucque, 3 de Fevereiro, Comando da FIR, Hospital Rural de Cumbara, Hospital Rural de Jangamo, Lar Eduardo Mondlane, 2 fogões duplos e 1 fogão simples no quartel, 2 fogões triplo no Hospital de Inhambane e Cadeia Provincial de Inhambane.

Provincia de Gaza

- Produção de 500 peças cerâmicas e cerca de 2.500 tijolos de 10 e 1.000 tijolos e 30 peças cerâmicas para montagem de fogões fixos, montados no total 11 fogões fixos em instituições sociais, beneficiaram-se ainda 4 famílias em fogões fixos, tendo sido beneficiados — 2 fogões duplos por cada no Hospital de Manjacaze e Hospital Provincial; 1 fogão duplo por cada na FIR, Escola de Artes Ofícios de Xai-Xai, Infantário Provincial e IMAP; 1 fogão triplo na Escola Secundária Joaquim Chissano e 2 triplo na cadeia provincial.

Provincia de Maputo

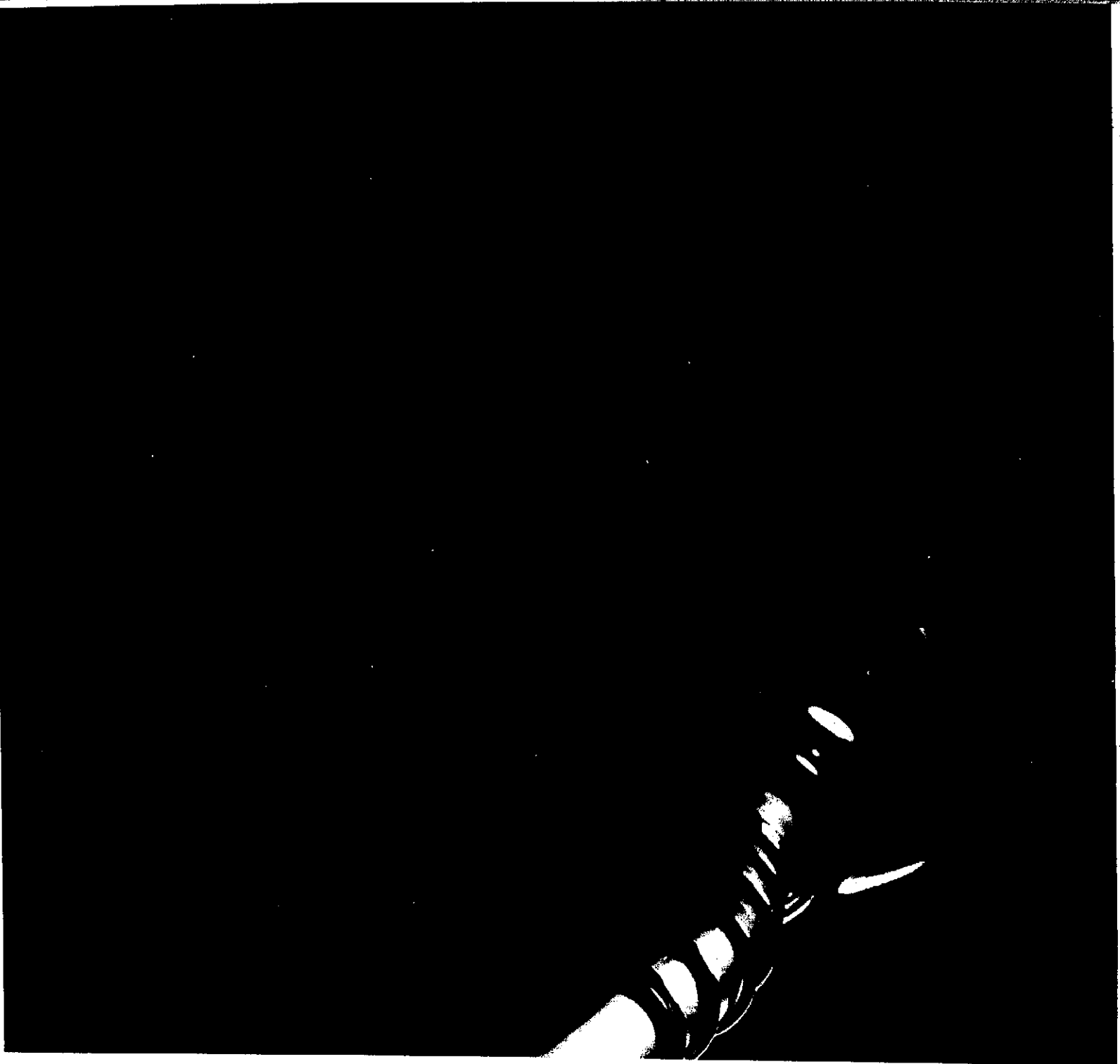
- Produção de 1.000 fogões portáteis no Distrito de Magude e Marracuene e construídos 19 fogões fixos institucionais em centros de saúde e educacionais, quartéis e prisões, bem como 16 fogões fixos domésticos em residências nos Distritos de Magude, Moamba e Boane.

- Formação de 30 carvoeiros provenientes das 10 Províncias do País, incluindo 10 técnicos das Direcções Provinciais dos Recursos Minerais e Energia e 2 técnicos dos Serviços Provinciais de Florestas e Faunas Bravias no âmbito da disseminação do projecto da produção de carvão vegetal com recurso a fornos melhorados;

- Formação de 20 oleiros e 10 técnicos das Direcções Provinciais dos Recursos Minerais e Energia no âmbito da disseminação da produção e uso de fogões melhorados, tendo sido produzidos 850 fogões;

- Produção de 1450 fogões portáteis e montados no total 16 fogões em 12 instituições; tendo sido beneficiados 1 fogão simples na Escola Especial n.º 3, 1 fogão duplo por cada no Centro de Saúde de Chingussura e Centro de Apoio a Velhice; 2 fogões duplos na Brigada de Foguetes, 2 fogões de 4 bocas no centro de Instrução Militar; 3 fogões duplos na Base Aérea da Beira e 7 fogões triplo por cada no Instituto de Educação de Adultos,

COMBUSTÍVEIS



3.1. PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS

3.1.1. PROJECTO INPETRO (INTERNATIONAL PETROLEUM TERMINAL)

Com vista a satisfação da crescente procura de armazenagem para produtos em trânsito para o Zimbabwe, Zâmbia, República Democrática do Congo (DRC) e Malawi, foi construída uma instalação e armazenagem de raiz com uma capacidade de 95,000m³ de produtos petrolíferos, à qual está directamente ligado o oleoduto da Companhia do Pipeline Moçambique-Zimbabwe (CPMZ). Em relação a este projecto foram realizadas acções seguintes:

- Construção da instalação de armazenagem, encontrando-se operada na Beira de Munhava, na Cidade da Beira, cuja bombagem de combustível que é operada por suas Excelências Presidentes Armando Sulebuza de Moçambique e Palesi Moyo do Zimbabwe.

Este projecto vai contribuir para a redução da circulação de camiões cisterna transportando combustíveis ao longo do Corredor da Beira e satisfazer a crescente procura de armazenagem para produtos em trânsito para o Zimbabwe, Zâmbia, República Democrática do Congo (DRC) e Malawi.

3.1.2. PROJECTO PETROLINE

É um projecto de construção de um oleoduto para transporte de derivados de petróleo da Instalação Oceânica da PETROMOC de Lingamo, na Cidade da Matola, até a Kendall em Witbank, passando por Nelspruit, na África do Sul. O oleoduto terá cerca de 500kms de comprimento e uma capacidade de transportar cerca de 5,000,000 m³ de derivados de petróleo por ano. Neste âmbito foram realizadas as seguintes acções:

- Assegurada a licença de construção e exploração do oleoduto pelo Estado Africano, estando em preparação o Estudo de Viabilidade em todos os seus componentes;
- Decorrem negociações com as gasolinheiras da RSA para o transporte de derivados e igualmente com prospectivos financiadores, estando o financiamento assegurado e aguardando-se neste momento pela licença ambiental;
- Da parte moçambicana foram aprovados o EIA ambiental e a licença ambiental, baseado nos seguintes documentos:
 - (i) o Relatório Técnico do EIA;
 - (ii) a proposta de Plano de Gestão Ambiental;
 - (iii) a Matriz do Plano de Reassentamento e Infra-estruturas.

Este projecto irá incrementar a capacidade de transporte de combustíveis para a República da África do Sul, facilitando o comércio entre os 2 países.

3.1.3. PROJECTO PETROBEIRA (Construção de Tanques de Armazenagem na Beira)

Este projecto destina-se, para além da armazenagem de combustíveis convencionais, à armazenagem de condensado de gás natural e pretendendo-se versátil para a acomodação de biocombustíveis. É uma construção de tanques com capacidade para 77.000 m³ na cidade da Beira.

Neste âmbito destacam-se as seguintes acções:

- Concluída a construção dos tanques e iniciada utilização destes, com a armazenagem do condensado de gás natural. Referir, que foram concluídos os testes hidrostáticos e que os outros produtos (Gasolina e Gasóleo) serão bombeados no início do ano 2010.

Este projecto vai aumentar a capacidade de armazenagem de combustíveis no país e captura de uma porção significativa do tráfego de camiões cisterna que demandam na cidade da Beira à busca de combustível, além de dar ao projecto e a Empresa Petromoc uma grande vantagem competitiva.

3.1.4. REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ARMAZENAGEM DE GÁS DE PETRÓLEO LIQUEFEITO (GPL) NA MATOLA — INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS E RESPECTIVA GESTÃO

A reabilitação e ampliação do sistema de armazenagem e manuseamento de GPL na Matola, integra duas fases, que compreendem a Fase I já concluída, que concerne na substituição do equipamento obsoleto relativo a armazenagem do GPL. A Fase II, compreende o aumento da capacidade de armazenagem com construção de 12 novos charutos com capacidade de 400 toneladas cada e um gasoduto para descargas de navios, decorrendo actualmente o processo de estudos e elaboração do respectivo projecto. Este projecto visa aumentar a capacidade de armazenagem de GPL no País e permitir maior eficiência

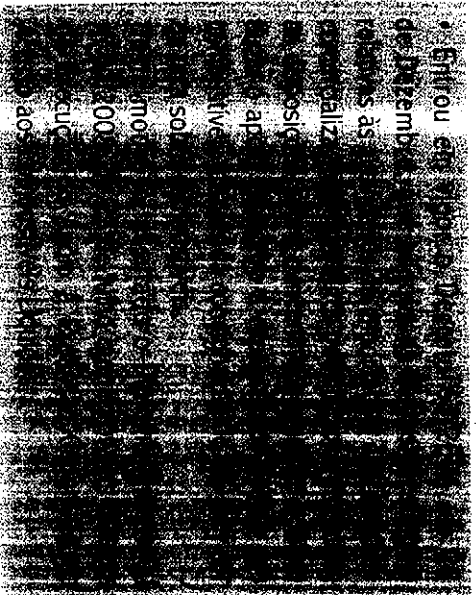
operacional e segurança técnica na armazenagem de GPL, com a redução das avarias dos equipamentos e das perdas.

3.1.5. REABILITAÇÃO, EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

É um projecto que teve início em Maputo e Nacala, tendo sido concluída a reabilitação de três tanques de armazenagem de combustíveis, com uma capacidade total de 60.000 m³ em Maputo e concluída a montagem de 2 oleodutos para a recepção de produtos petrolíferos em Nacala.

A reabilitação, expansão e modernização das instalações permitem maior eficiência operacional na armazenagem e descarga dos produtos petrolíferos, a melhoria da segurança técnica na armazenagem dos produtos petrolíferos, o aumento da capacidade de armazenagem em território nacional e a satisfação da crescente procura de armazenagem para produtos em trânsito para os países vizinhos.

3.2. PROSSEGUIR COM ESFORÇOS COM VISTA A PROVIDER A EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LIQUIDOS AS ZONAS RURAIS A UNIPRÉCIO ACESSÍVEL. EM PARTICULAR O PETRÓLEO DE ILUMINAÇÃO F. GAS DE PETRÓLEO LIQUIDO E IMPLEMENTAR INICIATIVAS TENDENTES A ENRIQUECER OS IMPACTOS NEGATIVOS SOBRE O MEIO AMBIENTE.



• O país passou a importar a gasolina sem chumbo à escala nacional a partir do ano de 2006, numa medida que visa eliminar os efeitos negativos do chumbo sobre o meio ambiente e sobre a saúde pública. A implementação desta actividade foi antecedida de realização de reuniões com os diferentes intervenientes no processo, e com vista a dessemelharem as vantagens do uso da gasolina sem chumbo. De realçar igualmente a coordenação feita ao nível dos países da região da SADC.

• Foram reduzidos os níveis de 3.000 ppm's para 500 ppm's do teor de enxofre no gasóleo.

3.2.1. PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS NO ÂMBITO DO INCENTIVO GEOGRÁFICO

Com aprovação do Decreto 63/ 2006 de 26 de Dezembro, foi consignada 5% da Taxa Sobre os Combustíveis que tem como finalidade apoiar a expansão geográfica do acesso a combustíveis líquidos. Neste âmbito foram construídos os postos de abastecimento nos distritos que não possuíam nenhum posto de abastecimento, tendo sido construídos 21 postos nos locais que abaixo se seguem:

Provincia do Niassa

• Municipio de Metangula em Metangula e Marrupa no distrito de Marrupa e Mavago-sede no distrito de Mavago;

Provincia de Cabo Delgado

• Palma-sede no distrito de Palma e Balama-sede no distrito de Balama;

Provincia de Nampulo

• Distrito de Murrupula, Mossuril - sede em Mossuril e Liupo no distrito de Mongigual;

Provincia da Zambézia

• Maganja de Costa-sede no distrito de Maganja da Costa e Erego no distrito de Ile;

Provincia de Tete

• Luenha-sede em Changara, Manje-sede em Chitua e Nhamayabue em Mutarara;

Provincia de Manica

• Macossa-sede no distrito de Macossa e Save no distrito de Machaze;

Provincia de Sofala

• Chiringoma-sede em Cheringoma e Distrito de Gorongosa;

Provincia de Inhambane

• Distritos de Funhalouro e Mabote-sede; e

Provincia de Gaza

• Distrito de Massangena e Ndindiza no distrito de Chigubo

Foram também concluídos 80 projectos de distribuição de combustíveis, nos locais seguintes:

Niassa (1)

• Cidade de Lichinga;

Cabo Delgado (8)

• Cidade de Pemba, Distritos de Ancuabe, Naijua, Plama, Quissanga, Macomia e Mecufi;

Tete (1)

• Cidade de Tete;

Manica:

- Manica;

Matiana (28)

- Distrito de Dondo e bairro da Manga;

Inhamitanga (25)

- Homoine, Morrumbembe, Panda, Inharrime, Massinga, Zavala, Zandamela, Jangamo e Maxixe;

Saizana (28)

- Distritos de Chicualacuala, Manjacaze, Xai-Xai, Chibuto e Macia; e

Maputo Província e Maputo Cidade (28)

- Distritos de Magude, Moamba, Marracuene, Chaimite, Matuine, Boane, Matulene, Mandevo e Maputo-cidade

As obras de construção dos postos de abastecimento programados para o ano de 2009, tem o seu início previsto para Janeiro de 2010. As causas que contribuíram para o adiamento do plano de construção destes postos foram:

O atraso na aprovação dos terrenos para implantação dos postos de abastecimento;

A reformulação do projecto tendo em conta as dificuldades encontradas no projecto anterior, especialmente na estrutura do canopy; e preparação dos concursos.

De referir que apesar dos atrasos para o início da construção destas bombas, decorrem neste momento acções com vista a materialização do projecto, tendo sido abertos concursos de construção civil em fase final da avaliação das propostas.

3.2.2. GESTÃO DOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

Ao longo do quinquénio, foram registados aumentos galopantes dos preços dos combustíveis no mercado internacional, com impacto negativo sobre as economias dos países importadores como é o caso de Moçambique. Os momentos críticos ocorreram nos anos de 2005 e 2008, onde o preço do barril atingiu o nível dos 150 Usd, facto inédito na história económica mundial.

Com o objectivo de minimizar o impacto sócio económico dos aumentos dos preços dos combustíveis, foram adoptados pelo Governo um conjunto de medidas fiscais e estruturais, designadamente:

• O adiamento dos Direitos Aduaneiros (5%) na importação de gasóleo e petróleo de iluminação e do IVA no gasóleo;

• A redução da margem dos distribuidores e redução das tarifas, associadas ao custo de distribuição;

• A manutenção da taxa sobre os combustíveis incidente sobre os combustíveis para o consumo doméstico da administração pública;

A partir de Outubro de 2008 foi possível repor o sistema fiscal para o sector dado a redução dos níveis dos preços no mercado internacional. Contudo, mais adiante em Agosto de 2009, houve necessidade de adoptar outro conjunto de medidas extraordinárias, em face das novas subidas que se verificaram ao nível do mercado internacional com efeitos negativos na economia do País:



A gestão dos preços de combustíveis visa a estabilização dos mesmos bem como dos preços dos transportes dos semi-colectivos, com vista a minimização do impacto negativo para a sociedade em geral.

3.2.3. PROJECTO DE VEÍCULOS MOVIDOS A GÁS NATURAL

Para além da utilização do gás natural ao nível das indústrias privadas com vista à substituição dos combustíveis importados, facto que vem ocorrendo desde o ano de 2004, iniciou em 2007 a experiência de utilização de gás natural comprimido nos veículos, tendo sido convertidas 86 viaturas para além da existência de 03 autocarros públicos a gás natural da Empresa de Transportes Públicos de Maputo (TPM), totalizando assim 89 viaturas.

Mstation e Autogas TPM Station, Carnio, ginvala Salama, Maputo Liquid Storage, Socoro e Coe

Ainda no âmbito da distribuição de gás natural foi aprovada a Concessão para a Distribuição de gás natural, para as Cidades de Maputo e Marracuene e foi formalizada a concessão para os distritos do norte da Província de Inhambane.

3.2.5. PROJECTO DE PRODUÇÃO DE GPL A PARTIR DE COMPONENTES DO GÁS NATURAL

Foi concluído o estudo de viabilidade para a produção de GPL a partir de componentes do gás natural e o estudo indica a viabilidade de se produzir 20.000 toneladas de GPL, podendo expandir até 50.000 toneladas de GPL. O arranque das obras está dependente da expansão em curso do Centro de Processamento do Gás Natural (CPF) em Temane, cuja actividades já se encontram a decorrer estando previsto o seu termino em 2011.

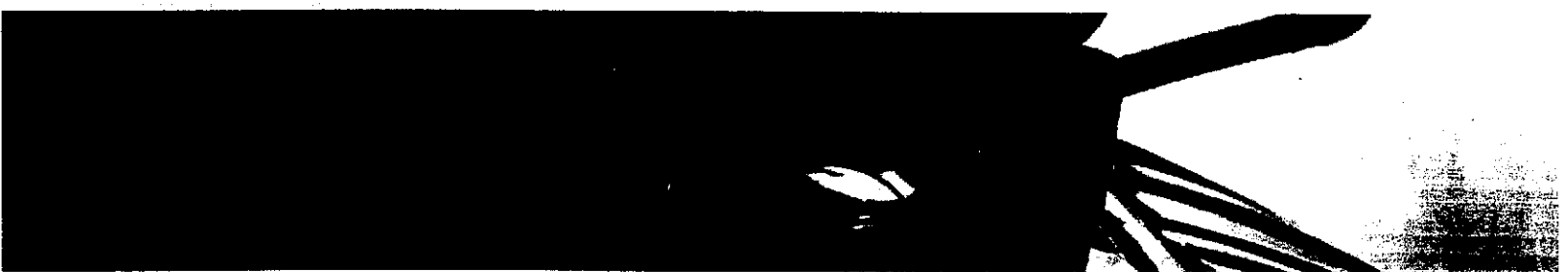
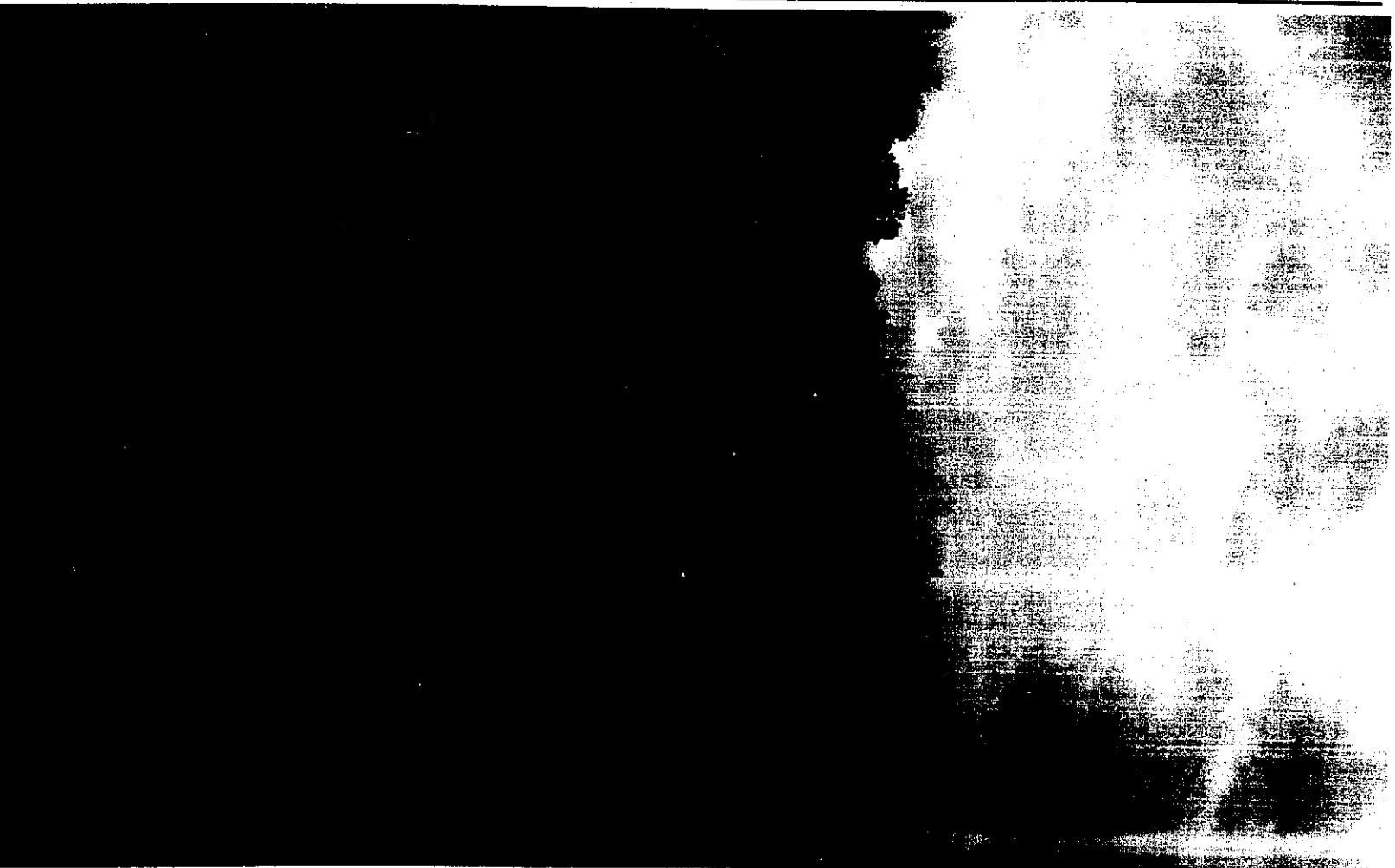
Paralelamente, estão em funcionamento dois centros de conversão de viaturas preparados para realizar também actividades de formação em matéria de operação e manutenção de viaturas a gás natural, para além de prestar serviços de conversão de padrão internacional.

3.2.4. PROJECTOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

No âmbito da concessão de distribuição de gás natural existente nas áreas de Matola e Machava, e a autorização atribuída para a cidade de Maputo, um total de 24 indústrias, beneficiam do uso deste combustível em substituição do combustível importado, sendo (21) na Cidade da Matola e (3) na zona da Cidade de Maputo, nomeadamente:

• Mocimbuque Alumínios (Mozal), Cimentos de Moçambique Companhia Industrial da Matola, Moskor Moz, Indústria Oceanica, Parmalat, Faso!, Sociedade Moçambicana de Cimentos, Southern Rehenes, Fostoreira, Varun Beverages, MOZOI (Ipsal), Simbe, GNG, Sabirno, Arcelor Mittal, Autogas

OUTRAS REALIZAÇÕES



4.1. ENERGIA ELÉCTRICA

4.1.1. PROMOVER A CONSTRUÇÃO DE NOVAS CENTRAIS TERMOELÉCTRICAS E HIDROELÉCTRICAS, FORAM REALIZADAS DIVERSAS ACÇÕES COM VISTA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJECTOS QUE ABAIXO SE SEGUEM:

4.1.1.1. REVERSAO DA HIDROELÉCTRICA DE CAHORA BASSA PARA O ESTADO MOÇAMBICANO

A maior realização no período em análise e, até mesmo na história da Independência de Moçambique, é a conclusão com sucesso, do processo de reversão e transferência do controlo sobre a Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) para o Estado Moçambicano.

A proclamação da reversão da HCB como a Segunda Independência de Moçambique, feita a partir da Vila do Songo, por Sua Excelência Armando Emilio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, foi vivida em todo o País e testemunhada por milhares de moçambicanos presentes no evento em representação do País inteiro e, por Chefes de Estado e de Governo dos países da SADC, conferindo ao acontecimento uma elevada dimensão histórica.

Decorridos dois anos após a efectivação da reversão e transferência do controlo sobre a HCB para o Estado Moçambicano a 27 de Novembro de 2007 e que foi o culminar dum processo longo, complexo e penoso, importa realçar que o empreendimento tem estado a funcionar num quadro de perfeita normalidade e a realizar com sucesso os objectivos que nortearam a sua reversão, conforme a seguir se ilustra, ainda que de forma resumida:

- Cumpre com regularidade as obrigações para com o Estado, sobretudo no que diz respeito às receitas, nomeadamente através do pagamento da taxa de concessão, a qual é a que está sujeita;
- Cumpre as suas obrigações para com os cidadãos, nomeadamente quanto ao pagamento pontualmente as suas letras e por vezes, mesmo, em situações excepcionais, o seu próprio desempenho financeiro;
- Leva a cabo diversas realizações no âmbito da sua actividade, nomeadamente:
 - Promove regularmente programas de formação dos quadros técnicos e operários no país e no estrangeiro, servindo de um verdadeiro modelo de desenvolvimento nacional em larga escala, no domínio de operação e manutenção das centrais de energia eléctrica;

- Contribui para impulsionar o desenvolvimento do potencial energético do Vale do Zambeze, assegurando o aumento da disponibilidade de energia eléctrica para a satisfação das necessidades nacionais, bem como para o fortalecimento do sector eléctrico nacional.

É neste contexto que a HCB cumpre com um dos objectivos que nortearam a sua reversão:

- Fazer da HCB um instrumento impulsionador do desenvolvimento do potencial energético do Vale do Zambeze, assegurando o aumento da disponibilidade de energia eléctrica para a satisfação das necessidades nacionais, bem como obtenção de benefícios acrescidos através das oportunidades do mercado regional com a exportação do excedente.

4.1.1.2. CENTRAL HIDROELÉCTRICA CAHORA BASSA NORTE

É um projecto de expansão da actual Cahora Bassa e consiste na construção de uma central hidroeléctrica na margem norte do Rio Zambeze, com uma capacidade prevista de 1.245 MW.

O Governo de Moçambique atribuiu a responsabilidade de desenvolvimento do projecto à Companhia Eléctrica do Zambeze (CEZA) em Coordenação com a HCB e estão em curso acções com vista a sua implementação.

4.1.1.3. CENTRAL TERMOELÉCTRICA A CARVÃO DE BENGA

É um projecto de uma central termoeléctrica com base no carvão mineral com uma capacidade total estimada de 2.000MW dos quais a fase inicial é de 500MW. O projecto tem como investidor líder a empresa australiana Riversdale que é também concessionária da mina de carvão de Benga localizada no Distrito de Moatize.

Das acções em curso destaca-se as negociações do contrato de compra e venda de energia com a EDM o que conduzirá ao fecho financeiro.

4.1.1.4. CENTRAL TERMOELÉCTRICA A GÁS NATURAL DE MOMBASA

Com uma capacidade prevista de 750 MW, o projecto tem como recurso básico o gás natural de Pande e Temane, cujo fornecimento será feito pela Sasol a partir do gasoduto Temane – Secunda, estando o seu desenvolvimento a cargo da EDM e Sasol.

Foi concluído o respectivo estudo de viabilidade e está em curso o estudo de avaliação definitiva do impacto social e ambiental e estão igualmente numa fase avançada as negociações do contrato de compra e venda de energia entre Sasol/EDM e a Eskom da África do Sul.

4.1.1.5. CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE BOROMA LUPATA

São projectos localizados a jusante de Mphanda Nkuwa com potencial estimado em 200 MW e 600 MW respectivamente estando em curso acções visando a realização do estudo de viabilidade.

Para além de produção de energia eléctrica, trata-se de projectos com um papel importante na estabilização do caudal do Rio Zambeze, que permitirão maior controlo das cheias que de forma dólica têm afectado e criado prejuizo a muitas famílias localizadas nas proximidades das margens do Rio.

4.1.1.6. CINCO CENTRAIS HIDROELÉCTRICAS DE MALAWI - BERUA

É um projecto de duas Centrais Hidroeléctricas com uma capacidade estimada em 25MW (Majawa) e 25MW (Berua), ambas localizadas sobre o rio Ruo na Província da Zambézia, numa zona fronteira com o Malawi.

Foi concluído o Estudo de Viabilidade para a implementação do projecto, tendo o mesmo sido submetido às autoridades do Malawi para a sua apreciação e definição da entidade que deverá estabelecer parceria com o promotor do projecto do lado de Moçambique.

4.1.1.7. CONVERSÃO DE TURBINA DIESEL DA CENTRAL TÉRMICA DE NAMPULA PARA GÁS NATURAL

A Central Térmica de Maputo possui 3 grupos geradores com uma capacidade total instalada de 81 MW, operando a diesel e jet A1. Com a disponibilidade do gás natural de Pande e Temane em Maputo, mostra-se viável a sua conversão para o uso do gás. Para tal decorrem as seguintes acções:

- Realização de Estudo de viabilidade técnico-económico;
- Negociações do acordo de fornecimento do Gás Natural com a ENH.

4.1.1.8. CENTRAL A GÁS NATURAL PO CHOKWE KUMAMING

A Central Termoelectrica a Gás Natural do Chókwe, com uma capacidade prevista de 43 MW, para fornecer a Rede Nacional de Transporte, irá contribuir para a estabilidade e fiabilidade de fornecimento de energia particularmente para a região sul.

Para o efeito decorrem contactos visando a conclusão do contrato de compra de energia com a EDM, que deverá ser o comprador de energia do projecto.

4.1.2. DESENVOLVIMENTO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE DE ENERGIA, ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DE NOVAS LINHAS E REFORÇO DA REDE NACIONAL DE TRANSPORTE DE ENERGIA ELECTRICA

- Foi concluída a construção da Linha de transporte de 110KV Nampula-Nacala;
- Foi concluída a construção da linha de 110KV Chitruara - Matromeu e a construção civil da Subestação de Matromeu;
- Foi concluída a construção civil da Subestação de Meloro de 110KV/33KV que localiza-se na rota da linha de 110KV Nampula-Pemba.

- Foram concluídas a construção da Subestação de Distribuição Magalhas e a construção da Subestação (Maganja da costa) e a construção da Subestação de Reactive Compensação de Pemba.
- Foi instalado o sistema de compensação de Reativo em Magalhas e em Maganja da costa.
- Foi instalado o sistema de compensação de Reativo em Pemba.

4.1.3. PROSSEGUIR A EXTENSÃO DO PROGRAMA DE ELECTRIFICAÇÃO RURAL, PRIORIZANDO A LIGAÇÃO DE MAIS DISTRITOS À REDE NACIONAL DE ENERGIA

4.1.3.1. ELECTRIFICAÇÃO COM BASE EM GRUPOS GERADORES

Os grupos geradores a diesel têm permitido antecipar o acesso à energia pelos consumidores dos locais onde a chegada da REN ainda vai levar algum tempo. Por isso, mesmo nos locais onde a energia da REN já chegou, estes grupos geradores devem ser reabilitados, bem geridos e mantidos operacionais para situações de emergência, não devendo ser desmontados. Assim, neste âmbito, foram electrificados ao longo deste Quinquénio os locais que abaixo se seguem:

Provincia do Niassa

- Posto Administrativo e localidades de Matchedje (Sanga), de Lione-Chala (Lichinga) e Maua-sede (Maua).

Provincia de Cabo Delgado

- Sede Distrital de Mueda (Mueda), Postos Administrativos e Localidades de Mucojo (Macomia), Muaguide (Meluco), Mazeze e Vila Sede de Mocimboa da Praia.

Provincia de Nampula

- Postos Administrativos de Namaponda (Angoche), Lalaua (Lalaua), beneficiando cerca de 290 consumidores.

Provincia da Zambézia

- Postos Administrativos de Dere (Morumbala) Tacuane (Lugela), Chinde-Sede (Chinde), Namanyevira (Mocuba), e Posto Campo (Mopeia).

Provincia de Tete

- Posto Administrativo de Ntergo wa Mbalame (Tsanganu).

Provincia de Manica

- Posto Administrativo de Dakata (Sussundenga).

Provincia de Sofala

- Maringué Sede (Maringué).

Provincia de Inhambane

- Mabote-sede (Mabote), P.A. de Maluvane (Govuro), Unguane (Massinga) e Localidades de Mawayela (Panda) e Mapinhane (Vilankulo), tendo beneficiado 72 consumidores.

Provincia de Gaza

- Aldeia-Museu de Nwadjahane (Manjacaze).

4.1.4. POLÍTICA TARIFÁRIA

No concernente à política tarifária, a sustentabilidade do sector eléctrico implica a definição de níveis que tomam em conta os custos de produção e de fornecimento, para além dos investimentos necessários para assegurar o prosseguimento do programa de electrificação do País e o aumento do acesso.

Neste contexto, o actual nível tarifário só torna possível com as medidas adoptadas pelo Governo, das quais importa destacar:

- A criação e transferência do controlo sobre a HANSEL para a Companhia Nacional de Electricidade (CNE) para o Estado;

Mozambique, o que permitiu a melhoria da eficiência da distribuição de energia para a população, uma tarifa preferencial;

- Definição e aplicação de tarifas de energia apropriadas, realizada-se no âmbito da gestão e utilização dos recursos económicos, a garantia adequada dos custos de produção, uma contribuição significativa para o desenvolvimento social, através de investimentos;

- A manutenção da política de tarifas, permitindo ao consumidor a utilização do complexo mecanismo de política tarifária;

É nesta perspectiva que a estrutura tarifária em vigor em Moçambique, tem em vista proporcionar um ambiente favorável à atracção de investimentos, não só para o desenvolvimento de novas centrais de produção de energia, como também para empreendimentos económicos de utilização de energia eléctrica.

4.1.5. REVISÃO DO SISTEMA TARIFÁRIO COM BASE NO PREÇO DO KWH EQUIPARADO/HARMONIZADO COM O PREÇO MÉDIO DA REGIÃO

Um estudo independente, realizado em 2001, recomendou à Empresa EDM um nível tarifário de 9.1 cUSD/KWh, para garantir a sustentabilidade da empresa face às responsabilidades que lhe são conferidas na esfera do desenvolvimento social e económico do País, sendo que a adopção de medidas que possam influenciar negativamente a tarifa, terá impacto imediato na velocidade de implementação, principalmente, dos projectos de electrificação comercialmente não viáveis. Neste contexto, decorrem acções com vista a encontrar um mecanismo de facturação que beneficie o sector agro-industrial, enquanto decorrem acções visando a revisão do Sistema Tarifário de Venda de energia eléctrica (STVEE) tendo em conta as tarifas da região, no âmbito da Matriz da Melhoria do Ambiente de Negócios. Esta actividade é coordenada pelo Ministério da Indústria e Comércio. A conclusão da revisão do STVEE está prevista para o próximo Quinquénio.

4.1.6. ELECTRIFICAÇÃO DE ZONAS AGRO-PECUÁRIAS

Com vista à electrificação das zonas de alto potencial de irrigação, foram identificados em 2007 locais de alto potencial de irrigação, incluindo investimento necessário como resultado de um trabalho coordenado pelos Ministérios da Energia e da Agricultura.

A electrificação destas zonas com potencial para a agricultura irá permitir a instalação de pequenas indústrias de agro-processamento e, consequentemente, a montagem de sistemas de regadio mecanizado, bem como permitir a redução dos custos de irrigação e facilitar outras utilizações de energia na produção agro-industrial.

Neste âmbito, foi construída uma rede de média tensão para a electrificação dos regadios de Munda-munda e Itabo, no Posto Administrativo de Nante, Distrito da Maganja da Costa, na Província da Zambézia.

De referir que, no âmbito do Plano de Acção para a Produção de Alimentos 2009-2013, decorrem acções visando a electrificação de mais locais com potencial agro-pecuário.

4.1.7. ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO NACIONAL

No âmbito do desenvolvimento de infra-estruturas desportivas, o Ministério da Energia tem feito o acompanhamento das actividades de implementação do Projecto de Construção do Estádio Nacional, para assegurar o fornecimento de energia eléctrica. Neste sentido, foram realizadas diversas acções que a seguir se destaca:

- A conclusão da construção duma linha de transporte de energia eléctrica provisória, a 11 kV, a partir da Subestação de Lauane até ao local do Projecto do Estádio Nacional;
- A instalação de dois Postos de Transformação provisionais de 500 kVA cada, face aos trabalhos

de construção do Estádio, em Vila Rica, tendo sido a construção definitiva de uma subestação de 110 kVA alimentada também os Barragem de Vila Rica e uma parte do Distrito de Vila Rica.

- Instalação de um Posto de Transformação de 1000 kVA na estação de bombagem de Vila Rica (Distrito de Vila Rica, Província de Vila Rica, Distrito de Vila Rica).

4.1.8. ACTIVIDADES DE REPOSIÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS ELÉCTRICAS DANIFICADAS PELAS CALAMIDADES NATURAIS

O Ministério tem estado a monitorar as acções com vista a reposição das infra-estruturas eléctricas danificadas pelas calamidades naturais, sendo de destacar as seguintes:

- A reposição da rede eléctrica que havia sido danificada devido a passagem do Ciclone Fávio no Distrito de Vilankulos, Província de Inhambane;
- A reabilitação da linha Jardim-Benfica, que consistiu na montagem de um alimentador de 275 kV na Subestação do Intulene, e da linha Intulene-Manhiça;
- O Furacão Jockwè afectou os Distritos de Angoche (P.A's de Aúbe e Namaponda) e Mojinical (P.A's de Liúpo e Namige), na Província de Nampulatendo sido feita para o efeito:
 - Reposição do sistema eléctrico através de Painéis Solares, beneficiando 40 Vilas, em Aúbe;
 - Montagem de um grupo gerador de 136 kVA e em curso a conclusão das obras da respectiva rede de Baixa Tensão em Namaponda;
 - Estão em curso acções visando a montagem de grupos geradores de 250 e 80 kVA, incluindo a rede de Baixa Tensão, em Liúpo e Namige.

No âmbito do Programa de Electrificação Rural, foram desminadas, ao longo deste quinquénio os locais que abaixo se seguem:

Projecto	Descrição do Projecto	Ponto de Situação de Desminagem/Constangimentos
Linha de Transmissão de 110 KV Namputa – Pemba	Construção de 337 kms de linha de 110 KV de Namputa a Pemba	Processo de desminagem levada a cabo em todo troço da linha numa largura de 20 metros e nenhuma mina achada
Electrificação Rural da Província da Zambézia	Construção de 72 kms de linha de 110 KV de Alto Molócuté a Uapé	Processo de desminagem levada a cabo em todo troço da linha numa largura de 20 metros e nenhuma mina achada
Electrificação Rural da Província da Gaza	Construção de 155 Kms de linha de 33 KV de Loude a Massingir	Processo de desminagem levada a cabo em todo troço da linha numa largura de 15 metros e nenhuma mina achada
Electrificação rural de Cribabava e Buzi	Construção de 150 kms de linha de 33 KV de Cribabava a Magunde	Processo de desminagem levada a cabo ao longo dos 35 kms suspetos numa largura de 15 metros e nenhuma mina achada.
Projecto de electrificação rural de Morrumbene e Massinga	Construção de 80 kms de linha de 33 KV de Morrumbene a Massinga	Processo de desminagem levada a cabo ao longo dos 7 kms suspetos numa largura de 15 metros e nenhuma mina achada

4.2. ENERGIAS NOVAS E RENOVÁVEIS

4.2.1. PROJECTOS DE BIOCOMBUSTÍVEIS

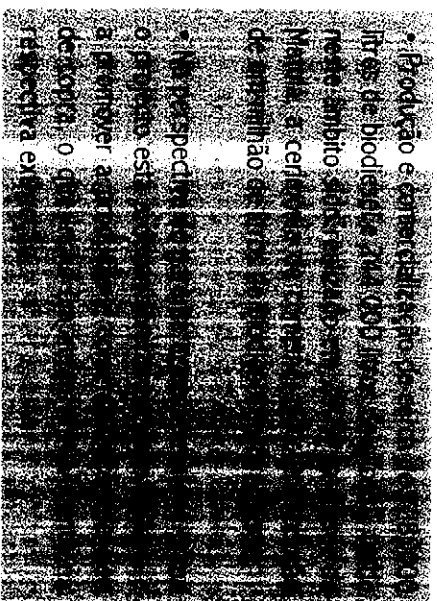
No âmbito da produção de Biocombustíveis no País, o Governo aprovou ao longo do Quinquénio (5) grandes projectos, a destacar:

4.2.1.1. Projecto ECOMOZ

O Projecto é uma parceria entre a Petromoc, a Biomoz e a Bioenergia e encontra-se instalado dentro do recinto da PETROMOC no Lingamo - Matola, e que dependendo do aumento da disponibilidade de matéria-prima, o projecto vai continuar a expandir a sua unidade de produção na Matola e vai alargar a iniciativa aos portos da Beira e Nacala, de forma a não só servir o consumo interno, mas passar a ser um exportador de Biodiesel.

Este projecto tem capacidade e tecnologia para produzir cerca de 40 milhões litros de biodiesel por ano a partir de qualquer óleo vegetal, estando neste momento a processar óleo de copra produzido na Província de Inhambane.

O projecto Ecomoz continua com produção intermitente devido a alta de preços do óleo de copra que se verifica desde 2008, quando comparado com o preço de referência na estrutura de preço do gasóleo, variando o preço actual entre USD 725,00 a USD 850,00. Neste âmbito foram realizadas actividades seguintes:



Destacar a recepção em cerimónia protocolar um certificado que comprova a concessão do direito do uso à Ecomoz- Energias Alternativas Renováveis Limitada do selo do Orgulho Moçambicano Made in Moçambique.

4.2.1.2. Projecto PRINCEPI ENERGY

É um projecto que vai produzir 213 milhões de litros de etanol por ano a partir de cana-de-açúcar. Este projecto vai ocupar uma área de 18.000 hectares, gerando 2.673 empregos, não incluindo a colheita da cana. O projecto está localizado na Localidade de Dombe no Distrito de Sussundenga, Província de Manica.

4.2.1.3. Projecto GROWN ENERGY

É um projecto localizado no Posto Administrativo de Chemba, Distrito de Chemba, na Província de Sofala, com uma área de 15.000 ha, tem como objectivo a produção de etanol, tendo sido estabelecido um viveiro de cana-de-açúcar e feita a limpeza do terreno para demarcação a iniciar em Janeiro de 2010. Este projecto prevê a produção de 100 milhões de litros de etanol por ano, gerando 2.139 postos de trabalho.

Está em processo de conclusão a avaliação do impacto ambiental e social, este processo tem o envolvimento da comunidade local e o processo para aquisição da licença de uso de água esta em fase avançada, estando em contacto regular com a ARA Zambeze em Tete para conclusão do processo.

O plano de acção para o reassentamento é o próximo passo a ser executado e terá seu início em princípios de 2010.

4.2.1.4. Projecto ENERTERRA

É um projecto localizado na Província de Sofala, Distrito de Cheringoma, Posto Administrativo de Nhaminga, com uma área de 18.508 ha, tem como objectivo a produção de biodiesel a partir de Jatropha. Este projecto prevê a produção de 1.2 milhão de litros de biodiesel por ano, gerando 2.042 empregos.

4.2.1.5. Projecto PROCANA

Este seria o projecto da construção da primeira fábrica de biocombustíveis no País, localizado no distrito de Massingir com uma área de 30 mil hectares, gerando

7.000 empregos. O projecto visava produzir 221 milhões de litros de etanol por ano dentro de 3 anos, para além de fertilizantes e outros sub-productos, tais como o cultivo de plantas de uso energético, como eucalipto, mandioca, Pinhão-manso (Jatropha), apresentando um grande potencial para exportação de biocombustíveis.

O bagaço seria também usado para a co-geração de energia eléctrica gerando aproximadamente 65 MW, dos quais 15 MW serão usados pela fábrica, 20 MW para irrigação e os restantes 30 MW poderão ser fornecidos à rede nacional.

• Este projecto foi lançado em 2007, tendo sido o lançamento da primeira parte para a construção da fábrica de etanol a partir da cana-de-açúcar em Chemba concluída com a presença do Presidente da ARA, Armando Emilio Silebuzza, Presidente da ARA de Moçambique.

• Em Dezembro de 2009, o projecto foi concluído devido ao não cumprimento com as condições propostas, incluindo a aquisição da licença concedida, folhas cancelada e tirada o projecto.

Ainda no contexto da produção de Biocombustíveis no País, a nível do Ministério da Energia, foi implementado o projecto comunitário de uso de óleo da Jatropha na Localidade de Nhambita, Distrito de Gorongosa, na Província de Sofala, onde foi instalado o equipamento para o processamento de sementes de oleaginosas, tendo sido produzidos para testagem 40 litros de óleo de Jatropha e fornecidos 10 candeeiros de iluminação a população local, com impacto na redução do uso de petróleo de iluminação.

4.3. COMBUSTÍVEIS

e neste momento, estando prevista para o I Semestre de 2010 a finalização do trabalho.

4.3.1. PROSSEGUIR COM ESFORÇOS COM VISTA A PROMOVER A EXPANSÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS ÀS ZONAS RURAIS A UM PREÇO ACESSÍVEL, EM PARTICULAR O PETRÓLEO DE ILUMINAÇÃO E GÁS DE PETRÓLEO LIQUEFEITO E IMPLEMENTAR INICIATIVAS TENDENTES A MINORAR OS IMPACTOS NEGATIVOS SOBRE O MEIO AMBIENTE

O estabelecimento de procedimentos permitirá a determinação de preços máximos de comercialização de gás natural no País. Os preços serão regulados o que possibilitará a entrada de novos operadores no sector, bem como a expansão do acesso ao gás natural e de outros consumidores do País.

4.3.1.1. REVISÃO DO MODELO DE CONTROLO DE PREÇOS E LA METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS COMPONENTES DA ESTRUTURA DE PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS

4.3.1.4. DETERMINAÇÃO DO CONTEÚDO ENERGÉTICO DO GÁS NATURAL

Foi contratado um serviço de consultoria tendo sido concluído o relatório preliminar do trabalho que será objecto de discussão com os diferentes intervenientes no assunto. Espera-se que o trabalho seja concluído no I Semestre de 2010.

Estão em curso acções com vista a determinação do conteúdo energético do gás natural, que é uma característica fundamental de valorização do produto em termos comerciais cuja finalização está prevista para o Iº semestre de 2010. Esta actividade conta com trabalho de uma consultoria, tendo neste momento elaborado elaborou um relatório preliminar que se encontra em apreciação e discussão do mesmo.

Para esta actividade, as componentes da estrutura de preços devem reflectir os custos reais e que estejam alinhados com os custos das componentes da estrutura aplicados na região, a criação de um fundo de estabilização de preços, permitindo assim a mitigação dos efeitos dos aumentos dos preços internacionais no mercado interno e a criação de uma componente para a criação de um fundo para o investimento na constituição das reservas permanentes.

Esta actividade vai permitir a avaliar o conteúdo energético do gás natural, e vai permitir determinar a qualidade do gás natural em termos energéticos.

4.3.1.2. LICENCIAMENTO DE TÉCNICOS PETROLÍFEROS

4.3.1.5. CRIAÇÃO DE REGULAMENTOS TÉCNICOS PARA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE POSTOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO

Foi contratado o serviço de consultoria, estando prevista a finalização deste no I Semestre de 2010.

Está em curso acções com vista a criação de regulamentos técnicos, tendo sido contratado um serviço de consultoria, cujo trabalho decorre do lado do consultor. O prazo para a finalização do trabalho está previsto para I Semestre de 2010.

Este projecto vai permitir a existência de técnicos capacitados e devidamente licenciados para exercerem as actividades de construção ou modificações de instalações petrolíferas.

4.3.1.6. REQUILIBRAMENTOS SOBRE AS NORMAS TÉCNICAS PARA CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS

4.3.1.3. DETERMINAÇÃO DE PREÇOS MÁXIMOS DE GÁS NATURAL

O trabalho decorre com assistência de um consultor

Foi concluído o processo de harmonização com o Ministério das Obras Publicas e Habitação e foi assinado um Diploma Ministerial Conjunto neste sentido. Esta actividade vai criar um instrumento legal com procedimentos técnicos para a construção dos

postos de abastecimento e redução do risco de ocorrência de acidentes associados ao manuseamento de produtos petrolíferos e gás natural comprimido nos postos de abastecimento.

4.3.1.7. METANISMOS PARA CRIAÇÃO DE RESERVAS PERMANENTE

O mecanismo actualmente em vigor não se mostra adequado. Esta actividade carece de um estudo profundo uma vez que acarreta custos avultados para a construção de infra-estrutura de armazenagem de combustíveis e para a aquisição e manutenção de combustíveis que irão constituir o stock de reserva permanente. Este mecanismo visa assegurar o abastecimento de combustíveis, em momentos de crise.

O consultor avalia a possibilidade do financiamento da constituição das reservas permanentes por via da estrutura de preços.

4.3.1.8. ESTUDO DO MERCADO DOMÉSTICO DO GÁS NATURAL

Foi efectuado o estudo do mercado doméstico de gás natural e condensado, cujos objectivos entre outros são os seguintes:

- Assistir o Governo a definir o quadro legal regulatório e políticas para otimizar a utilização do gás natural e do condensado em Moçambique;
- Identificação de projectos ao longo dos pontos de toma, existentes ao longo de gasoduto, que vão permitir a maximização do uso de gás natural no país;
- Melhorar as políticas, legislação e definição de uma estratégia de uso do gás natural que poderá permitir a redução das importações de combustíveis convencionais.

Este estudo visa conhecer as potencialidades do mercado nacional para a maximização da utilização de gás natural no país.

4.3.2. PROMOVER A CONSTRUÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS

4.3.2.1. PROJECTO DE CONSTRUÇÃO DE UMA REFINARIA (OILMOZ)

Foi assinado um acordo de princípios entre o Governo e a Oilmoz, uma entidade privada que manifestou interesse em investir na construção de uma refinaria de petróleo com capacidade de produção de 350 mil barris por dia na província de Maputo.

4.3.2.2. PROJECTO DE REFINARIA DE NACALA-A-VELHA

Foi assinado o contrato de investimento entre o Governo e a Ayr Logística Limitada, uma entidade privada que manifestou interesse em investir na construção de uma refinaria de petróleo com capacidade de produção de 300 mil barris por dia no Distrito de Nacala-a-Velha, Província de Nampula:

- Decorrem acções em busca de financiamento por parte da Ayr Logística Lda com vista a implementação do projecto, devido a desistência do principal accionista, a companhia Americana Ayr Logistic Limited, Inc., que assumiria o financiamento do projecto em 70%.

• Face a esta situação, foram assinados acordos entre a Ayr Logística Limitada e outras duas empresas destinados ao desenho e construção do empreendimento.

4.3.2.3. CADASTRO DE INFRA-ESTRUTURAS PETROLÍFERAS NO PAÍS

Foi efectuado o mapeamento dos postos de abastecimento dos combustíveis em todo país. Já existe um cadastro dos postos de abastecimento através do qual se conhece a quantidade de postos existentes a nível nacional, sua localização geográfica bem com os serviços por eles prestados.

Este dispositivo irá permitir ao sector uma melhor planificação das actividades futuras com vista a expansão da rede de distribuição de combustíveis no País e disponibilização de informação sobre a

localização exacta dos postos de abastecimento no País, bem como dos serviços prestados, ao público em geral.

Ainda neste âmbito, referir que está na fase final o estudo de mercado de combustíveis que visa a localização e análise de viabilidade económica dos futuros Postos de Abastecimentos de combustíveis em zonas rurais.

4.3.2. REESTRUTURAÇÃO DA PETROMOC

No âmbito da reestruturação da Empresa Petromoc, o Governo decidiu pela não privatização da empresa, tendo deste modo recomendado a realização de um estudo, com vista a identificar questões essenciais visando fortalecer a empresa. Nesta base, o estudo realizado recomendava algumas linhas de orientação estratégicas para o melhoramento da eficiência da empresa.

O programa de reestruturação definido, com base nas conclusões do estudo cobre as áreas de Negócios da Empresa; Objectivos estratégicos; Modelo institucional e Governação Corporativa; e Abastecimento as zonas rurais.

Neste momento, decorre o processo de institucionalização das unidades de negócio com gestão suportada em pelouros e autonomização dos processos de suporte bem como a capacitação técnica do pessoal.

4.4. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

4.4.1. GABINETE DO MINISTRO

Ao longo do quinquénio 2005-2009, o Gabinete do Ministro, no cumprimento das atribuições, desenvolveu as seguintes actividades:

• Organização dos trabalhos do Ministério e Gabinete do Ministro quando a realização de sessões públicas (05) e sessões do Conselho Consultivo sendo nove (9) em 2005, dezassete (17) em 2006, treze (13) em

2007, quinze (15) em 2008 e em 2009, foram realizadas onze (11) sessões e organização de 3 (três) pontos de partida sobre o plano estratégico, um na Vila da Namaacha, e dos nos Pequenos Ilhéus, na Ilha da Inharrim.

- Coordenação da realização de Conselhos Coordenadores, realizados na Cidade de Maputo em 2005, no distrito de Vilankulos (Inharrim) em 2006, no distrito de Mocim (Cabo Espichel) em 2007, no distrito de Cahora Bassa (Tang) em 2007, e no distrito de Chidoriguete (Gaza) em 2009.

4.4.1.1. OPERACIONALIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ELECTRICIDADE

- Foram nomeados o Presidente e os membros no âmbito da Operacionalização do CNELEC.

- Foi elaborado o plano de implementação do CNELEC, para o período de 2006-2009, a que lhe foram o CNELEC como uma instituição autónoma, forte e independente.

- Foram elaborados os requisitos para a criação dos Institutos de ENELG, e a implementação da norma ISO e a implementação de procedimentos para a elaboração dos requisitos para a criação do Conselho de Administração do CNELEC.

- Foram elaborados os requisitos para a criação do Instituto de Distribuição de Electricidade do Ministério, que inclui a criação do Conselho de Administração do CNELEC.

- Foram elaborados os requisitos para a criação do Conselho de Administração do CNELEC, que inclui a criação do Conselho de Administração do CNELEC.

panel para avaliar o desempenho do CNELEC.

- Foram elaborados os Termos de Referência para a contratação da firma de consultora que vai assistir o CNELEC na avaliação da performance e eficiência da Empresa EDM em relação ao contrato-programa nos anos 2007 e 2008, bem como na revisão da actual metodologia de cálculo de tarifas de energia eléctrica da Empresa EDM e ainda o estabelecimento de princípios e metodologias para a aplicação de subsídios cruzados.

4.4.1.2. GESTÃO E TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS

Foi criada a Secretaria Geral do Ministério da Energia, tendo como competências:

- Assegurar o registo, em livros próprios, de toda a correspondência e demais documentos recebidos no Ministério e proceder a sua distribuição;
- Numerar e expedir a correspondência do Ministério;
- Executar o restante expediente burocrático do Ministério que não esteja confiado a outro Órgão;
- Organizar e manter em dia o arquivo da Secretaria geral;
- Relacionar os documentos que aguardam resolução definitiva dependente de elementos pedidos a outros órgãos ou entidades;

No âmbito da implementação do Sistema Nacional de Arquivo do Estado foi criada a nível do Ministério uma Comissão de Avaliação de Documentos, desdobrada por Comissão Central e Comissões das empresas tuteladas e subordinadas a qual compete:

- Elaborar as tabelas de Classificação de documentos, de tempo alçadas e classificador de informação, classificada de actividades fins do Ministério da Energia, dentre outras tarefas;
- Está em curso a uniformização das técnicas no quadro da gestão documental no âmbito da implementação do Plano de Classificação de Documentos

de Arquivos e as tabelas de Classificação de Documentos para a Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 36/2007 de 27 de Agosto, e a metodologia para a elaboração de Tabelas de Tempo Alçadas e Tabelas de Informação de Actividades. Foi aprovado pelo Decreto nº 30/2008 de 30 de Abril.

- Esta em desenvolvimento a substituição da actual metodologia electrónica da correspondência do Ministério, que perfaz uma nova metodologia de correspondência.

4.4.1.3. UNIDADE DE GESTÃO EXECUTORA DE AQUISIÇÕES (UGEFA)

Foi criada a Unidade de Gestão Executora de Aquisições (UGEFA), tendo sido lançados diversos concursos de aquisição de bens e serviços. A Unidade esta neste momento a ser reestruturada no sentido de se criarem condições para que esta funcione em pleno com técnicos que se dediquem somente a essa actividade.

4.4.1.4. ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO E IMAGEM DO MINISTÉRIO DA ENERGIA

Está em curso um trabalho de consultoria para a realização do Estudo Diagnóstico de Comunicação e Imagem e a elaboração da Estratégia de Comunicação e Imagem do Ministério, bem como a criação da revista do Ministério da Energia a ser lançado em 2010.

4.4.1.5. ANÁLISE FUNCIONAL

O Ministério da Energia, por orientação da unidade Técnica para a Reforma do Sector Público (UTRESP) iniciou o processo para análise funcional tendo com base no Concurso Público apurada a empresa PriceWaterHouseCoopers. A análise funcional compreendia 3 fases nomeadamente, o Levantamento Estratégico, a Análise Funcional e o Plano de Reestruturação.

Na 1ª fase, os consultores dedicaram-se à apreciação dos instrumentos legais e regulamentares,

tendo na segunda fase o envolvimento de todos os funcionários através de realização de encontros, reuniões e seminários de debate onde se discutiram o que deveria ser a Visão, Objectivos e Actividades do Ministério. Neste âmbito, foram concluídas as duas fases e faltando a descrição das recomendações e do plano de reestruturação do Ministério.

Tendo em conta os resultados de 1ª fase as diferentes Estratégias e respectivos Planos Estratégicos aprovados recentemente pelo Conselho de Ministros, nomeadamente, Estratégia de Energia e respectivo Plano Estratégico 2009-2013, Política de Biocombustíveis e Política de Desenvolvimento de Energias Novas e Renováveis.

De referir que os documentos de Política e Estratégias incluem grande parte dos aspectos da Análise Funcional, sendo que esta se considera concluída.

4.4.1.6. PROMOÇÃO E PRÁTICAS DE DESPORTO

Foi criada uma equipa de futebol do Ministério da Energia, que tem em vista enquadrar-se no campeonato organizado pelo Ministério da Função Pública e outros torneios recreativos a nível das instituições do Estado.

4.4.2. INSPECÇÃO-GERAL

4.4.2.1. INSPECÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS ENERGÉTICAS, DIRECÇÕES NACIONAIS, DIRECÇÕES PROVINCIAIS E EMPRESAS TITELADAS E SUBORDINADAS

No âmbito desta actividade, foram inspeccionadas e fiscalizadas 881 infra-estruturas energéticas, das quais 673 são instalações eléctricas e 208 são postos de abastecimentos de combustíveis e de revenda de GPL. Do total de infra-estruturas inspeccionadas, 234 apresentaram licenças e foram aplicadas 18 multas por diversas irregularidades. São de destacar as actividades seguintes:

Inspeção e fiscalização de infra-estruturas energéticas (instalações eléctricas de 1ª a 3ª categorias,

postos de abastecimento de gasolina, postos de revenda de GPL, gasómetros, medidores de gás, medidores, Zambézia, Tete, Manhiça, Inhambane, Cabedelo e Namitanga, Gondera, Inhambane

Inspeção e fiscalização das Unidades de Produção de Energia Térmica das Corporações, das Unidades de Energia de todas as Direcções Provinciais, Regionais, Municipais e Energia.

Inspeção da empresa Electricidade de Moçambique (Área de Distribuição da Cidade e Províncias de Maputo, Góroche, Inhambane, Manhiça e Inhambane e do Entorno de Inhambane, tendo em vista a instalação de projectos nas províncias de Namitanga, Tete e Inhambane.

4.4.2.2. ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DEIXADAS PELAS BRIGADAS DA INSPECÇÃO NAS INFRA-ESTRUTURAS ENERGÉTICAS, DIRECÇÕES NACIONAIS, DIRECÇÕES PROVINCIAIS, EMPRESAS TITELADAS E SUBORDINADAS

Foi feito o monitoramento do cumprimento das recomendações deixadas pelas brigadas de inspeção nas Direcções Provinciais de Maputo, Gaza, Inhambane, Zambézia, Namputa e Cabo Delgado e na Área de Distribuição da Província de Maputo da EDM, E.P., permitindo a verificação do grau de cumprimento das recomendações e das correcções às anomalias detectadas pelas equipas da Inspeção nas visitas efectuadas anteriormente e a uniformização constante de procedimentos entre os diferentes órgãos do Ministério da Energia.

4.4.2.3. FORMAÇÃO TÉCNICA E ESPECÍFICA NA ÁREA DE INSPECÇÃO E CURSO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DE ENERGIA E CAPACITAÇÃO EM MATÉRIAS RELACIONADAS COM O SISTAFE E PROCUREMENT

Foi capacitado o pessoal técnico e específico na área de inspeção e fiscalização de infra-estruturas energéticas (instalações eléctricas de 1ª a 3ª categorias, postos de abastecimento de gasolina, postos de revenda de GPL, gasómetros, medidores de gás, medidores, Zambézia, Tete, Manhiça, Inhambane, Cabedelo e Namitanga, Gondera, Inhambane

curso de capacitação dos técnicos em matérias relacionadas com o SISTAFE.

4.4.2.4. AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ABRIGO DO DECRETO Nº 2001, DE 15 DE OUTUBRO

Foi feita auditoria de conformidade sobre os procedimentos administrativos regulados pelo Decreto nº 30/2001, de 15 de Outubro aos órgãos centrais do Ministério da Energia, cujo impacto de entre outras é a observância das normas de funcionamento da Administração Pública e a correcção pontual de desvios em relação ao regulado.

4.4.2.5. AUDITORIAS ADMINISTRATIVAS EM MANIFATURAS E PÉTROLIO

Foi feita auditoria às Direcções Provinciais de Cabo Delgado e Nampula, com o objectivo de verificar a observância das normas da auditoria em relação aos procedimentos na gestão do bem público.

4.4.2.6. LANCAMENTO DO PROGRAMA PILOTO DE GESTÃO DE ENERGIA EM EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Foi lançado o programa piloto de gestão de energia em edifícios públicos em Maputo, nomeadamente nos hospitais José Macamo e de Mavalane e hotel Rovuma Carlton. O projecto permitiu a sensibilização dos utentes deste tipo de instalações na adopção de medidas de eficiência energética.

4.4.2.7. PESQUISA DO POTENCIAL INDUSTRIAL PARA A PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

- Foi feita a pesquisa do potencial industrial nas províncias de Sofala e Manica. Um total de sete (7) indústrias foi seleccionado para aderirem ao programa sendo cinco em Sofala e duas em Manica.

Do resultado do seminário prático para a divulgação de resultados obtidos foi constatado que na sua maioria as empresas que aderiram ao programa puderam

obter resultados satisfatórios ao adquirirem ganhos significativos na redução dos seus níveis de consumo de energia.

4.4.2.8. OUTRAS REALIZAÇÕES NO ÂMBITO DOS PLANOS ANUAIS

- Durante o período em análise a inspecção geral atendeu 19 Reclamações apresentadas nos escritórios das quais 12 foram esclarecidas e 07 encaminhadas em Posito de Abastecimento de Combustíveis para esclarecer. Relata que nas reuniões de actividade houve muita troca de informações entre operadores no cumprimento das actividades e a inspecção geral foi cumprida satisfatoriamente.
- Foram atendidas 02 denúncias em matéria eléctrica sendo 01 esclarecida e a outra encaminhada para o processo de energia de 12 de Outubro de 2001. Postos de Abastecimento de Combustíveis foram esclarecidas na qualidade de Paralela desta actividade houve muita troca de informações entre alguns operadores no cumprimento das actividades e desdobro sendo de 02 pontos para 01 e os inspetores a fim de averiguação.

Ainda em relação as denúncias é de se realçar a realização da inspecção e fiscalização na Empresa Energias de Moçambique — ENMO para o esclarecimento da insatisfação e revolta dos munícipes de Vilankulo sobre o grau do cumprimento das Cláusulas do Contrato de Concessão que atribui à empresa o direito para a produção, transporte, distribuição e venda de energia na região norte de Inhambane.

- Foram atendidas 04 Reclamações de natureza eléctrica estando 01 esclarecida e 03 encaminhadas para o processo de energia de 12 de Outubro de 2001. Postos de Abastecimento de Combustíveis foram esclarecidos na qualidade de Paralela desta actividade houve muita troca de informações entre alguns operadores no cumprimento das actividades e desdobro sendo de 02 pontos para 01 e os inspetores a fim de averiguação.
- Foi realizado o Seminário Prático de Divulgação de Resultados Obtidos no âmbito da implementação da legislação e normas de funcionamento da Administração Pública em Manicó, Direcções Manicó e Inhambane.

Ministério, das Direcções Provinciais, das empresas tuteladas e subordinadas e outros instituições ligadas ao sector, como é o caso da BP Moçambique.

4.4.3. ESTUDOS E PLANIFICAÇÃO

4.4.3.1. PLANIFICAÇÃO E ESTATÍSTICA

Foram elaborados Planos, Balanços e Orçamento das actividades enquadradas no âmbito do Programa Quinquenal do Governo e do PARPA II para ser em piores os órgãos competentes do Governo e do Ministério, designadamente os Conselhos Coordenadores do Ministério da Energia, realizados anualmente dentro da quinzena. Ainda no âmbito das actividades do sector e do Programa do Governo, foram elaborados os Contos Públicos da Região Austral referente ao período 2009-2011 e 2010-2012. Estes instrumentos servem de base para elaboração do Plano Económico e Social e do Orçamento do Estado.

Foram elaboradas as listas actualizadas do Sector da Energia para o ano 2010-2011 e documento base para a elaboração do POG 2010-2014.

No âmbito do programa de monitoria e avaliação dos projectos de electrificação rural, foram efectuadas visitas de trabalho a alguns projectos, sob coordenação das prof. Dr. Nussa, Galbo Dedejo. Tais actividades tendo sido constatadas algumas situações relacionadas com a execução física dos projectos, que mereceram maior atenção para o efeito de acompanhamento futuro por parte das equipas do Ministério, como forma de assegurar a execução e a qualidade das obras no terreno.

Foi aprovado o plano de trabalhos relativos à informação estatística de energia, tendo sido elaborado e publicado o plano de estrutura, o plano de organização referente ao ano 2006-2008. Referindo-se esse plano passado a ser executado de três em três anos, esse plano, com o apoio da equipa estatística criada em 2006-2008, conseguiu obter esta previsão para o período 2009-2010.

Foi aprovada a publicação mensal da revista sobre estatísticas de energia, esta previsão e a publicação

anual de um boletim estatístico, tendo sido publicada dentro deste quinquênio o boletim estatístico referente a 2006. A não publicação nos anos seguintes (anual) do boletim estatístico não aconteceu devido a falta de pessoal suficiente e capacitado, bem como a falta de um pacote informático apropriado para a elaboração deste tipo de informação e de cenários sobre energia.

A informação estatística é também enviada anualmente para a Agência Internacional de Energia e a REPN-SADC – Programa Regional sobre o Planeamento Energético da Região da África Austral, tendo sido publicados neste período a nível da SADC uma (1) revista sobre o Balanço do Planeamento Energético a nível desta região, estando a decorrer a elaboração do Balanço para o ano de 2008.

4.4.3.1.1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BALANÇO ENERGÉTICO DA MATRIZ ALARGADA A FONTES RENOVÁVEIS

Com financiamento da União Europeia, está em curso a contratação de serviços de Consultoria para a Assistência Técnica para o Desenvolvimento do Balanço Energético da matriz alargada as fontes renováveis, aguardando-se a aprovação do financiador sobre o relatório de selecção do Consultor.

O concurso público de contratação da assistência técnica em causa foi feito de acordo com as normas e procedimentos da União Europeia em coordenação com o GON – Gabinete do Ordenador Nacional, órgão sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Foi aprovado a publicação do Anúncio de Concurso para Contratação de uma Assistência Técnica ao Ministério da Energia, cuja data de publicação será anunciada por e-mail, logo que possível, para que o GON possa assegurar a publicação nos órgãos de comunicação locais.

4.4.3.1.2. PREPARAÇÃO DO EMP

Foi preparado o documento para o Programa do Aumento do Acesso à Energia (EDAP) para os próximos 5 anos (2010-2014) tendo sido negociado a nível técnico com o Banco Mundial, neste âmbito está em curso o processo da assinatura do acordo de financiamento com o Governo a ter lugar no início de 2010.

4.4.3.1.3. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL AO MINISTÉRIO DA ENERGIA

• Está em curso a implementação do Programa de Capacitação Institucional ao Ministério da Energia, com o objetivo de elevar a capacidade técnica do Ministério e torná-lo eficiente.

O Programa foi dividido em três fases:

- "Inception phase", com duração de três meses, para familiarização do Consultor com a organização do Ministério e do Sector da Energia.
- Fase 1 - Com a duração de Trinta e três meses (dois anos e nove meses) que consiste na Assistência Técnica efectiva aos órgãos do Ministério que incluindo acções de formação e treinamento.
- Fase 2 - O programa prevê uma segunda fase de dezoito meses caso o Ministério considere necessário. A segunda fase estará também sujeita a uma avaliação independente da fase 1.

4.4.3.2. ESTUDOS E ANÁLISE DE PROJECTOS

Durante o período em análise, no âmbito das atribuições da Direcção de Estudos e Planificação, foram emitidos pareceres de 34 projectos e submetidos para aprovação do Ministro e da CREE. Os projectos foram implementados pela EDM e FUNAE e o valor total dos empreendimentos estão calculados em cerca de 407 Milhões de Dólares Americanos. Estes projectos visam a expansão dos sistemas eléctricos e aumento do acesso a energia cujo impacto se reflectiu na taxa de acesso a electricidade.

4.4.3.2.1. AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES COMERCIAIS PARA ESTRUTURAÇÃO DA (S) COMPANHIA (S) DE TRANSPORTE DE ENERGIA ELECTRICA

Está em curso o estudo para avaliação das Opções Comerciais para Estruturação da (s) Companhia (s) de Transporte de Energia Eléctrica com o objectivo de propor a estrutura Social da Empresa de Transporte para escoamento dos centros de produção para o mercado nacional e regional. O estudo visa também recomendar a sequência de implementação para o desenvolvimento do sistema integrado, neste âmbito, foram avançadas algumas recomendações nomeadamente:

• Desenvolver apenas uma única entidade proprietária e com responsabilidade das linhas (formar a entidade integrada das linhas e garantir a integração das mesmas e garantir o sistema para garantir a estabilidade da

• O período entre a aquisição de terrenos e a construção e construção de linhas deve ser de dois anos, incluindo em cada um dos anos dos projectos de aquisição, construção adicional de transmissão.

• Abertura de uma unidade para operadores com capacidade para reconhecer a responsabilidade da EDM, seja o responsável de desenvolvimento na aquisição de terrenos e desenvolvimento de sistemas

4.4.3.2.2. PLANO DIRECTOR DE GERAÇÃO

Foi concluído o Plano Director de Geração, tendo como principais objectivos recomendar as opções de desenvolvimento de sistemas de geração de energia em Moçambique a longo prazo e recomendar um plano de expansão de centrais de geração para os próximos 20 anos ao menor custo. Estas centrais interligarão ao sistema da Rede Nacional de Transporte.

4.4.3.2.3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MINISTÉRIO DA ENERGIA NAS NEGOCIAÇÕES DOS GRANDES PROJECTOS DE GERAÇÃO

Decorre o processo para a contratação da Assistência Técnica para o suporte ao Ministério da Energia, nas negociações com os investidores para o desenvolvimento dos grandes projectos do sector. Aguarda-se a aprovação do caderno de Encargos (RFP) pelo financiador (Banco Mundial)

4.4.3.2.4. MODELO FINANCEIRO

Foi desenvolvido um modelo financeiro que auxiliará o Governo a avaliar Benefícios Financeiros provenientes de projectos de Geração de Energia, como os casos de Moatize, Benga, Mphanda Nkuwa entre outros.

Está em curso o processo de treinamento de técnicos dos Ministérios da Energia, da Planificação e Desenvolvimento e das Finanças para habilitá-los no manuseamento do modelo.

4.4.3.2.5. UNIDADE DE GESTÃO DE GRANDES PROJECTOS DO SECTOR

Foi feita uma avaliação para o estabelecimento de uma Unidade para a Gestão de Grandes Projectos no Ministério da Energia, com o objectivo de:

- Propor uma unidade de gestão e acompanhamento de projectos
- Traçar um plano de operacionalização desta estrutura.

O relatório apresentado foi considerado improcedente, pois o estudo propunha que matérias, como "Planeamento e Definição de Prioridades na Implementação de Projectos de Geração e Transporte; Negociações de Compra e Venda de Energia dentro da SAPP; Estudos de Viabilidade; Promoção de Projectos; Selecção de Investidores, sejam funções a serem desenvolvidas pela EDM, dado terem capacidade técnica especializada.

O estudo concluiu ainda que o papel do Governo deveria centrar-se no desenho de políticas e estratégias, o que limita aquilo que é a visão do Ministério. Neste âmbito decorrem acções com vista a reverter esta avaliação.

4.4.4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Cooperação Internacional desempenhou um papel complementar no âmbito das acções desenvolvidas em cumprimento do Programa Quinquenal para o sector de energia. Neste âmbito, estas acções centraram-se nas seguintes vertentes principais:

- (i) Coordenação dos parceiros e mobilização de recursos;
- (ii) Participação na cooperação regional relativo ao sector energia;
- (iii) Promoção dos projectos e programas do sector de energia através de participação e organização de eventos e outras iniciativas internacionais;
- (iii) Filiação em organismos internacionais relevantes para o sector;
- (iv) Estabelecimento de Acordos de cooperação bilateral.

4.4.4.1. COORDENAÇÃO DOS PARCEIROS DE COOPERAÇÃO NO SECTOR DE ENERGIA

Na sequência de um estudo realizado em 2004 por iniciativa dos parceiros nórdicos tendo em vista melhorar o seu conhecimento e acompanhamento dos programas e estratégias de desenvolvimento do sector e ao mesmo tempo permitindo a harmonização das abordagens entre os parceiros e complementaridade entre as diferentes intervenções, foi estabelecido em 2005, o Fórum de Coordenação dos doadores.

O Fórum constituiu-se no mecanismo regular de partilha de informação, avaliação e concertação sobre os programas, prioridades, Políticas e Estratégias de desenvolvimento do sector de energia, entre o Governo e os principais parceiros de cooperação que prestam apoio a este sector.

Na sua estruturação o fórum é presidido pelo Ministério da Energia integrando as instituições tuteladas e subordinadas beneficiando de apoio externo, estando coberto actualmente a EDM, FUNAE e CNELEC, e por parte dos parceiros o Reino da Noruega, a República da Suécia e o Reino da Dinamarca, a República da Bélgica, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Agência Francesa de Desenvolvimento, a União Europeia e o GTZ. Participam como convidados permanentes o Ministério da Planificação e Desenvolvimento e o Ministério das Finanças, atendendo o papel destas instituições na planificação e gestão macroeconómica e financeira.

O fórum confere deste modo um espaço privilegiado para mobilização de recursos e alinhamento do apoio dos parceiros aos planos e prioridades definidos pelo Governo. É disso revelador o Programa Nacional de Desenvolvimento do Sector de Energia NEDAP, orgado em USD 230 milhões a Através de co-financiamento do Banco Mundial para a componente EDAP, Agencia Francesa de Desenvolvimento, o banco Europeu de Desenvolvimento, o Fundo da OPEP entre outros parceiros.

A redução dos custos de transacção com as reuniões individuais e apresentação de relatórios com periodicidade variada, constitui igualmente um contributo no impacto do fórum da coordenação.

Com o aumento do interesse e consolidação deste mecanismo de consulta, em resultado da reavaliação feita em 2009, procedeu-se à redefinição da estrutura e metodologia do Grupo de Trabalho de Energia, bem como a periodicidade dos encontros, com a finalidade de aumentar o seu desempenho tendo sido acordada a regularidade bimensal.

4.4.4.2. COOPERAÇÃO REGIONAL

Em 2006 foi concluída com participação activa de Moçambique a revisão do Memorando Inter-Governamental que estabelece a Southern Africa Power Pool, SAPP, transformando-o de uma entidade de cooperativa para uma Competitiva.

A nova configuração ao abrigo do Memorando de Entendimento revisto permite a participação na

cooperação e no mercado energético regional de entidades não públicas designadamente os Produtores e Transportadores Independentemente (IPPs) e provedores de serviços conexos.

Esta revisão é de uma grande relevância particular para Moçambique tendo em conta o interesse na expansão e desenvolvimento do mercado regional de energia proporcionando oportunidade para atracção de investimento e viabilização de infra-estruturas energéticas.

No Contexto deste novo quadro, para além da EDM, Moçambique reforçou a sua posição de actor chave com a participação da HCB e da MOTRACO na SAPP.

No âmbito da Zona de Comércio e da criação da União Aduaneira na SADC, o Governo aprovou uma estratégia para o processo de integração regional, na qual a energia é atribuída um papel crucial por um lado para exportação do excedente com impacto na balança comercial e por outro lado para assegurar a disponibilidade de energia fiável para a competitividade das actividades económicas no país.

Para a concretização destes objectivos o sector de energia tem um envolvimento substancial nas acções a nível nacional através da Comissão Nacional da SADC coordenado pelo MINEC, do Comité Nacional das Negociações Comerciais coordenado pelo MLC bem como nos trabalhos ao nível da SAD C, SAPP e RERA.

4.4.4.3. ESTABELECIMENTO DE ACORDOS BILATERAIS

Durante o período em revista foram celebrados acordos e outros instrumentos de cooperação bilateral visando os seguintes objectivos principais:

- Reforço da cooperação de um lado e criação de um ambiente propício para investimentos e produtores locais de outro lado.

- Mobilização de recursos técnicos e financeiros para a melhoria da eficiência energética e ambiental. Neste âmbito

- O Memorando de Entendimento com o Reino da Suazilândia e o Acordo com a República de Angola, tendo em vista a abertura de mercados para Moçambique nestes países;

- Memorandos de Entendimento com a República Federativa do Brasil, Reino Unido (DIFD) e a República da Itália (GBEP) sobre cooperação no domínio dos biocombustíveis, bem como o acordo sobre cooperação institucional e económica no domínio da energia com Itália. Nesta perspectiva o sector de energia tem beneficiado de assistência técnica no domínio dos biocombustíveis do Brasil e Itália e captação de recursos do DFID;

- Memorando de Entendimento com a GTZ, relativo à cooperação no domínio da energia;

- Acordos sobre Linhas de Crédito com o Governo Indiano para apoio ao programa de electrificação intensificação do uso de energias renováveis incluindo a instalação da fábrica de painéis solares em Moçambique;

- No domínio das energias renováveis, o Ministério assinou um Memorando de Entendimento com a Hyosung Corporation da Coreia, com vista a obter apoio financeiro para construção de um Sistema Fotovoltáico.

4.4.4.3.1. AÇÕES ADEQUADAS AGUARDANDO ASSINATURA

- O Ministério da Energia concluiu com o Ministério Brasileiro de Minas e Energia a negociação de um Memorando de Entendimento visando a cooperação institucional entre os dois Ministérios incluindo as suas empresas públicas e outras entidades vinculadas em matéria de políticas, planificação, regulação e fiscalização do sector eléctrico, energias renováveis e desenvolvimento tecnológico, de entre outras.

Este Mde insere-se no âmbito da cooperação com o Brasil para a viabilização do projecto da Linha de

Transporte de Energia Eléctrica Tete-Maputo, e projectos de geração de energia designadamente, projecto Hidroeléctrico de Mphanda Nkuwa e Central Térmica à Carvão de Moatize, e ainda atracção de investimento em empreendimentos de uso intensivo de energia.

De modo particular, este Mde irá criar um quadro propício para a cooperação entre a Empresa Electricidade de Moçambique – EDM e entidades brasileiras na análise e validação do estudo efectuado sobre a Linha de Transporte de Energia Eléctrica Tete – Maputo, negociação de acordo de cooperação entre a EDM e a Electrobrás.

- No âmbito das ações visando a negociação com o Conselho Nacional de Electricidade do Reino Unido, o Ministério da Energia concluiu a negociação de um Acordo de Cooperação e Assistência técnica com a Comissão Nacional de Energia el. (CNRE) do Reino Unido, reguladora do sector eléctrico, no âmbito da realização a fim de obter, em conjunto, da mesma entidade, assistência deste acordo.

- Negociação da produção de energia eléctrica a partir do domínio de energia renovável, sob a égide da Economia, Desenvolvimento e Investimentos, para a produção de energia de Moçambique, visando a instalação de um Projecto renovável de produção de energia parres.

- Está em curso a negociação com o Reino da Bélgica, visando a realização de um Projecto de Acordo.

4.4.4.4. AÇÕES DE PROMOÇÃO DE PROJECTOS E PROGRAMAS ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO EM EVENTOS INTERNACIONAIS

4.4.4.4.1. ENQUIM DOS MINISTROS AFRICANOS DE ENERGIA (FEMA)

Moçambique participou nos trabalhos dos ministros das energias pa

Conferência inaugural realizada em Agosto de 2005 em Entebbe, na República do Uganda;

• Em Março de 2007, realizou-se em Maputo a II Conferência Ministerial do FEMa dedicada ao tema *Segurança e Estabilidade Energética em África*, a qual foi prestigiada com honrosa presença de Sua Excelência Armando Emilio Guebuza, Presidente da República cuja intervenção marcou a sessão de abertura.

O evento contou com a participação de cerca de cento e sessenta e sete (167) delegados, entre representantes de trinta e dois Países africanos, dezassete (17) dos quais representados pelos respectivos Ministros e nove (9) representantes oficiais, doze (12) instituições regionais e dez (10) organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento representando agências bilaterais e multilaterais.

Em resultado desta Conferência Ministerial, Moçambique, representado pelo Ministro da Energia, foi eleito para assumir a presidência do FEMa no período de Agosto de 2007 – 2009, tendo sido adoptada a Declaração de Maputo, a qual coube ao Ministro da Energia de Moçambique apresentar na XIV Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

Ao assumir a presidência do FEMa Moçambique propôs – se a actuar em dois vectores principais:

- Usar este órgão como veículo para a realização da agenda nacional, do ponto de vista da promoção dos programas e projectos do País, elevar a posição de Moçambique, como interlocutor importante no diálogo com os parceiros de grande relevo com destaque para o Banco Mundial e a União Europeia e vincar o papel que Moçambique desempenha e continuará a desempenhar no continente particularmente na interacção com os países africanos membros do FEMa;
- Oferecer a experiência de sucesso que é reconhecida a Moçambique no domínio energético e o prestígio que goza internacionalmente para fortalecer o papel do FEMa como veículo de advocacia e voz colectiva sobre as políticas e

estratégias mais apropriadas para o desenvolvimento do sector de energia no continente Africano, particularmente o aumento do acesso às zonas rurais.

Neste âmbito, várias realizações foram levadas a cabo em Moçambique em representação do FEMa, sendo de destacar várias iniciativas regionais e internacionais:

- O diálogo com o Fórum dos Ministros das Finanças de África;
- A adesão de mais membros através da assinatura do Memorando de Entendimento do FEMa, nomeadamente das Repúblicas da Zâmbia e do Zimbabué;
- A organização do Seminário de Mobilização de Investimentos para Infra-estruturas Eléctricas em África;
- O lançamento do projecto sobre a Iniciativa de Electrificação em África com apoio do Banco Mundial União Europeia e o GTZ, o qual terá a duração de três anos.

Decorrente da Presidência do FEMa há a realçar a contribuição no reforço institucional com o estabelecimento do secretariado de apoio ao Presidente do FEMa, oportunidade de ganhos económicos de empresas moçambicanas que prestaram vários serviços no âmbito das diversas realizações que tiveram lugar no país designadamente, organização dos eventos, hotelaria e turismo, entretenimento, alugar de viaturas e outros serviços.

4.4.4.2. ÁFRICA ENERGY FORUM (AEF)

O "África Energy Forum " é organizado pela Energy Net, uma instituição Britânica, e que junta anualmente representantes de Governos dos países africanos, de órgãos reguladores do sector de energia, empresas do ramo de energia, instituições de financiamento, incluindo de agências de apoio ao desenvolvimento e potenciais investidores.

O AEF proporciona-se como um veículo de estabelecimento e manutenção do diálogo e contactos entre

os participantes, permitindo a troca de informação sobre os recentes desenvolvimentos do sector de energia nos países africanos, a abordagem e busca conjunta de soluções para os problemas candentes no domínio da energia, as oportunidades de negócios para os potenciais investidores, financiadores e fornecedores de bens e serviços constitui o principal objectivo deste fórum.

Moçambique logrou um espaço privilegiado e de referência, em resultado da sua participação a qual despertou um grande interesse tanto dos organizadores como dos participantes.

4.4.4.4.3. REUNIÃO DE MINISTROS DE ENERGIA DA SADC

Moçambique acolheu em Abril de 2009, a 30ª Reunião dos Ministros de Energia da SADC que teve a honra da presença de S. Excia Primeira-Ministra, Dra. Luisa Diogo.

Constituiu a principal motivação para a escolha do nosso País a expectativa no seio da região em torno dos projectos energéticos de Moçambique, tendo em conta a sua contribuição na superação do défice de energia que afecta a região, facto que veio a confirmar-se pelo elevado nível de participação.

Neste âmbito foi também notável o compromisso assumido pelas empresas de electricidade da região de assegurar o fornecimento de energia à África do Sul durante a realização do Mundial de Futebol em 2010, do qual Moçambique, através das empresas HCB, EDM e MOTRACO, dispõem de maiores oportunidades para traduzir este compromisso numa participação efectiva e substancial.

4.4.4.4.4. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Realizou-se em Maputo em Março de 2009 a Conferência Internacional de Biocombustíveis, "Powering Africa: the Biofuels Option".

Este evento permitiu a Moçambique, à luz do projecto,

na altura, da Política e Estratégia Nacional de Biocombustíveis que veio a ser aprovada pelo Conselho de Ministros a 24 de Março de 2009, promover a produção e uso final de biocombustíveis em Moçambique como contribuição para a agenda nacional de alívio à pobreza, redução da dependência do país aos combustíveis fósseis, e resposta à situação de preços altos e imprevisíveis do petróleo nos mercados mundiais.

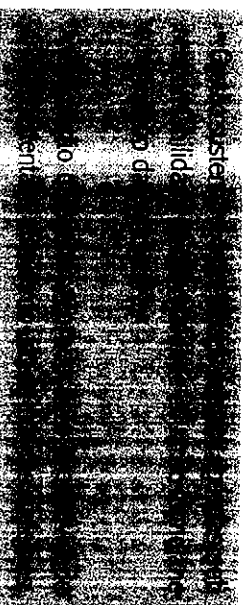
4.4.4.4.5. ALEIÇÃO A ORGANISMOS INTERNACIONAIS

4.4.4.4.5.1 Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA)

Moçambique como membro da ONU, candidatou-se a membro da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), tendo sido admitido na 50ª Conferência Geral da organização e tornando-se assim no 141º membro de pleno direito da AIEA, a 18 de Setembro de 2006.

O objectivo principal que norteou a adesão de Moçambique à Agência foi a oportunidade de aceder a assistência técnica para aplicação da tecnologia nuclear em diversas áreas, prioritariamente para a Saúde e Recursos Minerais, no que respecta a remoção, transporte e acomodação de material radioactivo e tratamento de doenças tais como o cancro, tuberculose e outras e ainda para aplicação de tecnologia nuclear em áreas como agricultura, energia e preservação ambiental, dentre outras.

No gozo de pleno direito como membro, o País tem-se beneficiado de apoios técnicos no âmbito da Cooperação Técnica, contando neste momento com cinco (5) Projectos no âmbito do Programa Ciclo 2009-2011, financiados maioritariamente pela Agência, nomeadamente:



sob coordenação do Ministério da Agricultura;

- Estabelecimento de uma Autoridade Reguladora para Protecção contra Radiações Ionizantes, bem como o seu controlo, sob coordenação do Ministério da Energia;

- Estabelecimento do serviço de Radioterapia e Medicina Nuclear, sob responsabilidade do Ministério da Saúde;

- Estabelecimento de capacidade nacional para a regulamentação e gestão de materiais radioactivos resultantes da actividade mineira, sob responsabilidade do Ministério dos Recursos Minerais.

De referir que, um dos requisitos essenciais para o País beneficiar do apoio da Agência, é a criação de uma Autoridade Reguladora na área de Energia Nuclear. Para o efeito, o Conselho de Ministros aprovou a 03 de Novembro de 2009 a criação da Agência Nacional de Energia Atómica (ANEA), entidade que tem como objecto a segurança e protecção de pessoas, bens e do meio ambiente contra o perigo da exposição a radiações ionizantes, bem como a segurança das fontes radioactivas. Esta entidade possibilitará ao País beneficiar do apoio da Agência, em matérias como:

- (i) Tratamento de doenças tais como o cancro;
- (ii) Combate à mosca tsé-tsé;
- (iii) Gestão de solos;
- (iv) Saúde e reprodução animal;
- (v) Exploração mineira e testes não destrutivos de equipamentos;

Da avaliação feita a cooperação com a Agência, conclui-se que passos significativos foram dados com vista ao fortalecimento da cooperação, incluindo a maximização dos benefícios esta cooperação.

Os projectos aprovados no âmbito da cooperação técnica com a Agência tornaram possível a formação de técnicos nacionais no uso de tecnologia nuclear a ser aplicada em vários domínios, contribuindo deste modo

para a capacitação dos mesmos, e consequentemente para o aumento de quadros nacionais qualificados.

4.4.4.5.2. Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA)

A Agência Internacional de Energias Renováveis, é uma primeira agência dedicada ao fomento e expansão do uso das energias renováveis, formalmente criada a 26 de Janeiro de 2009 em Bonna, Alemanha, contando actualmente com um total de 83 países signatários dos quais 30 africanos, 28 europeus, 17 asiáticos e 8 latino-americanos.

Os objectivos preconizados no âmbito do IRENA são consistentes com os objectivos consagrados na Estratégia de Energia e a adesão a este organismo internacional traz consigo, entre outros, os seguintes benefícios:

- Desenvolvimento de programas para a produção de novas tecnologias no uso de energias renováveis nas comunidades rurais;

- Criação de institutos de pesquisa em energias renováveis, bem como no estabelecimento de uma agência nacional e regional de energias renováveis de modo a melhorar as técnicas de produção de energia constituída no país;

- Possibilidade de criar o IRENA, sobre o tema da divulgação dos programas, pesquisas, experiências nacionais e que sejam referentes ao uso da energia internacionalmente detinidos;

Para efeito, o Ministério da Energia após a devida harmonização com o Ministério dos Negócios Estrangeiro e Cooperação – MINEC depositou para a aprovação do Conselho de Ministros o respectivo instrumento de adesão.

4.4.4.5.3. Actividades no âmbito das negociações comerciais

O Ministério da Energia integra os comités sobre as negociações comerciais sobre a liberalização do comércio de serviços designadamente:

- (i) SADCEPA;
- (ii) Protocolo sobre Comércio de Serviços da SADC;
- (iii) Revisão da Política Comercial.

As questões chaves relativamente a liberalização do sector de energia circunscrevem-se na adopção de uma estratégia e um quadro regulador que permita obter os ganhos da abertura de comércio particularmente na área de geração que é potencialmente competitiva mantendo fortemente reguladas as áreas de transmissão e distribuição que apresentam benefícios de economias de escala.

Trata-se de conceber uma abordagem que contemple as regras de um mercado num sector estrategicamente importante particularmente num contexto de desenvolvimento em que actuação do Governo se mantém crucial.

4.4.4.5. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA

Durante o Quinquénio 2005-2009, foram enviados esforços com vista a assegurar os fundos para implementação dos Projectos de Electrificação Rural em todo o País, capacitação institucional e funcionamento corrente do Ministério da Energia.

O Departamento de Administração e Finanças desenhou em 2005 uma estratégia que visava o incremento dos fundos do ME, provenientes do Orçamento do Estado até aos aceitáveis para a concretização dos desafios definidos no Programa Quinquenal do Governo, através de apresentação de projectos concretos de Investimento Público.

Neste âmbito, o Ministério da Energia teve um orçamento de 236,000,00 Mt (Duzentos trinta e seis mil Meticais) correspondentes à uma Direcção Nacional, entretanto, esforços foram enviados junto do Ministério das Finanças no sentido de se alocar um orçamento dum Ministério nos anos seguintes, tendo até finais de 2009 o orçamento atingido 1,096,356,000.00 Mt (Um bilhão noventa e seis milhões trezentos cinquenta e seis mil Meticais), e desse valor 464,972,010.00 Mt (Quatrocentos e

sessenta quatro milhões, novecentos setenta e dois mil e dez meticais) correspondem ao apoio dos parceiros. A evolução do nosso orçamento permitiu a implementação dos seguintes programas dignos de realce:

- Electrificação das Sedes Distritais, Centros Administrativos e Localidades, construção de rede de distribuição das Sedes Distritais da Província de Namibe e do INE;

- Identificação do esforço para a implementação do Projecto da Energia Milletium Park for a Sustainable Development em Mademba, região para o desenvolvimento do Projecto de Electrificação Rural em parceria com a empresa privada recebida a garantia por parte do Estado para o financiamento dum Banco Alemão, para o qual se irá em regime de lease/ pagamento de energia.

- Aquisição através da Organização do Trabalho (OT) viaturas 4x4 – No que diz respeito ao pagamento do financiamento do Projecto de Electrificação Rural em todo o país e a entrega de energia eléctrica por 110s viaturas 4x4 – a Missão do Programa de Electrificação Rural dos Províncias em 11 localidades do País, no âmbito do Programa de Recuperação Energética do País;

- Recuperação conjunta das Subestações de Transformação do Estado, (1) manutenção, reparação e substituição de pessoal; (13) substituição de equipamentos eléctricos; (1) Manutenção da rede de distribuição eléctrica priorizadas para a entrega de energia eléctrica nas instalações electrificadas no âmbito do Projecto de Electrificação Rural;

- Aquisição através do Sistema Nacional de Compras do Mundo de dois (2) transformadores para a subestação de distribuição para o transporte de energia eléctrica para o transporte de energia eléctrica;

- Aquisição de materiais para a manutenção e reparação de equipamentos eléctricos para a manutenção e reparação de equipamentos eléctricos para o transporte de energia eléctrica;

- Aquisição de materiais para a manutenção e reparação de equipamentos eléctricos para a manutenção e reparação de equipamentos eléctricos para o transporte de energia eléctrica;

- Realização do projecto executivo de empenhada para a construção nos próximos anos, da primeira Direcção Provincial da Energia, na Província de Tete.

4.4.4.6. RECURSOS HUMANOS

As mudanças técnico-metodológicas e legais na gestão de recursos humanos do Estado, bem como as actividades programadas no âmbito da reforma do sector público com objectivo de fortalecer os funcionários na melhoria de prestação de serviços, colocam como desafio dotar os quadros dos sectores de pessoal qualificado, profissionalizado e com a responsabilidade de servir cada vez melhor o cidadão.

O Departamento Recursos Humanos (DRH) tendo como atribuições e competências, planificar, coordenar, acompanhar, e garantir a implementação da política da Função Pública, incluindo a responsabilidade de informar e orientar os órgãos que compõem a estrutura do Ministério para o cumprimento das normas administrativas no que se refere ao dotacao e desenvolvimento dos recursos humanos do seu quadro de pessoal.

Neste âmbito, ao longo do período em alusão, várias actividades foram desenvolvidas de forma a garantir a implementação da política para gestão de recursos humanos e o seu alinhamento com os objectivos definidos no programa quinzenal para o sector da Energia.

4.4.4.6.1. ELABORAR E PROPOR A POLÍTICA DE RECURSO HUMANOS E GARANTIR A SUA IMPLEMENTAÇÃO

- Apoio na elaboração dos Regulamentos Internos bem como na publicação dos mesmos no Boletim da Republica;
- Definidos procedimentos, para integrar de novos funcionários nos diferentes órgãos da instituição;
- Elaborado e aprovado o modelo para a designação de lotarias do Ministério da Energia;

- Preparadas propostas de Regulamentos de Funcionários e Balcas de Estado;

- Definidos os conteúdos de assigndação social dos funcionários do Ministério bem como critérios para a publicação de anúncios tecnológicos;

- Elaborado propostas de Regulamento dos Assuntos Sociais;

4.4.4.6.2. PLANIFICAR, COORDENAR E ASSEGURAR A SELECÇÃO E GESTÃO DE RECURSO HUMANOS, BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES TANTO NACIONAIS COMO ESTRANGEIROS

- Organizado e apetrechado o Departamento Recursos Humanos, materializando e equipando os

- Realizados dois concursos públicos para a promoção e aquisição de pessoal com a participação de Agências de Estado;

- Das 316 vagas, registadas, foram aprovadas para o emprego público, apenas 60 candidatos, devido a falta de documentação;

- Em termos de desempenho, os funcionários, foram avaliados, tendo sido 11 Promovidos e 2 Promovidos Progressivos em 2006;

- Nomeados 20 funcionários, para funções que competem ao Departamento, provido o quadro de pessoal;

- Efectuada a avaliação dos funcionários, por objectivos, tendo sido exigido no ano 2006, 100%;

- Identificados os pontos fracos, para serem providos, tendo sido o Ministério da Energia, considerado, o melhor funcionário;

• Em termos de óbitos foram 2 do órgão central e um da Província.

• O Funcionário foi expulso por abandono de lugar e um pedido de exoneração.

4.4.4.6.3. OBSERVAR E FAZER CUMPRIR O EGFAE E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA, SEM COMO, ENTIR PARECER, QUANDO SOLICITADO SOBRE CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES ESTRANGEIROS

• Foram publicados no Boletim da República e no jornal de maior circulação os atos bem como os resultados dos concursos de ingresso, promoção e das progressões realizadas;

• Foram publicados no BR os despachos de nomeação para novos ingressos, para cargos em comissão de serviço, contratos, nomeação definitiva e mudanças de carreira;

• Foram emitidos 120 cartões de trabalho, 126 crachás e 115 Cartões de Assistência Médica e Medicamentosa, estando em curso ainda a emissão de cartões para novos funcionários;

• Em cumprimento do Diploma Ministerial n.º 58/89 de 19 de Junho foi efectuada a proposta do pagamento de bonus de remuneração aos funcionários abrangidos nos termos do dispositivo em referência tendo sido premiado cerca de 35 (trinta e cinco) funcionários;

• Foram tramitados junto do Ministério das Finanças e do Tribunal Administrativo ZDA processos, entre nomeações em comissão de serviço, de ingresso, demissões, automáticas, contratações, mudanças de carreira, substituições, desatamentos, licenças alargadas, exonerações e expulões;

• Foi distribuído a todos os órgãos deste Ministério o EGFAE e o respectivo regulamento bem como o Decreto relativo as carreiras profissionais, tendo iniciado o processo de divulgação do EGFAE;

• Foi analisada a proposta e emissão de 97.500 para contratação de 1105 técnicos estrangeiros em termos para a FCB e EDM respectivamente.

4.4.4.6.4. RECONHECER AS NECESSIDADES DE FORMAÇÃO, CONCEBER E CONTROLAR O RESPECTIVO PLANO DE FORMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO DO MINISTÉRIO E PARTICIPAR NA PROCURA DE RECURSO PARA A SUA IMPLEMENTAÇÃO

• Foram elaborados e implementados os Planos de formação de curso de duração superior tendo beneficiado cerca de 90% dos funcionários;

• Em termos gerais em 2009 foi realizado a formação de curso de duração superior para os funcionários dos quadros 64 do Órgão Central e 171 funcionários (na área de planeamento energético e gestão energética), em 2007, 14 500 Órgão Central, em 2009 71 curso 2009, 73 funcionários.

Referente que a nível técnico os cursos de formação foram os seguintes: cursos de energia, eficiência energética, segurança, cursos no sector energético, gestão de projectos, formação para a negociação na área energética, cursos de Formação e Financiamento.

• Foram capacitados os funcionários do departamento de energia na área de formação, eficiência energética, segurança, cursos no sector energético, gestão de projectos, formação para a negociação na área energética, cursos de Formação e Financiamento.

• Foram capacitados os funcionários do departamento de energia na área de formação, eficiência energética, segurança, cursos no sector energético, gestão de projectos, formação para a negociação na área energética, cursos de Formação e Financiamento.

• Foram capacitados os funcionários do departamento de energia na área de formação, eficiência energética, segurança, cursos no sector energético, gestão de projectos, formação para a negociação na área energética, cursos de Formação e Financiamento.

• Foram capacitados os funcionários do departamento de energia na área de formação, eficiência energética, segurança, cursos no sector energético, gestão de projectos, formação para a negociação na área energética, cursos de Formação e Financiamento.

• Foram capacitados os funcionários do departamento de energia na área de formação, eficiência energética, segurança, cursos no sector energético, gestão de projectos, formação para a negociação na área energética, cursos de Formação e Financiamento.

comunicação, principalmente nas negociações com parceiros, em fóruns regionais e internacionais, bem como nas reuniões de trabalho e de acompanhamento de diversos projectos em curso no sector;

- Foram preenchidos os modelos de descrição de tarefas, pelos diversos órgãos deste Ministério, estando na fase de compilação das propostas para análise para posterior submissão e aprovação.

De referir que o diagnóstico das necessidades de formação que serviu de base para o plano de 2009, e no desenho do Plano Estratégico do Desenvolvimento dos Recursos Humanos 2010/14 em curso, a ser alinhado com a Estratégia do Sector de Energia recentemente aprovado pelo Conselho de Ministros. Neste âmbito, o Ministério através do DRH continua a apostar na capacitação técnica - profissional e encoraja à formação académica dos funcionários que se encontram nos níveis primários e básicos com vista ao enriquecimento das suas capacidades técnicas e de gestão bem como, na transmissão de valores da instituição de acordo com a Reforma do Sector Público em curso.

4.4.4.6.5. ELABORAR O QUADRO DE PESSOAL DO MINISTERIO E EXECUTAR A SUA GESTÃO SISTEMATIZADA

- Foi elaborado o quadro de pessoal do ME e aprovado pelo Diploma Ministerial nº 230/2005 de 29 de Novembro;

- Foi planificado, ao longo do quinquénio um Orçamento para remuneração de funcionários do ME em um valor de 65.828.772,19, Mds, dos quais, 9.874.315,85 Mds, refere-se aos 15% retribuídos. Neste quinquénio foram despendidos para remuneração cerca de 47.500.000,00 Mds;

- Dos 14 Agentes do Estado com vínculo precário em 2007, somente 7 com requisitos para o ingresso no quadro da Função Pública foram enquadrados e os restantes 7 mantêm a mesma situação. Dos destes ainda tem o processo em análise no Ministério da Função Pública para o seu enquadramento ao abrigo do Decreto nº 36/2004.

4.4.4.6.6. CRIAR E GERIR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E CADASTRO DO PESSOAL DO MINISTERIO

O Ministério da Energia iniciou a sua actividade com 60 Funcionários e actualmente, conta com 167 incluindo a Direcção do Ministério, dos quais, 60 mulheres e 107 homens, entre eles, Técnicos Superiores, Médios, Básicos e Elementares, prestando serviços em regimes de contratos diferenciados: Funcionários e Agentes do Estado. Porém, a questão de género prevalece como um dos desafios no Sector da Energia desde a sua criação:

- O ME participou em 2007 no recenseamento de funcionários e agentes de Estado, tendo como responsabilidade a validação e actualização dos dados dos funcionários e agentes de Estado no Sistema e/ou uma base de dados mantida no sistema.

O relatório produzido por esta base de dados, a ajuda limitado, razão pelo qual a informação dos dados estatísticos apresentada no presente relatório foi obtida manualmente;

- Foi instalado e introduzidos dados relativos aos funcionários, o SIF (Sistema de Informação do Pessoal) que não se encontra operado, o qual não gera nenhum relatório;

- Através do levantamento dos dados estatísticos, é possível criar uma base de dados, o qual não se encontra a situação de recarregar dados em formato resumido, sendo seguinte:

- 5. Inquérito, pesquisa e levantamento de dados EPI, dos quais, o seguinte:
- 2. Nos níveis de informação, o seguinte:
- 8. Inquérito, pesquisa e levantamento de dados EPI, dos quais, o seguinte:
- 4. Inquérito, pesquisa e levantamento de dados EPI, dos quais, o seguinte:
- 4. Inquérito, pesquisa e levantamento de dados EPI, dos quais, o seguinte:

- 59 são licenciados dos quais: 29 mulheres e 30 homens, o que representa 33,1%;
- 3 são mestres sendo todos do sexo masculino o que representa 1,8%;
- 1, PHD, igualmente de sexo masculino, o que representa 0,6%.

• Foi feito o levantamento do número de funcionários estudantes, e criada uma base de dados, para o conhecimento do número de funcionários em formação, tendo sido constatado que, o Ministério conta com 47 Funcionários a frequentar o Ensino Superior dos quais 26 Bolsiros (14 mulheres e 12 homens).

Destes funcionários, beneficiam de Bolsas de Estudo na Universidade Eduardo Mondlane (1 Mestrado) e a Universidade Pedagógica de Maputo (Bacharelato e licenciatura), ao abrigo de financiamento da Danida. Dos restantes 21 (9 mulheres e 12 homens), não Bolsiros, 6 frequentam o ensino Médio e 5 no Básico, toda por conta própria;

4.4.4.6.7. COORDENAR E CONTROLAR AS ACÇÕES NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS TRABALHADORES DO MINISTÉRIO

Foram organizados, ao longo de quinquénio referentes ao fim do ano para o balanço de actividades realizadas, um sector bem como de actividades para o ano seguinte em termos de desempenho e rendimento, uma oportunidade que serviu também para o contacto entre funcionários e dirigentes, permitindo deste modo melhorar o conhecimento mútuo e relacionamento institucional. Estes eventos incluíam a premiação dos melhores funcionários do ano pelo Director do Ministério.

• A actividade de 1 de Junho, da importância da criação do dia do trabalhador organizadas em comités locais, regionais e da Direcção dos MEs, das Direcções Regionais e das zonas, após esta data foi comemorada através de um grande espectáculo de oferta de brinquedos para as crianças dos funcionários deste Ministério.

• A partir do ano de 2008, o Ministério passou a comemorar o dia internacional do trabalhador apresentado entre outras actividades, que se realizam representado por um grupo de representantes do Ministério, palestras e debates sobre temas de actualidade tais como a situação do desenvolvimento humano, resultados e outros a nível mundial.

• Foi feita, concomitantemente, a qualificação técnica em conjunto de grupos de trabalho com os representantes dos sindicatos em áreas de maior relevância social, tendo sido discutido o programa que equaciona as necessidades sociais.

• Foram definidos os critérios de avaliação dos funcionários em função da qualidade dos serviços prestados, sendo posteriormente discutido o programa que equaciona as necessidades sociais.

4.4.4.6.8. ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS REFERENTES A QUALIFICADORES PROFISSIONAIS PARA NOVAS CARRERAS

• Foram elaboradas propostas de qualificação para carreiras específicas de Engenharia, Informática, Matemática, Física, Química, Biologia, Geologia, História, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Pedagogia, Direito, Medicina, Veterinária, Farmácia, etc.

4.4.4.6.9. ELABORAR PROPOSTA DO REGULAMENTO DE CONCURSOS PARA AS CARRERAS ESPECÍFICAS

Esta actividade depende da conclusão das propostas referentes a qualificadores profissionais para novas carreiras.

4.4.4.6.10. AÇÕES EM CURSO E NÃO CONCLUÍDAS

Durante este quinquénio, algumas acções foram realizadas com vista a elaboração dos Regulamentos das carreiras específica do ME (incluindo as da Inspeção Geral); de Formação e Bolsas de Estudo; e de Assistência Social. De referir que os dois últimos Regulamentos estão em processo de aprovação.

4.4.4.7. TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4.4.4.7.1. APREQUEAMENTO DO MINISTERIO DA ENERGIA EM MEIOS INFORMÁTICOS

- A instituição possui actualmente 121 computadores distribuídos pelas direcções e departamentos, contra 24 em 2005, portanto, um aumento de 80,2% em 2009;
- Cerca de 75,63 % dos 160 funcionários possuem computadores e estima-se que mais de 91% do funcionalário do Ministério tem acesso a s.TIGs;
- Foram adquiridas 7 máquinas fotocopiadoras multifuncionais de médio porte, que foram alocadas ao 1º, 2º e 3º andares do edifício Sede e ao edifício onde funciona a IG/DRH. Neste momento, estão em funcionamento três (5), das quais três (3) no fim de sua vida útil, e as restantes se encontram já obsoletos;
- Foram adquiridas e instaladas 10 impressoras de médio porte, entre outros acessórios informáticos;

4.4.4.7.2. DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA PÁGINA WEB DO ME E ACESSO A REDE ELECTRÓNICA DO ME E ACESSO A INTERNET

- Foi registada e lançada, o site do Ministério na Internet que permitiu que os funcionários e o público em geral tivessem acesso e conhecimento sobre as realizações do Ministério da Energia;
- Foram cadastrados no sistema informática do ME 135 funcionários contra 61 existentes em 2005, o que representa um incremento de 54,81%, permitindo maior controlo e acesso seguro aos recursos da rede;
- Foram instalados sinais de Internet em todos os computadores da rede LAN do Ministério, neste âmbito, mais de 140 funcionários beneficiam-se de Internet;
- Foi instalado o circuito que interliga a rede da Gopatel com a Rede electrónica do ME. Reforçar que esta ligação fornece Internet de 1MB a rede electrónica do ME e reduziu para mais que a metade os custos Internet;

- Foi instalado o sistema de segurança da rede do ME com o sistema de controlo de acesso, permitindo o acesso seguro a rede electrónica do ME, através de fiscalização automática, permitindo a rede tal como adquirir a Internet;
- Realizadas actões com vista a segurança electrónica do ME;

- Trabalhos de manutenção para a rede através da aquisição de equipamentos de maior número de cabos (100, 2º e 3º andar) e de acesso e computadores, bem como dos equipamentos de rede e alocados de forma adequada;
- Instalação de equipamentos de segurança equipamentos de segurança, como switches, routers, firewalls e outros;

Estas actividades permitiram que mais funcionários fossem cadastrados no sistema informático do ME e irá permitir evitar inúmeras falhas de funcionamento do hardware e software dos servidores e, garantir a segurança dos mesmos contra invasões e ataques.

4.4.4.7.3. SUPORTE AO USUÁRIO

- Foi efectuada assistência técnica aos funcionários na óptica do suporte ao usuário, permitindo que os funcionários no uso de meios informáticos, e garantir a segurança e a utilização dos recursos informáticos;

4.4.4.7.4. INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINHAS E CENTRAIS TELEFÓNICAS (PABX) E DE LINHAS DE TELEFONIA CELULAR

- Foram instaladas 23 centrais telefónicas com capacidade de geral 100 linhas;
- A melhoria do suporte ao usuário;
- A gestão de recursos;
- A segurança;
- A qualidade;
- A produtividade;
- A segurança;
- A produtividade;
- A qualidade;
- A produtividade;

- Foram instaladas 5 interfaces célula es. ligadas as Centrais Telefónicas da Instituição para garantir economia e eficiência, podendo ser acedida a partir de cada família (extensão) com a mesma facilidade que se usam as linhas fixas.

4.4.4.7.5. DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DE LICENCIAMENTO

- Foi desenvolvido e instalado o sistema informatizado de gestão de Licenciamento de energia eléctrica na Direcção Nacional de Energia Eléctrica para as instalações eléctricas, exploração de instalações eléctricas e dos técnicos responsáveis pela elaboração, execução e fiscalização de projectos de instalações eléctricas. Este sistema permite um melhor controlo na produção e registo de licenças, bem como a previsão e controlo de vistas, previstas e realizadas e reduz o tempo de espera para a emissão das licenças.

4.4.4.7.6. CONSULTORIA PARA A REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO DO SISTEMA INFORMÁTICO

Foi realizado o estudo diagnóstico para actualização do sistema informático do ME. As principais conclusões e recomendações do estudo, bem como a proposta de solução para o novo sistema, foram apresentadas aos órgãos da instituição estando neste momento a decorrer acções com vista a procura de financiamento para custear as fases subsequentes do projecto.

4.4.4.7.7. REVISÃO E ACTUALIZAÇÃO DO SISTEMA INFORMÁTICO

Foram realizadas várias operações de aquisição e substituição de material informático e seus acessórios.

4.4.4.7.8. OUTRAS REALIZAÇÕES FORA DOS PLANOS ANUAIS

- Foram feitas reparações e correções preventivas de computadores e similares, tendo sido realizadas várias operações de remoção de vírus. Reparções e configurações de computadores e outro tipo de

maquinas autoperizadas. Esta actividade permitiu a recuperação de vários computadores e outros de equipamento em estado averiado.

- Foi instalado e disponibilizado a todos os níveis do Secretariado de FEM, que permitiu a troca de informação entre os utilizadores, sendo possível o acesso a recursos compartilhados como internet, impressora, documentos e outros.

- Foi instalado o sinal de internet, com fibra nas instalações da FEM, sendo possível a transferência de uma pequena quantidade de dados para os computadores terminais (telefones, computadores, etc.) sem a necessidade de envio e recebimento de dados para o Secretariado do FEM.

- Foi instalada a configuração de rede nos computadores e terminais da Direcção Nacional de Energia Eléctrica, permitindo a troca de informação entre os utilizadores e, por outro lado, possibilitando a transferência de dados como imagens e impressões.

- Está em fase de projecto o sistema informático de um Linc, ponto a ponto, para a Direcção Nacional de Energia Eléctrica, tendo sido encontradas as soluções técnicas e económicas para a aquisição de equipamento e software necessários para a realização dos serviços pretendidos.

- A ligação de rede entre os computadores e terminais da Direcção Nacional de Energia Eléctrica, tendo sido encontradas as soluções técnicas e económicas para a aquisição de equipamento e software necessários para a realização dos serviços pretendidos.

- A ligação de rede entre os computadores e terminais da Direcção Nacional de Energia Eléctrica, tendo sido encontradas as soluções técnicas e económicas para a aquisição de equipamento e software necessários para a realização dos serviços pretendidos.

Energia a nível das provincias, de modo que haja compatilidade de informaçao em tempo real com esses orgaos, poupando acima de tudo recursos financeiros

- Produçao de material Grafico- Foram produzidos comites, postais, cartões-de-visita e folhetos para os varios orgaos do ME.

4.4.4.8. QUADRO LEGAL DO SECTOR

No âmbito da revisao do quadro legal do Sector com o objectivo de dotá-lo de um quadro eficiente e ajustado aos desenvolvimentos em curso no mercado energético, foram aprovados os seguintes dispositivos legais:

4.4.4.8.1. ENERGIA ELECTRICA

- Decreto nº 3/2009, de 23 de Março, concernente a consagraçao do valor da Taxa de Concessao da HGB.
- Decreto nº 59/2007, de 21 de Novembro, Aprova os termos e condicoes do Regime Especial previsto na clausula Decima Sexta do Protocolo entre a Republica de Moçambique e a Republica Portuguesa, respeitante a Reversao e Transferencia do Contrato sobre a Hidroelectricidade de Cahora Bassa, S.A.R.L., celebrado em Maputo, Moçambique, no dia 31 de Outubro de 2006.
- Decreto nº 57/2007, de 21 de Novembro, Aprova as alteraçoes aos termos e condicoes do Contrato de concessao do empreendimento hidroelectricidade de Cahora Bassa, celebrado em 23 de Junho de 1975, e Decreto nº 48/2007, de 22 de Outubro, Aprova o regulamento de licenças de instalacoes electricas.
- Decreto nº 43/2005, de 29 de Novembro, Designa a EDM para realizar o serviço publico de estudo da Rede Nacional de Transporte de Energia Electrica e do respectivo centro de despacho.
- Decreto nº 42/2005, de 29 de Novembro, Aprova o regulamento que estabelece as regras e condicoes a planificacao, financiamento, construçao, posse,

manutençao e operaçao dos equipamentos do Sistema de Transmissao e Distribuição de Energia Electrica, e a responsabilidade da electricidade de baixa e media tensao relativamente ao Sistema de Transmissao e Distribuição da Rede Nacional de Transporte de Energia Electrica.

- Resolução do Conselho de Ministros nº 24/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 22/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 21/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 17/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 15/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 14/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 13/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 10/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 9/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 8/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 7/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 4/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 3/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 2/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 1/2009, de 4 de Junho de 2009, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.

4.4.4.8.2. PRODUTOS PETROLIFEROS E GAS

• Decreto nº 1/2005, de 12 de Janeiro, que estabelece o regime de acesso a rede de transporte de energia electrica para produtores de energia electrica de pequena e media potencias.

Infringente à Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, Empresa pública na qualidade de concessionária.

• Decreto nº 30/2009: APROVA os termos da concessão da Rede de Distribuição de gás natural nas áreas da cidade de Maputo e do Distrito de Marracuene na província de Inhambane, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, Empresa pública, na qualidade de Concessionária;

• Decreto nº 9/2009, de 1 de Abril: Altera o artigo 29 do Decreto nº 53/2006, de 26 de Dezembro;

• Decreto nº 63/2006, de 26 de Dezembro:

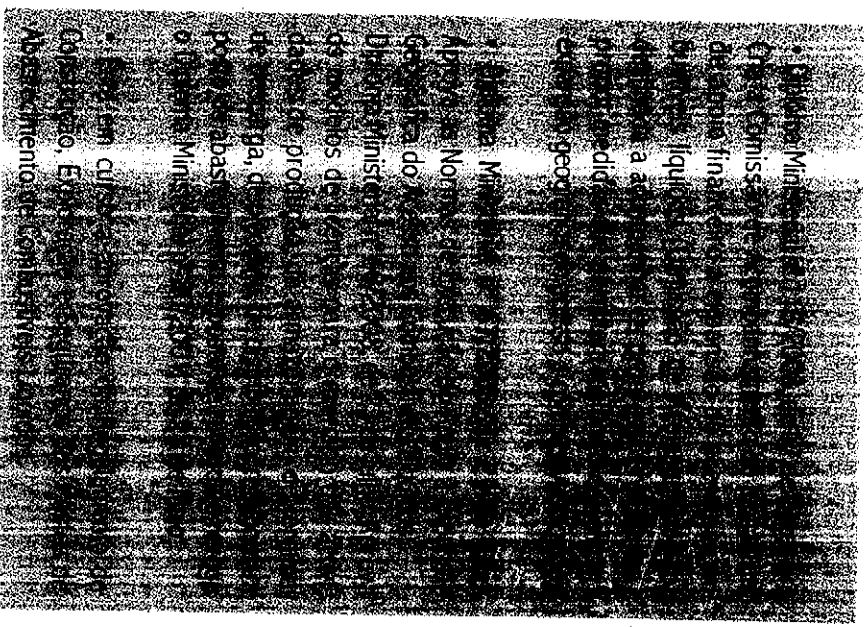
• Deletou o regime a que foram sujeitas as actividades de actividades de distribuição e comercialização de produtos petrolíferos e a criação dos seus preços que aderem às disposições legais relativas às actividades de importação, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos;

• Acionou a possibilidade de produção nacional de hidrocarbonetos e processamento do petróleo bruto e condensado, de gás natural e introduziu novas medidas, com vista ao aumento da eficiência e redução de benefícios económicos no processo de importação e distribuição de produtos petrolíferos em Moçambique;

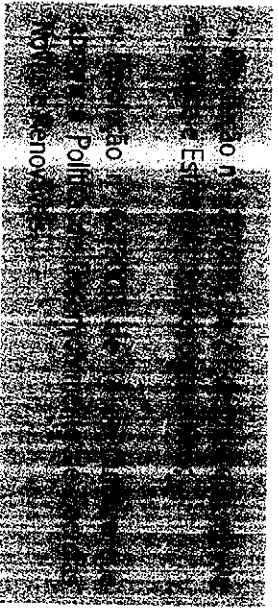
• Reforçou as regras de fixação de preços, tendo em conta as disposições sobre o princípio geográfico e introduziu o apoio financeiro à expansão do acesso aos combustíveis através da consignação de 5% do valor da taxa sobre combustíveis para este sector;

• Introduziu um novo tipo de licença de exploração de terminal de descarga, armazém, terminal e de produção), introduz regras para a distribuição relativamente a hidrocarbonetos e introduz a possibilidade de intervenção do governo no mecanismo de importação de produtos petrolíferos em determinadas circunstâncias para salvaguardar os interesses nacionais;

• Decreto nº 44/2005, de 29 de Novembro, aprova o Regulamento de Distribuição e Comercialização de Gás Natural;



4.4.4.8.3. ENERGIAS NOVAS E RENOVÁVEIS



4.4.4.8.4. DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Um aspecto que vale a pena referir, é a preocupação com a descentralização e desconcentração de competências. Assim, a legislação aprovada, prevê a descentralização e desconcentração de competências como segue:



- A atribuição de concessões para instalações eléctricas pelos órgãos autárquicos, quando delegado pelo Ministro da Energia, nos casos de concessões situadas na sua área de jurisdição.
- A atribuição de concessões para fornecimento de energia eléctrica para os OLE ou para os órgãos autárquicos quando:

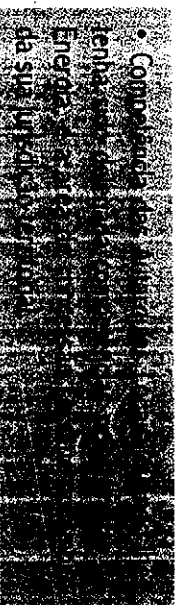
- A produção de energia seja inferior a 1MW e se destine ao fornecimento a consumidores que se encontrem dentro da sua área de jurisdição e não esteja interligada a outras instalações eléctricas localizadas fora dela.
- Quando as instalações eléctricas estejam totalmente localizadas dentro da sua área de jurisdição.

- Licenciamento de instalações eléctricas aos governos provinciais, nos seguintes casos:

- Estabelecimento e exploração de 6.ª categoria que consistem de vedações electrificadas.
- Exploração de instalações eléctricas de 9.ª e 10.ª categoria.
- Estabelecimento e exploração para instalações eléctricas com potência não superior a 315 kVA.
- Licenciamento de instalações eléctricas aos Municipios e órgãos locais do Estado a nível de Distrito Competência, no caso de estabelecimento e exploração de instalações eléctricas com potência até 20 kVA.

Na área dos combustíveis, foram desconcentradas as competências para:

- Licenciamento da actividade de retalho em postos de abastecimento de combustíveis, exceto quando incluir a armazenagem ou abastecimento de gás natural comprimido (GNC) ou quando estejam localizados nas zonas de protecção das estradas nacionais ou regionais, as Direcções Provinciais de Energia.
- Licenciamento da actividade de retalho em postos de venda, aos municípios, na sua área de jurisdição, ou aos governos Distritais.



• Competência dos governos provinciais para a atribuição de concessões de energia eléctrica para os OLE ou para os órgãos autárquicos quando:

Ainda no âmbito do quadro legal do sector Foi divulgada a legislação relativa ao licenciamento, normas de segurança e outras matérias nas direcções provinciais dos Recursos Minerais e Energia, na Electricidade de Moçambique, Petromoc, BP-Moçambique, FUNAE e junto aos operadores do sector energético. A importância a que se reveste esta actividade é fazer conhecer aos visados da existência da diversa legislação do sector para sua correcta aplicação e cumprimento.

4.4.4.9. ASSUNTOS TRANSVERSAIS

4.4.4.9.1. HIV/SIDA

Realização de seminários provinciais de consciencialização sobre a prevenção do HIV/SIDA em nove provincias, com a participação das instituições de tutela, subordinadas envolvendo um total aproximado de 200 trabalhadores;

Levantamento dos serviços de tratamentos e cuidados existentes na área do HIV/SIDA ao nível do País, concepção e layout de brochura para reprodução e disseminação, incluindo revisão e impressão.

Reprodução e disseminação da Estratégia de Combate ao HIV/SIDA, tendo sido distribuídas mil cópias;

Mobilização de parcerias tendo culminada com a realização do Estudo CAP – Conhecimentos Atitudes e Práticas ao nível do Ministério da Energia, FUNAE, EDM e Petromoc;

Foi realizada nos finais mês de Dezembro de 2008, a primeira testagem voluntária do HIV/SIDA a cerca de 90 funcionários do Ministério da Energia, antecedido de uma palestra de sensibilização. Realizado no dia 12 de Novembro de 2009 a 2 testagem em Saúde Comunitária. Testados 23

funcionários sendo 14 homens e 9 mulheres.

O ritmo de desempenho e de realização de actividades previstas para o quinquénio, foi constrangido devido à redução de pessoal do Task Force, em associação ao facto de alguns Pontos Focais estarem a realizar outras actividades decorrentes das suas áreas de trabalho.

O término da prestação de assistência financeira pela DANIDA, para o desenvolvimento e implementação de acções visando o combate ao HIV/SIDA no sector, reduzir o ritmo das acções planificadas.

4.4.4.9.2. GÉNERO

Ao criar-se o Ministério da Energia em 2005, foi estabelecida a Unidade de Género a nível nacional a fim de promover a abordagem do género nos planos, projectos e programas do Ministério bem como das instituições sob sua tutela tais como FUNAE, EDM e PETROMOC.

Com a criação da Unidade de Género, o Ministério da Energia, pretende desenvolver várias actividades de integração do género no sector de energia de forma a contribuir para o avanço da mulher em geral, incluindo medidas para promover um maior número de mulheres com cargos técnicos e na tomada de decisões referentes ao sector da energia, e reduzir as desigualdades entre homens e mulheres no acesso, uso, controlo da energia assim como a gestão e tomada de decisões referentes aos recursos energéticos.

O Ministério, conta um total de 167 Funcionários, dos quais 60 são mulheres e 107 são homens; e em termos de cargos de chefia o Ministério conta com 18 homens e 17 mulheres incluindo as 8 secretárias executivas.

Para garantir que haja no sector maior número de mulheres empregadas, maior número de mulheres em formação e em posições de tomada de decisões, o Ministério da Energia tem observado, gradualmente, esta actividade a medida que as condições o favorecem, condições tais: como a disponibilidade

de mulheres com os requisitos necessários para o preenchimento das vagas ou promoção nas carreiras e ocupação de cargos de direcção e chefia.

4.4.4.9.2.1. Actividades com Vista a Integração da Perspectiva do Género no Sector de Energia Foram Realizadas Diversas Actividades Sociais

A celebração anual do dia 15 de Outubro, dia da Mulher Rural, no qual as actividades da comemoração tiveram lugar na Localidade de Mothase, no Distrito de Magude e Distrito de Moamba através do lançamento do projecto de fogões melhorados, garantido a integração da perspectiva do género no projecto.

Estes eventos contaram com a participação de cerca de 600 pessoas, onde a maioria era mulheres. Assim foram realizadas as actividades de exposição e venda de fogões portáteis; exposição física e em cartazes de fogões a gel fuel; exposição em cartazes das tecnologias de biogás, fornos melhorados de produção de carvão vegetal e Jatropha ensaios de cozedura de alimentos e actividades culturais promovendo o uso dos fogões melhorados.

Foi feita a sensibilização destas comunidades para o uso de fogões melhorados, bem como outras formas de energias renováveis, limpas e modernas que contribuam para melhorar as condições de vida da população rural em particular a situação da mulher, pois é ela que no seu dia-a-dia enfrenta os problemas de escassez de lenha e carvão na satisfação das necessidades de energia de uso doméstico.

A celebração anual do dia 7 de Abril, dia da Mulher Moçambicana, através de palestras e outras actividades sobre a abordagem do género no sector de energia dirigida à todos funcionários do ME.

Neste âmbito foram realizadas diversas actividades, destacando a campanha de recolha de géneros alimentícios, roupas, financeiros e outros com vista ao apoio as vítimas das calamidades naturais, como o caso do ciclone Fávio e Jókivé e das explosões de Paial. Este apoio tem sido canalizado as vítimas

através da O.M.M, Gabinete da Primeira-dama bem como através da Cruz Vermelha de Moçambique.

Destacar ainda neste quinquénio a conclusão da elaboração em 2008 do Plano Estratégico da Unidade do Género do Ministério da Energia, no qual compreendeu quatro fases de trabalho, nomeadamente:

- Análise situacional;
- Definição da visão, missão, princípios, objectivos e metas do plano estratégico;
- Definição das estratégias e redacção do plano estratégico;
- Discussão, finalização e operacionalização do plano estratégico, onde se vai realizar um workshop de dois dias com os pontos focais de género do sector de energia a fim de se chegar ao consenso sobre o conteúdo do plano estratégico, definir acções concretas a serem implementadas a nível central e provincial e capacitação dos pontos focais em matéria do género.

4.4.4.9.2.2. Integração da Perspectiva do Género na Área de Formação

Na área de formação e capacitação dos Pontos Focais do Género e funcionários do Ministério em matéria do género no sector de energia, todos pontos focais do género no Ministério beneficiaram de capacitação sobre a integração da perspectiva do género no sector de energia, dentro e fora do País. Estando os pontos focais em condições de garantir a integração da perspectiva do género nos seus locais de trabalho, podendo planificar as actividades do género nas respectivas áreas.

Ainda na área de formação, em termos de bolsas de estudo para cursos de longa duração (Licenciatura e Mestrado), o Ministério financiou 26 bolsistas a frequentarem em Instituições de Ensino Superior no País dos quais 12 são homens e 14 são mulheres, e em termos de participações nas acções de formação de curta duração, foram formados, 96 Funcionários dos quais,

64 afectos no órgão central e 32 nas direcções provinciais dos Recursos Minerais e Energia (DIPREME); deste número, 25 mulheres e 34 homens;

- Em 2007 foram capacitados 79 Funcionários do órgão central; de cuja lista, 35 mulheres e 44 homens; em 2008 foram formados 72 Funcionários, sendo, 31 mulheres e 40 homens, e 10 Funcionários formados 75.

4.4.4.9.2.3. Integração da Perspectiva do Género nos Projectos do Sector

Foi realizado o estudo sócio económico da II fase da electrificação do Bairro de Magoanine, tendo revelado os vários impactos positivos na vida da mulher, que resultaram da electrificação. Esta actividade garantiu a integração da perspectiva do género nos projectos do sector, nomeadamente: A redução do uso do carvão e lenha na confecção de alimentos; a abertura de unidades económicas; frequência no curso nocturno; e o maior acesso a água potável.

O programa de electrificação rural com base em painéis solares, que abrangeu cerca de 150 escolas, 150 centros de saúde e 40 vilas, tem melhorado muito a vida social nas zonas rurais que estão longe da energia da rede nacional. Está electrificação tem periodizado a electrificação de escolas, postos de saúde e em sistemas de bombeamento de água. Como consequência desta electrificação a vida da mulher rural tem melhorado nos seguintes aspectos:

- Melhoramento no atendimento da saúde materno infantil;
- Melhoramento no acesso a educação nocturna;
- Garantida a qualidade de água potável.

O projecto de introdução do uso de fogões melhorados, permitiu melhorar a vida da mulher, este projecto iniciou na província de Maputo, nos distritos de Marracuene, Moamba e Magde e mais tarde abrangeu todas províncias do país. O fogão melhorado é mais eficiente e gasta menos combustível lenhoso, possibilitando melhorar a economia doméstica. Neste

projecto, foi garantida a integração da perspectiva do género através do envolvimento de senhoras na actividade de olaria, com o propósito de capacita-las e empoderá-las através da produção e comercialização dos fogões.

Foram formados oleiros na provincia de Sofala, Bairro da Manga, Vila Massane onde foi possível garantir o equilíbrio de género, pois 50% dos participantes eram do sexo feminino. Objectivo do curso era o de formar os oleiros em técnicas de produção de fogões melhorados com o intuito de torna-los formadores dos oleiros nas suas provinciais de origem, e promover o auto emprego através do fabrico e comercialização dos fogões. O envolvimento de senhoras nesta formação foi de grande importância pois estas tiveram oportunidade de desenvolver mais tarde o seu próprio negócio.

No âmbito da formação de carvoeiros, que teve lugar em todas provincias do Pais foram formados 30 carvoeiros em cada provincia em técnicas melhoradas de produção de carvão vegetal os carvoeiros foram sensibilizados sobre a promoção da equidade do género na familia, dando ênfase sobre as seguintes questões: Partilha de trabalho e recursos financeiros; combate a violência doméstica; o acesso a educação das crianças sem discriminação por sexo, e foram exortados a tomar em medidas de prevenção contra o HIV/SIDA.

Foram realizadas palestras de educação cívica dirigidas a todos funcionários, esta actividade foi o resultado da solicitação da Autoridade da função Publica em resposta a manifestação de interesse da MugeDe (Mulher, Género e Desenvolvimento) em realizar sessões de educação cívica para os funcionários públicos, a qual foi acolhida favoravelmente, pelo que foram realizadas sessões no ministério, na Petromoc, e na EDM. As principais questões debatidas nas sessões foram:

- Reforma no sector público;
- Asseio no local de trabalho e nos bairros de residência;
- Profissionalismo.

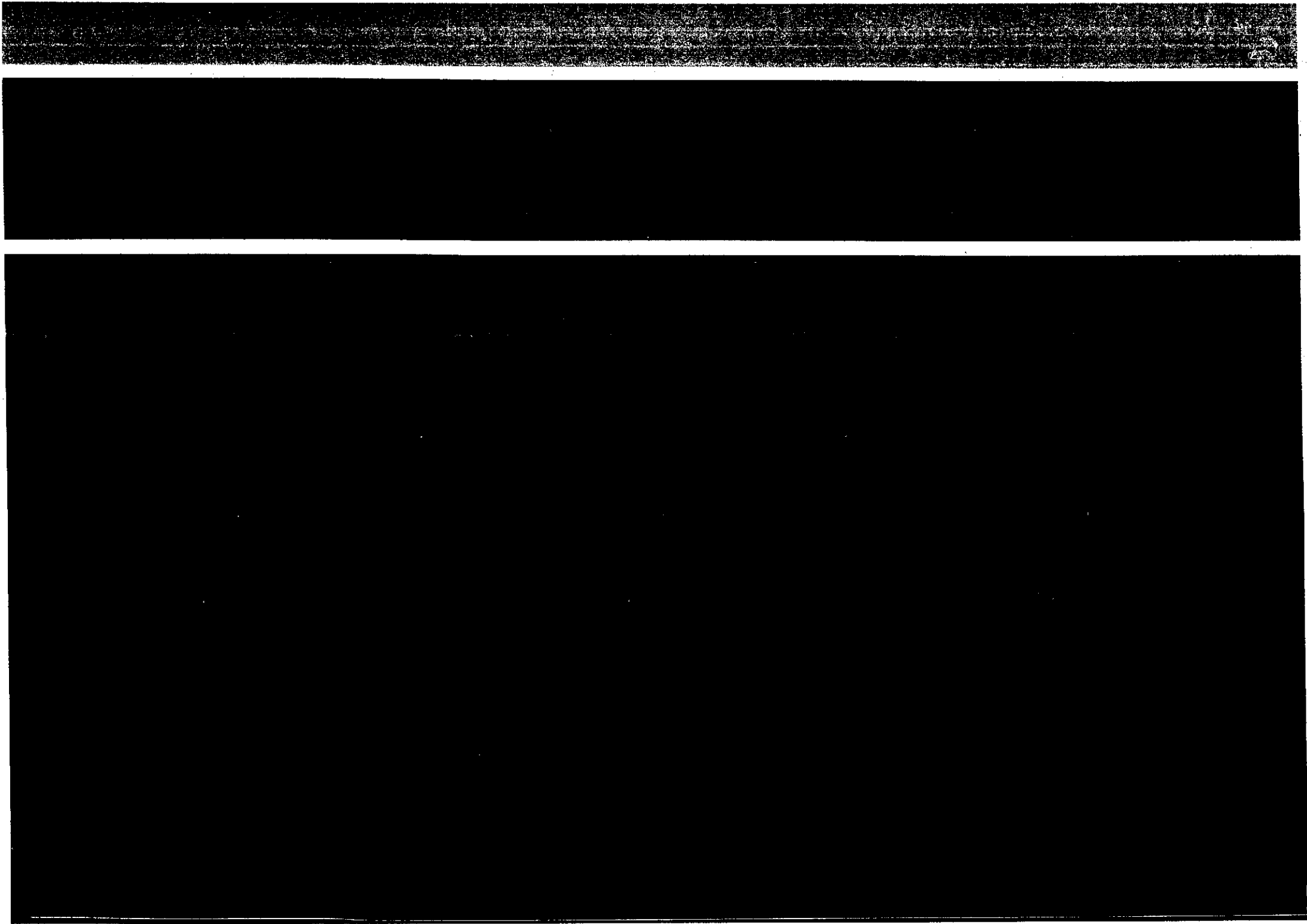
Referir que devido a falta de fundos, não foi possível levar a cabo actividades de divulgação do Plano Estratégico Do Género, pelas direcções provinciais conforme tinha sido planificado, o que dificulta a implementação do mesmo.

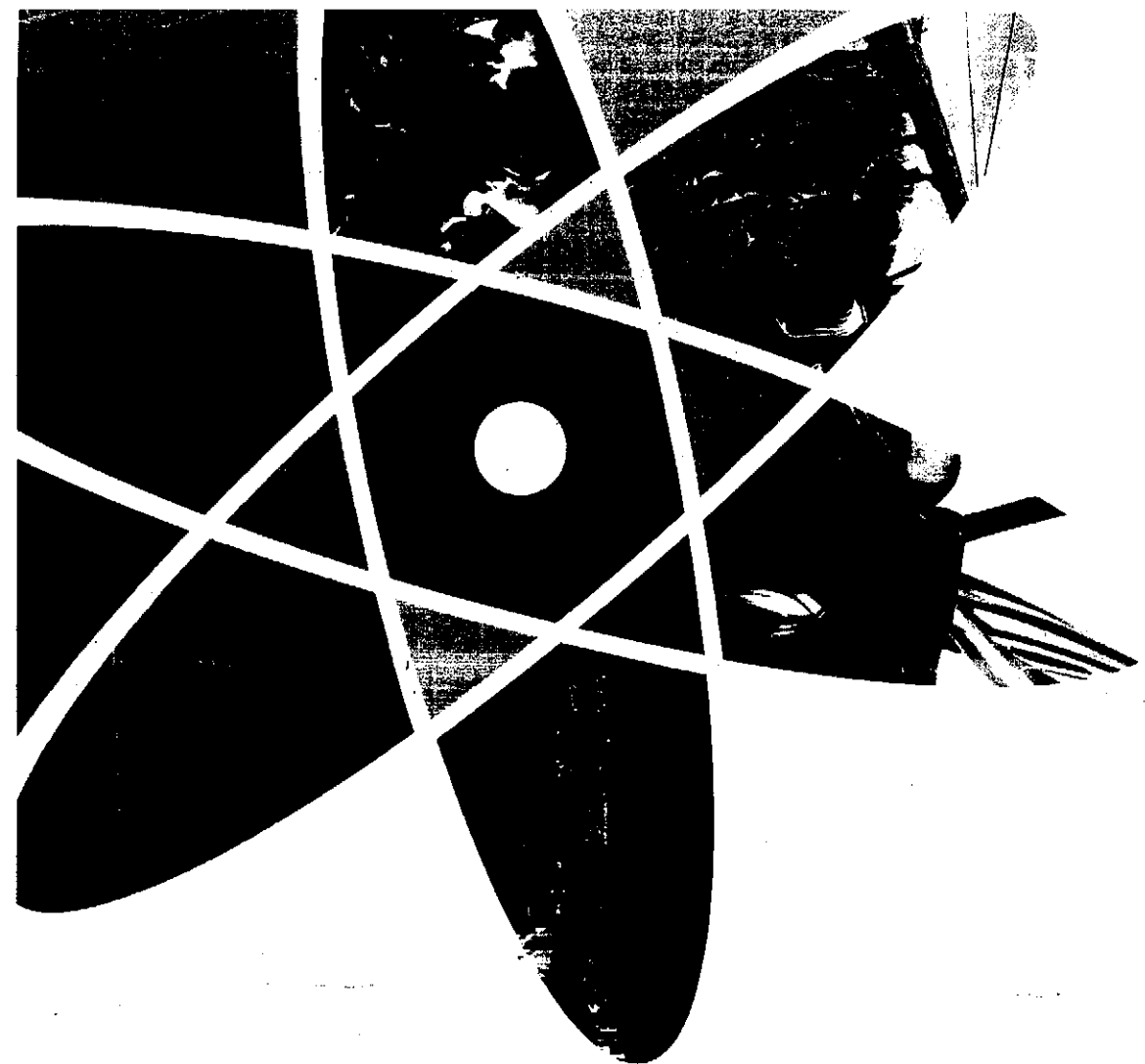
4.4.4.9.3. UNIDADE DO MEIO AMBIENTE

O estabelecimento da Unidade do Meio Ambiente (UMA) no Ministério da Energia tem em vista a integração dos aspectos sociais e ambientais no âmbito do desenvolvimento dos projectos no Sector da Energia, suportando e facilitando o cumprimento da legislação nacional ambiental, para o desenvolvimento sustentável do Sector. Das actividades realizadas, destacam-se:

• Foi elaborada e aprovada a estrutura organizativa da Unidade para o Sector da Energia;

• Foram elaborados os Planos de Trabalho e os Limites de Transferência de Responsabilidade, ferramentas que servem para a clarificação da informação sobre as responsabilidades e compromissos relativamente ao cumprimento dos submatrizes do MICOA para a aprovação de





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA ENERGIA
www.megov.mz